



Companhia de Participações Aliança da Bahia
Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025

AB

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12
Balancos patrimoniais	18
Demonstrações do resultado	20
Demonstrações do resultado abrangente	21
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	22
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	23
Demonstrações do valor adicionado	25
Notas explicativas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	26

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras anuais completas, individuais e consolidadas, da Companhia de Participações Aliança da Bahia (“Companhia” ou “Aliança da Bahia”), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A Aliança da Bahia é uma *holding* de investimentos que atua por meio de participações societárias em companhias operacionais, tendo seus resultados compostos principalmente pelo Resultado de Equivalência Patrimonial (REP), apurado com base no desempenho de suas investidas, além do resultado proveniente de aplicações em ativos financeiros.

Mensagem da Administração

Em um ambiente econômico mais desafiador, a Companhia manteve foco na eficiência operacional e na gestão ativa de seus investimentos ao longo de 2025. A estratégia de crescimento sustentável foi preservada, apoiada na diversificação dos negócios, na solidez das controladas e na execução de projetos estratégicos.

Sumário Executivo / Destaques do Exercício

- **Conclusão da 2ª Emissão de Debêntures:** A Companhia concluiu a última subscrição da 2ª emissão, totalizando R\$ 150 milhões captados para financiar investimentos estratégicos e projetos das controladas.
- **Expansão da controlada indireta ALBA Seguradora:** Crescimento com ampliação da rede de parceiros e consolidação das principais carteiras, impulsionado pela forte expansão das carteiras de Beneficências Produtivas Agropecuárias, Riscos Diversos, Penhor Rural e Acidentes Pessoais – Individual, destacando-se a operação “Sorte Dobrada” em parceria com o varejista.
- **Investimentos estratégicos da controlada AB Agropecuária:** Implantação de sistema de irrigação por pivô central na Fazenda Barro Alto, visando aumento de produtividade e mitigação de riscos climáticos, com investimento parcial de R\$ 2.147 mil em 2025.
- **Investimentos da controlada AB Patrimonial em Projetos Imobiliários:** A AB Patrimonial realizou aportes de R\$ 15.984 mil nos empreendimentos imobiliários em Itacimirim (Camaçari/BA) e em Vera Cruz (BA), projetos Praia do Porto e Praia da Penha, reforçando seu compromisso com o crescimento e diversificação do portfólio.
- **Resultado da investida da controlada indireta ALBA Seguradora:** Resultado positivo relevante proveniente da investida Brasilcap Capitalização S.A., no valor de R\$ 54.146 mil, crescimento de 21,62% em relação a 2024. Durante o exercício, parte desse montante foi recebida pela Controlada na forma de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP), fortalecendo a liquidez e a capacidade de financiar novos investimentos.
- **Governança Corporativa:** A Companhia vem fortalecendo sua governança, ampliando a atuação dos Comitês de Planejamento Estratégico e Auditoria, Riscos e Sustentabilidade, aprimorando processos de monitoramento de riscos e consolidando práticas de transparência e integridade corporativa.

Cenário Macro

O ambiente econômico em 2025 foi marcado por taxas de juros elevadas, pressão inflacionária e volatilidade cambial, impactando o custo de capital e as decisões de investimento. No Brasil, esse cenário exigiu maior seletividade na alocação de recursos, especialmente em setores mais sensíveis ao ciclo econômico, como o imobiliário e o agropecuário.

Desempenho do Portfólio

A redução do lucro líquido consolidado em relação ao exercício anterior decorreu principalmente da combinação do desempenho do segmento de seguros, do segmento agropecuário e do aumento das despesas financeiras. O desempenho por portfólio da Companhia apresentou os seguintes resultados:

Arrendamento imobiliário

A receita operacional líquida totalizou R\$ 52.834 mil em 2025, ante R\$ 48.259 mil em 2024, e o lucro operacional atingiu R\$ 14.597 mil (2024: R\$ 6.948 mil). O desempenho refletiu principalmente a incorporação de novos ativos e os reajustes contratuais de longo prazo, que impulsionaram o crescimento do resultado operacional. O resultado financeiro apresentou efeito negativo de R\$ 1.891 mil em 2025, contra um resultado positivo de R\$ 4.277 mil em 2024, devido ao aumento das despesas financeiras, principalmente relacionadas à apropriação de juros das debêntures emitidas.

Como consequência, o lucro líquido do período foi de R\$ 10.534 mil, levemente inferior ao registrado em 2024 no valor de R\$ 11.465 mil, mostrando que o sólido desempenho operacional foi parcialmente compensado pelo impacto financeiro.

Agropecuário

A receita operacional líquida foi de R\$ 13.591 mil, comparada a R\$ 9.839 mil em 2024, representando aumento de 38,13%. Apesar do crescimento da receita, o segmento apresentou um prejuízo líquido de R\$ 784 mil (2024: lucro de R\$ 1.293 mil), impactado principalmente pela redução do ajuste a valor justo dos ativos.

Seguros

Os prêmios emitidos líquidos totalizaram R\$ 49.111 mil, representando crescimento de 25,63% em relação ao ano anterior que foi de R\$ 39.093 mil. Esse desempenho foi impulsionado principalmente pela consolidação das principais carteiras: Benfeitorias Produtivas Agropecuárias, Riscos Diversos, Penhor Rural e Acidentes Pessoais – Individual.

A receita líquida alcançou R\$ 50.835 mil, comparada a R\$ 27.275 mil em 2024, refletindo o aumento dos prêmios emitidos e o reconhecimento de prêmios relativos a vendas realizadas em exercícios anteriores, cujas vigências de risco tiveram início em 2025. O resultado de equivalência patrimonial da sua investida Brasilcap Capitalização S.A., foi de R\$ 54.146 mil, crescimento de 21,62% em relação a 2024, consolidando-se como uma importante fonte de resultados.

Durante o exercício, a controlada recebeu R\$ 15.184 mil em dividendos antecipados e Juros sobre Capital Próprio (JCP) relativos ao 1º semestre de 2025, sendo R\$ 7.287 mil de dividendos e R\$ 7.897 mil de JCP, conforme deliberação do Conselho de Administração da Brasilcap de 13 de outubro de 2025.

Apesar do desempenho positivo da receita e equivalência, o lucro líquido foi de R\$ 24.130 mil, inferior ao registrado em 2024 no valor de R\$ 28.622 mil, devido ao aumento de custos e despesas operacionais, incluindo depreciações, amortizações relacionadas a contratos de exclusividade com parceiro varejista e direito de uso de software e provisões cíveis relacionadas a demandas judiciais.

Gestão de Portfólio

Em linha com sua estratégia de alocação eficiente de capital e geração de valor no longo prazo, a Companhia manteve atuação ativa na gestão de seus investimentos.

Arrendamento imobiliário

No segmento imobiliário, além dos projetos consolidados, como o BTS do Hospital Aliança e o empreendimento com o Assaí Atacadista, a subsidiária AB Patrimonial vem ampliando seu portfólio.

Destaca-se a participação de 33,33% na Bay Properties BSB Armazenagem S.A., responsável pelo desenvolvimento de galpão logístico no Aeroporto de Brasília (DF), com conclusão prevista para 2026 e já integralmente locado. Destaca-se também a participação em projetos imobiliários na Bahia, incluindo empreendimento em Itaparica, em fase de desenvolvimento e comercialização, bem como projetos em Itacimirim (Camaçari/BA) e em Vera Cruz (BA), atualmente em fase de estruturação. Esses investimentos reforçam a estratégia de diversificação e geração de valor no longo prazo.

Agropecuário

Manteve atuação estratégica na gestão, focando em produtividade, mitigação de riscos climáticos e diversificação de receitas. Em 2025, destacam-se:

Rebanho e Ativo Biológico: o número de bovinos aumentou de 7.996 para 8.822 cabeças, enquanto o estoque de ativos biológicos passou de R\$ 25.884 mil para R\$ 29.209 mil, em função do crescimento do rebanho e da atualização do ajuste a valor justo.

Investimentos Estratégicos: A controlada realizou investimentos no montante de R\$ 4.057 mil. Desse total, R\$ 2.147 mil referem-se ao projeto de irrigação por pivô central na Fazenda Barro Alto. O projeto, cujo investimento total estimado é de R\$ 4.600 mil, foi aprovado pelo Conselho de Administração e contempla a instalação de sete pivôs. Atualmente, dois encontram-se em implantação, com previsão de conclusão em março de 2026. A iniciativa tem como objetivo elevar a eficiência e a produtividade das pastagens, gerando ganhos nas etapas de recria e engorda de bovinos, além de reduzir a exposição a riscos climáticos. O projeto foi estruturado com base em premissas técnicas desenvolvidas com o apoio de consultorias especializadas.

A estrutura financeira prevê a combinação de aportes de capital e financiamento bancário de longo prazo.

Diversificação de Receitas: assinatura de contrato de parceria rural para plantação de eucaliptos, ampliando fontes de receita e consolidando um novo ramo de negócio.

Aportes de Capital: a controlada recebeu como aportes de capital no valor de R\$ 5.200 mil (2024: R\$ 7.571 mil), fortalecendo o financiamento de projetos estratégicos e garantindo a continuidade da expansão e produtividade do portfólio agropecuário.

Seguros

A controlada ALBA Seguradora segue em processo de expansão e reposicionamento estratégico, com diversificação de produtos e fortalecimento de sua atuação comercial. A Controlada vem reinvestindo parte dos resultados auferidos em investimentos no parque tecnológico, com o lançamento e implantação de novos produtos e a necessidade de atendimento às exigências regulatórias.

Desempenho Financeiro Consolidado

I. Financeiros

Destaca-se a conclusão da terceira e última subscrição de debêntures no valor de R\$ 50.000 mil, como parte da 2ª Emissão de Debêntures Simples, conforme estabelecido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças celebrado em 9 de agosto de 2022. Com esta subscrição, realizada em 25 de março de 2025, o total de debêntures emitidas alcançou R\$ 150.000 mil, conforme previsto, sendo que a primeira e segunda subscrições ocorreram em 29 de outubro de 2022 e 30 de março de 2023, respectivamente.

Os recursos obtidos com a emissão de debêntures foram direcionados a investimentos estratégicos, incluindo a ampliação de ativos imobiliários e outros projetos da Companhia, por meio de suas controladas. Os repasses para as controladas serão realizados através de aportes de capital, operações de crédito ou mercado de capitais, ou adiantamentos para futuro aumento de capital, de acordo com a necessidade de cada projeto.

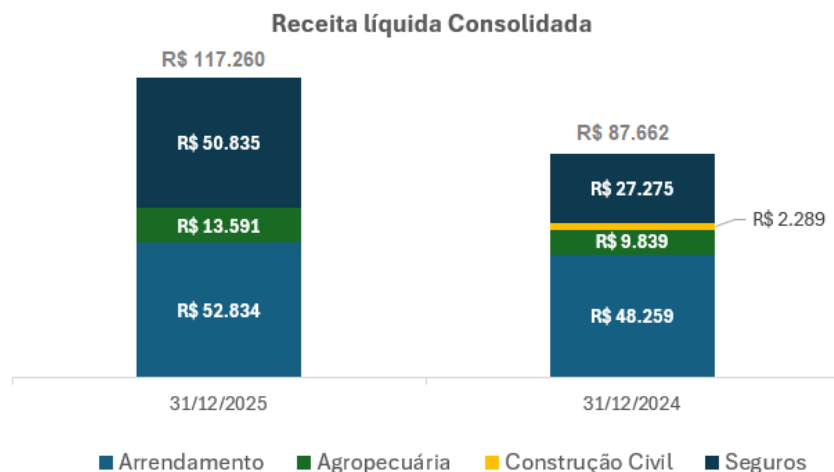
Essa captação de recursos reforça a posição da Companhia no financiamento de seu crescimento sustentável e a expansão de suas operações no mercado.

II. Resultado do período (números consolidados)

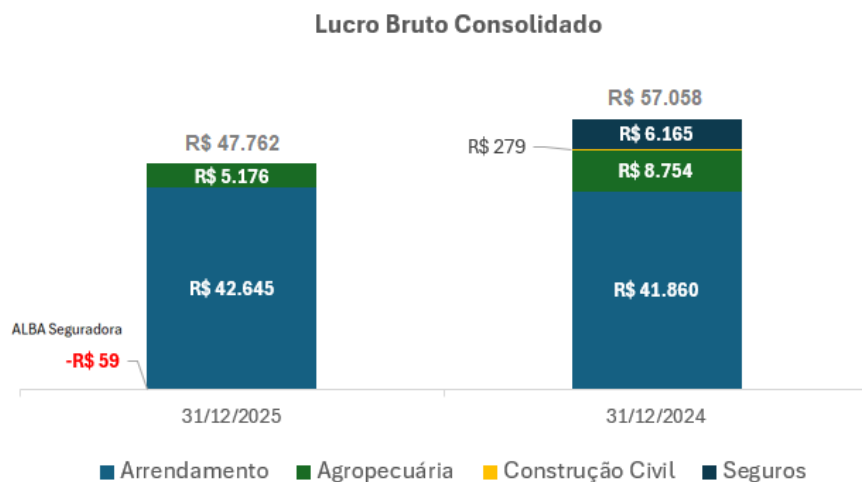
O lucro líquido consolidado totalizou R\$ 33.709 mil no período (2024: R\$ 41.040 mil), representando uma redução de 17,86% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação decorre, principalmente, da redução do lucro bruto e do resultado financeiro no período e do aumento das despesas operacionais, efeitos que foram parcialmente compensados pelo maior resultado de equivalência patrimonial registrado no período.

Indicador	31/12/2025	31/12/2024	Varição (%)
Receita líquida	117.260	87.662	33,76%
Lucro bruto	47.762	57.058	(16,29%)
Despesas operacionais	(72.524)	(70.728)	2,54%
Resultado financeiro	6.604	12.214	(45,93%)
Equivalência patrimonial	55.729	44.922	24,06%
Lucro líquido	33.709	41.040	(17,86%)

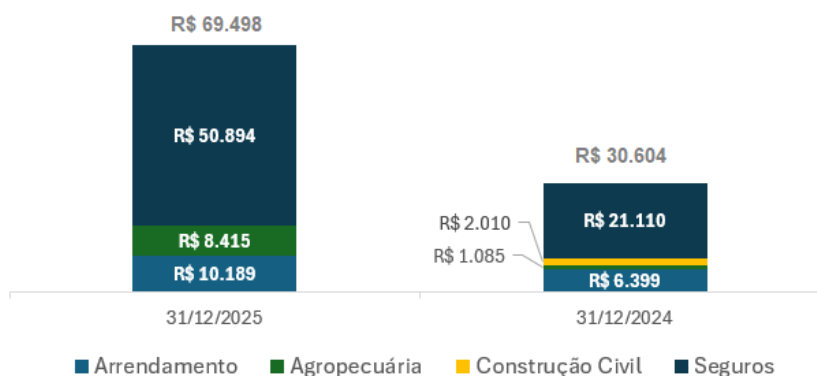
Receita líquida Consolidada - A receita líquida consolidada foi de R\$ 117.260 mil, um crescimento de 33,76% em relação ao mesmo período de 2024. Esse desempenho reflete a solidez da estratégia de diversificação e o avanço consistente das controladas.



Lucro bruto Consolidado - O lucro bruto totalizou R\$ 47.762 mil, representando uma margem bruta de 40,73%, (2024: 65,09%). Embora a receita líquida tenha crescido 33,76%, o desempenho do lucro bruto foi impactado por um aumento de custos nas controladas AB Patrimonial, AB Agropecuária e na ALBA Seguradora, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Entre os principais fatores, destacam-se o início da depreciação de novos ativos, variação negativa do ajuste a valor justo dos ativos biológicos apurada no período e revisão de premissas atuariais e custos da operação de seguros.



Custo Consolidado



Despesas Operacionais Consolidado - Totalizaram R\$ 72.524 mil (2024: R\$ 70.728 mil), representando um aumento de 2,54% em relação ao mesmo período do exercício anterior. Esse aumento decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

Constituição de contingência cível na controlada indireta ALBA Seguradora: Em 2025, foi constituída contingência cível no montante total de R\$ 2.864 mil, relacionada a demandas judiciais envolvendo contrato de prestação de serviços de infraestrutura de informática para implantação e gestão de soluções em tecnologia. As ações decorrem de processo iniciado em 2015, no qual a Controlada ajuizou ação de rescisão contratual contra a empresa de tecnologia, que, por sua vez, propôs ação de rescisão contratual cumulada com cobrança.

Baixa do saldo de contas a receber – venda de participação do Hospital Aliança: Em razão da não expectativa de recebimento deste valor, foi baixado o valor anteriormente reconhecido de R\$ 5.983 mil (2024: R\$ 10.671 mil). A baixa decorreu da revisão das premissas contratuais e das projeções de desempenho do Hospital para os 12 meses remanescentes.

Considerando que as análises ainda se encontram em estágio preliminar e que o prazo contratual para eventual exercício do mecanismo de ajuste de preço se estende até 1º de julho de 2027, não é possível, nesta data, estimar de forma confiável eventuais impactos financeiros decorrentes dessas discussões, razão pela qual nenhum valor adicional foi reconhecido nas demonstrações financeiras em relação a esse tema.

Resultado Financeiro Consolidado - O resultado do período foi positivo em R\$ 6.604 mil (2024: R\$ 12.214 mil), apresentando uma redução de R\$ 5.610 mil em relação ao mesmo período de 2024. Essa redução é explicada, principalmente, (i) do aumento das despesas financeiras relacionadas às debêntures emitidas, que representaram um acréscimo de R\$ 8.250 mil em relação ao exercício anterior, e (ii) parcialmente compensado pela variação positiva de R\$ 2.699 mil proveniente de rendimentos sobre aplicações financeiras no período.

Embora os rendimentos sobre aplicações financeiras tenham apresentado aumento em relação ao período anterior, seu efeito no resultado financeiro foi limitado pela redução do volume de ativos financeiros aplicados ao longo do exercício, em decorrência da alocação de recursos em investimentos estratégicos, com destaque para a conclusão do projeto BTS do Hospital Aliança Star, finalizado em 2024, e para os aportes realizados pela controlada AB Patrimonial em projetos imobiliários.

Equivalência Patrimonial Consolidado - O resultado de equivalência patrimonial totalizou R\$ 55.729 mil, representando um aumento de R\$ 10.807 mil em relação aos R\$ 44.922 mil registrados no mesmo período de 2024. Esse desempenho reflete o efeito do resultado da investida Brasilcap Capitalização S.A., cuja contribuição passou de R\$ 44.520 mil em 2024 para R\$ 54.146 mil em 2025, refletindo um acréscimo de R\$ 9.626 mil no período.

Lucro Líquido e Destinação

A Companhia no exercício de 2025, apresentou lucro líquido de R\$ 33.709 mil. Redução de 17,86% em relação ao reportado ao exercício de 2024 (R\$ 41.040 mil). O valor patrimonial da ação em 31/12/2025 ficou avaliado em R\$ 50,30 (R\$ 47,40 em 31/12/2024), representando um aumento de 6,12% em relação ao exercício anterior.

Ao lucro líquido do exercício foram somados o valor da realização da reserva de reavaliação, líquida de impostos, no montante de R\$ 104 mil, menos a reversão de dividendos prescritos declarados líquidos em exercícios anteriores, no montante de R\$ 17 mil, que impactaram a rubrica de lucros acumulados no montante de R\$ 87 mil, chegando-se a um resultado ajustado total de R\$ 33.796 mil, para o qual propomos a seguinte destinação: constituição da reserva legal de 5% no montante de R\$ 1.685 mil (por força do artigo 193, da Lei nº 6.404/1976), dividendos mínimo obrigatório de R\$ 8.028 mil; dividendos adicionais pagos de R\$ 9.472; e retenção de lucros R\$ 14.611 mil, conforme orçamento de capital.

Em reunião realizada em 13 de agosto de 2025, o Conselho de Administração da Companhia declarou dividendos intercalares no montante de R\$ 10.000 mil, e em 17 de dezembro de 2025 R\$ 7.500 mil, totalizando R\$ 17.500 mil de dividendos intercalares, os quais já foram distribuídos e pagos, representando 100,00% do total de dividendos mínimos e adicionais propostos. O pagamento do primeiro montante ocorreu em 8 de setembro de 2025, e o do segundo foi pago em 9 de janeiro de 2026. O total de dividendos correspondem a aproximadamente 54,50% do lucro líquido ajustado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Dessa forma, o valor total distribuído foi superior ao dividendo mínimo obrigatório, assegurando a sua integralidade e o atendimento ao percentual mínimo de 25% do lucro líquido ajustado.

Estrutura de Capital e Endividamento

A Companhia mantém uma estrutura de capital equilibrada, para financiar suas operações e investimentos. Adota uma gestão prudente de caixa, com um baixo nível de endividamento, sempre atento à liquidez das disponibilidades e à preservação de capital. Em 31 de dezembro de 2025, a dívida líquida consolidada foi negativa, com saldo de caixa e equivalentes de R\$ 174.022 mil e empréstimos e financiamentos de R\$ 153.038 mil.

Essa posição financeira reforça a flexibilidade da Companhia e sua capacidade de cumprir obrigações de curto, médio e longo prazos, bem como de realizar novos investimentos, mantendo liquidez e preservação de capital.

Governança Corporativa

Em 2025, a Companhia avançou no fortalecimento de sua governança corporativa, com foco na maior organização dos processos internos, na evolução dos controles e no aprimoramento das práticas de gestão.

Ao longo do exercício, foram revisadas e aprimoradas rotinas e fluxos operacionais, com ênfase na padronização de procedimentos, na melhoria da qualidade das informações e no reforço dos mecanismos de acompanhamento e supervisão.

Nesse contexto, a Companhia avançou no que diz respeito ao seu arcabouço normativo, incluindo a revisão e aprimoramento da Política de Transações com Partes Relacionadas, que teve seu escopo ampliado para incorporar, de forma mais estruturada, diretrizes relacionadas a conflitos de interesses, passando a ser denominada Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses. Esses avanços contribuíram para dar maior clareza às diretrizes de atuação, fortalecer a integridade dos processos e apoiar a tomada de decisão em bases mais estruturadas.

Também ao longo de 2025, foi realizado, com o apoio de consultoria especializada, um novo ciclo de mapeamento de riscos, abrangendo as controladas e as estruturas de serviços compartilhados. Esse trabalho permitiu uma visão mais integrada dos principais riscos que podem impactar na Companhia, com a identificação de temas prioritários, maior clareza sobre responsabilidades e avanços na organização dos controles associados.

Os Comitês de Planejamento Estratégico e de Auditoria, Riscos e Sustentabilidade mantiveram atuação contínua ao longo do período, com agendas estruturadas e assessoramento ao Conselho de Administração, acompanhando os principais temas estratégicos, de riscos e de sustentabilidade, contribuindo para o alinhamento entre a gestão executiva e as instâncias de governança.

Sustentabilidade

Ao longo do exercício, a Companhia manteve a consolidação de sua agenda de sustentabilidade, dando continuidade às iniciativas estruturadas no exercício anterior e buscando maior organização e consistência na gestão dos temas prioritários.

Nesse contexto, a Companhia realizou a atualização de sua análise de materialidade, com o apoio de consultoria especializada, adotando a abordagem de dupla materialidade, que considera tanto os impactos de suas atividades sobre o meio ambiente e a sociedade quanto os riscos e oportunidades que esses temas representam para o negócio. O processo envolveu a revisão e priorização dos temas relevantes, à luz do contexto atual das operações, dos riscos identificados e das expectativas de stakeholders.

Como resultado desse trabalho, foram definidos como prioritários para a agenda de sustentabilidade no triênio 2025–2027 os temas de Cibersegurança e Privacidade de Dados; Gestão de Riscos, Governança, Ética e Transparência; e, Biodiversidade, que passam a orientar de forma mais estruturada as iniciativas e o acompanhamento da Companhia.

A condução desse processo ocorreu de forma alinhada ao mapeamento de riscos realizado no período, contribuindo para uma visão mais integrada entre a agenda de sustentabilidade e a gestão de riscos.

Na dimensão ambiental, as iniciativas permaneceram concentradas nas operações das controladas, com a continuidade das práticas de manejo sustentável na atividade agropecuária e o acompanhamento de indicadores relacionados ao uso de recursos naturais, em especial aqueles associados à conservação e ao uso da terra.

No período, a Companhia avançou na estruturação de suas iniciativas relacionadas à gestão de emissões de gases de efeito estufa. Para o ciclo compreendido entre junho de 2024 e maio de 2025, foram inventariadas, com base na abordagem de controle operacional, as emissões de Escopos 1, 2 e 3, totalizando 19,527 toneladas de CO₂ equivalente, com o aposentamento de 20 créditos de carbono certificados no padrão VERRA.

Na ALBA Seguradora, foi dada continuidade ao ciclo iniciado no exercício anterior, com inventário referente ao período de setembro de 2024 a agosto de 2025, também com base no critério de controle operacional, que totalizou 28,484 toneladas de CO₂ equivalente nos Escopos 1, 2 e 3, acompanhado do aposentamento de 29 créditos de carbono no mesmo padrão.

Já na dimensão social, a Companhia intensificou as iniciativas voltadas ao desenvolvimento de pessoas, com foco na capacitação, no ambiente de trabalho e no fortalecimento da cultura organizacional. Nesse contexto, destaca-se o reconhecimento obtido por meio da certificação *Great Place to Work* (GPTW), que reforça os avanços na construção de um ambiente organizacional estruturado e alinhado às boas práticas de gestão de pessoas.

No relacionamento com as comunidades locais, especialmente nas regiões em que se concentram as operações da AB Agropecuária, foram mantidas e gradualmente estruturadas iniciativas de aproximação e apoio, com foco no desenvolvimento local e no fortalecimento do vínculo com o entorno das operações.

Do ponto de vista da governança ESG, observou-se avanço na organização das estruturas internas e maior articulação entre as instâncias responsáveis, com evolução gradual na condução do tema no âmbito corporativo.

A Companhia segue conduzindo sua evolução em sustentabilidade de forma progressiva, com foco na consistência das práticas, no aprimoramento das informações e na consolidação de uma agenda aderente às características de seus negócios.

Para conhecer mais sobre as práticas de sustentabilidade da Companhia de Participações Aliança da Bahia, acesse o Relatório de Sustentabilidade 2025.

Auditoria

Registramos que, durante o exercício social de 2025, a KPMG Auditores Independentes Ltda foi remunerada exclusivamente pelos serviços de auditoria prestados à Companhia. Informamos que 2025 foi o último ano de atuação da KPMG como auditor independente, em conformidade com boa prática de rodízio de auditores para preservação da independência e transparência.

Declaração dos Diretores

A Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Agradecimentos

Manifestamos nossos agradecimentos aos acionistas pela confiança e consideração que sempre nos têm distinguido, e aos nossos colaboradores pelo apoio.

Salvador, 26 de março de 2026.

À ADMINISTRAÇÃO



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos conselheiros e acionistas da
Companhia de Participações Aliança da Bahia**
Salvador - Bahia

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de Participações Aliança da Bahia (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia de Participações Aliança da Bahia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Estimativas dos passivos para sinistros incorridos (LIC) e dos passivos para cobertura remanescente (LRC) avaliados pelo método de Building Block Approach (BBA)

Veja a Nota 6.15, 23 e 26(3) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia controla indiretamente a Companhia de Seguros Aliança da Bahia e portanto registrou passivos de contratos de seguros no montante de R\$ 69.749 mil em seu balanço consolidado, dos quais R\$ 63.023 mil referem-se ao montante de contratos mensurados pelo modelo de mensuração <i>Premium Allocation Approach</i> (PAA) e R\$ 6.726 mil pelo <i>Building Block Approach</i> (BBA). Conforme descrito nas referidas notas explicativas, esses montantes incluem tanto o passivo para cobertura remanescente (LRC - <i>Liability for Remaining Coverage</i>) quanto o passivo para sinistros incorridos (LIC - <i>Liability for Incurred Claims</i>) que por sua vez, ao serem mensurados sob os modelos PAA e BBA, refletem estimativas atuais de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e estimativas de ajuste de risco para risco não financeiro. Para o passivo de cobertura remanescente, mensurado pelo BBA, as estimativas contemplam ainda a margem de serviço desses contratos de seguros (CSM).</p> <p>No montante de passivo para sinistros incorridos (LIC) está contida a estimativa de sinistros ocorridos e não avisados, um processo complexo, o qual aplica métodos atuariais e estatísticos sobre dados históricos e padrões que exigem o uso de estimativas e julgamentos por parte da Administração. Da mesma forma, essas técnicas também são aplicadas na estimativa dos fluxos de caixa relacionados ao passivo para cobertura remanescente (LRC) avaliado pelo BBA. Essas técnicas de projeção também consideram riscos emergentes, que podem ter um impacto significativo na determinação dos custos finais de liquidação, mas onde a experiência disponível é limitada, incluindo incertezas em torno de sinistros judiciais, pontualidade na comunicação de sinistros e inflação. Devido à relevância e julgamentos envolvidos na mensuração das estimativas dos</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) Entendimento do processo de mensuração das estimativas relacionadas a contratos de seguros e resseguros;(ii) Reconciliação dos arquivos operacionais de prêmios emitidos, prêmios recebidos, sinistros a liquidar, sinistros avisados e sinistros pagos com saldos contábeis;(iii) testes documentais amostrais dos prêmios emitidos e dos sinistros a liquidar a fim de apurar a sua existência, liquidação financeira e adequado registro contábil por meio da inspeção de apólices, aviso de sinistros e comprovantes de liquidação financeira para cada item selecionado;(iv) Validação dos inputs utilizados nos cálculos dos passivos dos contratos de seguros;(v) Envolvimento de especialista atuariais para:<ul style="list-style-type: none">- avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas na mensuração das estimativas de fluxos de caixa futuros;- avaliação da razoabilidade das premissas e metodologia utilizadas no cálculo do ajuste de risco não financeiro;- reperformance do cálculo e análise da apropriação da margem contratual de seguro (CSM);(vi) Avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis as mensurações das estimativas dos</p>

passivos para sinistros incorridos (LIC) e dos passivos para cobertura remanescente (LRC) avaliados pelo método de BBA, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.	passivos para sinistros incorridos (LIC) e dos passivos para cobertura remanescente (LRC) avaliados pelo método de <i>Building Block Approach</i> (BBA) no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
---	--

Propriedade para investimento	
Veja a Nota 6.8 e 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas possuem propriedades para investimento, mensuradas ao custo, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo “método linear ” e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, no montante de R\$ 19.883 mil na controladora e R\$ 570.189 mil na Companhia e suas controladoras em 31 de dezembro de 2025.</p> <p>Para fins de divulgação em notas explicativas, a Companhia e suas controladas calculam o valor justo das propriedades para investimento por meio da elaboração de laudos de avaliação de valor justo elaborado por um terceiro, com base no método comparativo direto de “dados de mercado” e no “método da quantificação de custo”.</p> <p>A Companhia e suas controladas anualmente contratam uma empresa externa para preparar laudos de avaliação do valor justo das propriedades para investimento, que levam em consideração premissas e estimativas, como: preço do metro quadrado da região, características do imóvel, área construída e atratividade local.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria, devido ao fato que qualquer mudança nessas estimativas podem impactar de forma relevante o valor desses ativos apresentados na demonstração financeira individual e consolidada, em função disso, identificamos esse assunto como significativo de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <p>(i) Avaliação da movimentação dos saldos contábeis da rubrica de propriedades para investimentos e inspeção documental das adições selecionadas por amostragem, verificando nota fiscal e liquidação;</p> <p>(ii) Com auxílio de nossos especialistas em avaliação de ativos tangíveis, avaliamos de forma independente o valor justo das propriedades para investimentos, através da análise do fluxo de caixa esperado, baseado no contrato de aluguel, considerando a projeção de atualização até o final do contrato, além de sensibilizarmos os laudos de avaliação de valor justo, considerando cenários alternativos sobre as principais premissas;</p> <p>(iii) Avaliação do escopo, da competência, das qualificações profissionais, das experiências e da objetividade do externo contratado para auxiliar na estimativa da do valor justo das propriedades para investimento; e</p> <p>(iv) Avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a apresentação das propriedades para investimento à valor justo no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p>

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 26 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7



Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP220026/O-3

Companhia de Participações Aliança da Bahia

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Circulante</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.366	1.055	10.625	3.712
Aplicações financeiras	8	52.580	85.686	147.702	168.789
Contas a receber de clientes	9	595	434	5.414	10.287
Ativos relacionados a contratos de resseguros	23	-	-	15.740	4.901
Outras operações de ativos de contratos de seguros e resseguros		-	-	2.298	688
Ativo biológico	10	-	-	29.237	25.891
Tributos a recuperar		4	4	135	136
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11a	3.522	10.278	5.142	13.609
Ativos não circulantes mantidos para venda	12	-	5.582	-	1.111
Recebíveis pela venda de ativos	14	2.951	2.838	3.758	2.938
Contas correntes com empresas ligadas	13	2.000	-	-	-
Despesas antecipadas		87	111	172	322
Outros ativos circulantes	15	6.134	108	561	795
Total do ativo circulante		69.239	106.096	220.784	233.179
<u>Não circulante</u>					
Realizável a longo prazo					
Contas correntes com empresas ligadas	13	2.998	1.361	-	-
Aplicações financeiras	8	14.692	246	15.694	1.297
Contas a receber de clientes	9	-	-	176	-
Contas a receber - venda de participações	32a	-	5.983	-	5.983
Ativos relacionados a contratos de resseguros	23	-	-	31.212	49.134
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11a	3.768	-	4.064	361
Depósitos judiciais	24b	11.531	20.052	117.736	119.118
Tributos diferidos	11b	8.617	5.992	8.617	5.992
Mútuo com parte relacionada	13	1.038	950	-	-
Recebíveis pela venda de ativos	14	9.475	3.923	20.146	11.330
Depósitos compulsórios		-	-	2.751	3.096
Outros créditos operacionais	16	-	-	11.987	4.905
		52.119	38.507	212.383	201.216
Investimentos					
Investimentos em controladas e investidas	17	935.327	874.608	186.468	132.559
Propriedades para investimento	18	19.883	7.987	570.189	587.729
Outros investimentos	19	5.424	3.601	8.302	6.332
		960.634	886.196	764.959	726.620
Imobilizado					
Intangível	20	6.222	2.106	81.557	75.065
	21	901	1.171	14.013	10.516
Total do ativo não circulante		1.019.876	927.980	1.072.912	1.013.417
Total do ativo		1.089.115	1.034.076	1.293.696	1.246.596

Companhia de Participações Aliança da Bahia

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Circulante</u>					
Fornecedores		113	39	3.450	3.507
Passivos de contratos de seguros	23	-	-	22.917	11.046
Outras operações de passivos de contratos de seguros e resseguros		-	-	839	483
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	17.204	8.056	18.935	12.894
Obrigações sociais e trabalhistas		1.884	889	3.658	2.683
Obrigações tributárias		396	281	1.622	1.513
Imposto de renda e contribuição social a pagar	11a	-	-	1.600	1.383
Dividendos a pagar	25f	8.250	6.573	8.313	7.018
Contas correntes com empresas ligadas	13	117	-	-	-
Provisão - venda de participações	32b	2.744	2.744	2.744	2.744
Outros passivos circulantes		516	338	1.980	2.643
Total do passivo circulante		31.224	18.920	66.058	45.914
<u>Não circulante</u>					
Passivos de contratos de seguros	23	-	-	46.832	72.991
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	122.290	90.076	134.103	100.431
Tributos diferidos	11b	-	-	10.020	10.136
Provisão para demandas judiciais	24a	17.854	25.508	117.167	116.376
Provisão - venda de participações	32b	4.903	3.088	4.903	3.088
Outros passivos não circulantes		421	270	2.190	1.446
Total do passivo não circulante		145.468	118.942	315.215	304.468
<u>Patrimônio líquido</u>					
Capital social	25	612.156	612.156	612.156	612.156
Reserva de capital		17.578	17.578	17.578	17.578
Reservas de lucros		261.068	244.772	261.068	244.772
Ajustes de avaliação patrimonial		21.621	21.708	21.621	21.708
Total do patrimônio líquido		912.423	896.214	912.423	896.214
Total do passivo e patrimônio líquido		1.089.115	1.034.076	1.293.696	1.246.596

Companhia de Participações Aliança da Bahia

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	26	2.735	1.682	117.260	87.662
Custo das locações, vendas e serviços prestados	27	(515)	(181)	(70.192)	(38.284)
Ajuste de valor justo - ativo biológico	10	-	-	694	7.680
Lucro bruto		2.220	1.501	47.762	57.058
Despesas gerais e administrativas	27	(22.791)	(27.875)	(72.706)	(76.797)
Despesas com vendas		-	-	(258)	(135)
Outras receitas (despesas) operacionais	28	1.531	34	440	6.204
Despesas operacionais		(21.260)	(27.841)	(72.524)	(70.728)
(Prejuízo) Lucro operacional		(19.040)	(26.340)	(24.762)	(13.670)
Receitas financeiras		17.558	19.284	36.847	34.859
Despesas financeiras		(22.119)	(16.892)	(30.243)	(22.645)
Resultado financeiro	29	(4.561)	2.392	6.604	12.214
Equivalência patrimonial	17	54.685	59.569	55.729	44.922
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		31.084	35.621	37.571	43.466
Imposto de renda e contribuição social - corrente	11c	-	-	(6.603)	(5.692)
Imposto de renda e contribuição social - diferida	11c	2.625	5.419	2.741	3.266
Lucro líquido do exercício		33.709	41.040	33.709	41.040
Lucro líquido por ação - Em R\$ (básico e diluído)				1,85841	2,17051

Companhia de Participações Aliança da Bahia

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	33.709	41.040	33.709	41.040
Outros resultados abrangentes:				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado				
<i>Efeito reflexo nas controladas</i>				
Realização da reserva de reavaliação, líquida dos efeitos tributários	104	(104)	104	(104)
Resultado dos ativos financeiros ao VJORA	17	(1.194)	17	(1.194)
Efeito tributários sobre ajustes ao valor de mercado	-	334	-	334
Ajuste de conversão de investimento	-	(370)	-	(370)
Efeito tributários sobre ajuste de conversão de investimento	-	104	-	104
Itens que podem ser reclassificados subsequentemente para o resultado				
<i>Efeito reflexo nas controladas</i>				
Resultado dos ativos financeiros ao VJORA	-	4.888	-	4.888
Efeito tributários sobre ajustes ao valor de mercado	-	(1.956)	-	(1.956)
Resultado abrangente do exercício	33.830	42.742	33.830	42.742

Companhia de Participações Aliança da Bahia

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros					Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
		Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Ações em tesouraria			
Saldos em 1º de janeiro de 2024		410.358	-	73.297	182.323	-	20.006	-	685.984
Dividendos complementares do exercício de 2023, deliberados em 12 de dezembro de 2024	25f	-	-	-	(374)	-	-	-	(374)
Realização da reserva de reavaliação, líquida dos efeitos tributários - Controlada	25e	-	-	-	-	-	(104)	104	-
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	1.953	1.953
Dividendos prescritos - Controlada	25f	-	-	-	-	-	-	492	492
Resultado dos ativos financeiros ao VJORA, líquido dos efeitos tributários - Controlada	17c	-	-	-	-	-	2.072	-	2.072
Realização na venda das ações pertencentes à Controlada, líquida dos efeitos tributários	17c	-	-	-	-	-	-	1.085	1.085
Ajuste de conversão de investimento societário - Controlada, , líquida dos efeitos tributários	17c	-	-	-	-	-	(266)	-	(266)
Recompra de ações	25b	-	-	-	-	(130)	-	(32)	(162)
Aumento de capital por meio da incorporação	1.1 e 25a	201.798	-	-	-	-	-	-	201.798
Efeito da incorporação - Controlada	1.1	-	17.578	-	-	-	-	-	17.578
Eliminação do efeito investimento cruzado	25d	-	-	-	(41.833)	-	-	-	(41.833)
Outras movimentações		-	-	-	-	-	-	1.847	1.847
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	41.040	41.040
Proposta da destinação do resultado									
Constituição da reserva legal	25d	-	-	2.052	-	-	-	(2.052)	-
Constituição de outras reservas		-	-	-	29.437	-	-	(29.437)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	25f	-	-	-	-	-	-	(11.109)	(11.109)
Dividendos adicionais propostos	25f	-	-	-	-	-	-	(3.891)	(3.891)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		612.156	17.578	75.349	169.553	(130)	21.708	-	896.214
Realização da reserva de reavaliação, líquida dos efeitos tributários - Controlada	25e	-	-	-	-	-	(104)	104	-
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	182	182
Dividendos prescritos, líquida - Controlada	25f	-	-	-	-	-	-	(199)	(199)
Cancelamento das ações em tesouraria	25d	-	-	-	(130)	130	-	-	-
Resultado dos ativos financeiros ao VJORA, líquido dos efeitos tributários - Controlada	17c	-	-	-	-	-	17	-	17
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	33.709	33.709
Proposta da destinação do resultado									
Constituição da reserva legal	25d	-	-	1.685	-	-	-	(1.685)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	25f	-	-	-	-	-	-	(8.028)	(8.028)
Dividendos adicionais propostos	25f	-	-	-	-	-	-	(9.472)	(9.472)
Retenção de lucros (orçamento de capital)		-	-	-	14.611	-	-	(14.611)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		612.156	17.578	77.034	184.034	-	21.621	-	912.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Companhia de Participações Aliança da Bahia

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		33.709	41.040	33.709	41.040
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	18, 20, 21	1.003	1.023	17.535	11.884
Resultado de equivalência patrimonial	17	(54.685)	(59.569)	(55.729)	(44.922)
Juros sobre empréstimos e debêntures	22b	19.144	10.894	20.108	11.811
Mudanças no valor justo de ativos biológicos – gado	10c	-	-	(694)	(7.680)
Ajuste a Valor Presente – AVP	14	(502)	-	(502)	1.289
Amortização do custo de transação – debêntures	22b	22	21	24	5
Imposto de renda e contribuição social – corrente	11c	-	-	6.603	5.692
Imposto de renda e contribuição social – diferida	11c	(2.625)	(5.419)	(2.741)	(3.266)
Provisão para demandas judiciais	24a	2.639	2.048	11.795	6.873
Créditos decorrente de processo judicial	11a	-	-	-	(3.329)
Provisão - venda de participações	32b	1.815	2.024	1.815	2.024
Baixa do valor a receber - Ajuste de preço HA	32a	5.983	10.670	5.983	10.670
Correção de créditos tributários	11a	(761)	(714)	(966)	(1.067)
Correção dos depósitos judiciais	24c	(1.784)	(3.147)	(7.216)	(7.399)
Rendimento sobre aplicação financeira, líquido	8b	(11.845)	(12.347)	(24.445)	(21.170)
(Ganho)/Perda na alienação de títulos de renda variável	8b	(356)	709	(356)	765
(Ganho)/Perda na alienação de imóveis	28	(7.115)	-	(7.897)	(7.547)
(Ganho)/Perda na alienação de imobilizado	28	175	(22)	69	(354)
(Ganho)/Perda de oscilação na baixa da investida no exterior	28	-	-	-	(426)
Provisão (reversão) para perda esperada de crédito	9b	-	-	(112)	-
Resultado com variação cambial		-	-	144	(90)
Outros		-	-	44	(4)
		(15.183)	(12.789)	(2.829)	(5.201)
Variações nos ativos - (Aumento) redução					
Contas a receber de clientes	9	(161)	(28)	4.809	(2.409)
Tributos a recuperar		-	2	1	57
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11a	3.749	3.154	2.982	5.131
Depósitos judiciais e fiscais		16	(146)	(2.945)	(2.747)
Despesas antecipadas		24	-	150	-
Ativos relacionados a contratos de resseguros	23b	-	-	7.083	22.480
Recebíveis pela venda de ativos	14	-	-	-	1.129
Outras operações de ativos de contratos de seguros e resseguros		-	-	(1.610)	(527)
Outros créditos operacionais	16	-	-	(7.082)	(613)
Outros		(42)	(107)	577	(2.304)
		3.586	2.875	3.965	20.197
Variações nos passivos - Aumento (redução)					
Fornecedores		74	(15)	(57)	(1.600)
Obrigações sociais e trabalhistas		995	(55)	1.999	(321)
Obrigações tributárias		115	24	1.932	(610)
Provisões judiciais		(4)	-	539	(12)
Passivos de contratos de seguros	23a	-	-	(3.101)	(17.883)
Outras operações de passivos de contratos de seguros e resseguros		-	-	356	(1.585)
Outros		329	240	81	3.629
		1.509	194	1.749	(18.382)
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais					
		(10.088)	(9.720)	2.885	(3.386)
Imposto de renda e contribuição social (pagamentos e antecipações)	11a	-	(4)	(5.923)	(5.602)
Juros e encargos (pagamentos)	22b	(18.401)	(11.002)	(18.970)	(11.335)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais					
		(28.489)	(20.726)	(22.008)	(20.323)

Parte 1/2

Companhia de Participações Aliança da Bahia

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Fluxo de caixa das atividades de investimento</u>					
Resgates de aplicação financeiras	8b	185.875	153.197	363.988	382.654
Captações de aplicação financeiras	8b	(156.597)	(48.864)	(334.080)	(257.298)
Integralização de capital em controladas	17c	-	(41.052)	-	-
Alienação de investimentos/ações	8b	1.583	-	1.583	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (controladas e coligadas)	17c	(20.200)	(500)	-	(575)
Adiantamento para participação em empreendimento	17d	-	-	(15.984)	(4.137)
Retorno de investimento	17d	-	-	2.637	-
Nascimentos, mortes, absorções – gado	10c	-	-	(6.396)	(5.782)
Compra de ativo biológico – gado	10c	-	-	(4.900)	(3.616)
Vendas de ativo biológico – gado	10c	-	-	8.665	8.327
Outras variações do ativo biológico	10c	-	-	(21)	20
Dividendos e JCP recebidos	17d	8.000	-	15.184	41.609
Recebíveis pela venda de ativos		2.837	500	4.076	-
Transação com parte relacionada, líquida	13	(3.608)	(1.766)	-	116
Adições em propriedades para investimento	18b	(11.223)	-	(1.055)	(94.054)
Ativos não circulantes mantidos para venda	12	-	(5.582)	-	937
Adições de outros investimentos		(1.903)	(3.596)	(2.194)	(3.707)
Adições pela cessão de crédito		-	(7.261)	-	-
Alienação de imobilizado		54	96	164	618
Aquisição de imobilizado	20	(974)	(634)	(5.422)	(11.040)
Aquisição de intangível	21	-	-	(19.653)	(9.915)
Incorporação ALBA (efeito caixa)	1.1	-	-	-	1.677
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento		3.844	44.538	6.592	45.834
<u>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</u>					
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	22b	50.000	-	52.643	1.490
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	22b	(9.403)	(1.824)	(14.092)	(3.015)
Dividendos pagos, líquido	25f	(15.641)	(23.477)	(16.222)	(23.495)
Recompra de ações tesouraria	25b	-	(130)	-	(162)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento		24.956	(25.431)	22.329	(25.182)
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		311	(1.619)	6.913	329
<u>Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa</u>					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.055	2.674	3.712	3.383
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.366	1.055	10.625	3.712
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		311	(1.619)	6.913	329

Companhia de Participações Aliança da Bahia

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas					
Arrendamento de imóveis	26	3.034	1.712	55.189	50.054
Receitas com operações de seguros e resseguros emitidos	26	-	-	50.835	27.275
Vendas de gado	26	-	-	13.888	9.948
Prestação de serviços	26	-	-	-	2.669
Ganho/(Perda) na alienação de imobilizado	28	(175)	22	(65)	22
Ganho/(Perda) na alienação de imóveis	28	7.115	-	7.897	-
Ajuste de valor justo - ativo biológico	10	-	-	694	-
Vendas canceladas		54	-	(152)	-
Outras receitas	26	17	136	396	578
		10.045	1.870	128.682	90.546
Benefícios e sinistros					
Sinistros	26	-	-	(53.221)	(307)
Insumos adquiridos de terceiros					
Materiais, energia e outros		(12.098)	(13.659)	(17.297)	(25.925)
Serviços de terceiros	27	(1.612)	(2.037)	(13.678)	(8.041)
		(13.710)	(15.696)	(30.975)	(33.966)
Valor adicionado bruto					
		(3.665)	(13.826)	44.486	56.273
Retenções					
Depreciação e amortização	18, 20, 21	(1.003)	(1.023)	(17.535)	(11.884)
Valor adicionado líquido produzido					
		(4.668)	(14.849)	26.951	44.389
Valor adicionado recebido em transferência					
Equivalência patrimonial	17	54.685	59.569	55.729	44.922
Receitas financeiras		15.548	19.284	34.837	34.859
Ajuste de valor justo - ativo biológico	10	-	-	-	7.680
Resultado com operações de resseguros mantidos		-	-	2.327	(20.804)
Outros		-	-	926	10.346
		70.233	78.853	93.819	77.003
Valor adicionado total a distribuir					
		65.565	64.004	120.770	121.392
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos					
Remuneração Direta	27	13.012	10.503	40.653	41.205
Benefícios		11.620	8.838	31.825	31.288
F.G.T.S.		1.211	1.472	7.527	7.470
		181	193	1.301	2.447
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		(1.263)	(4.432)	17.897	14.986
Estaduais		(1.620)	(4.546)	13.481	11.121
Municipais		-	-	42	59
		357	114	4.374	3.806
Remuneração de capital de terceiros - Juros					
Juros		20.107	16.893	28.511	24.161
Juros		19.959	16.855	27.775	23.797
Aluguéis		-	38	311	307
Outras		148	-	425	57
		31.856	22.964	87.061	80.352
Remuneração de capitais próprios					
Lucros retidos		16.209	26.040	16.209	26.040
Dividendos mínimos obrigatórios e adicionais propostos		17.500	15.000	17.500	15.000
Valor adicionado total distribuído					
		65.565	64.004	120.770	121.392

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia de Participações Aliança da Bahia (“Aliança da Bahia” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1752, 11º andar - Pituba, Salvador - Ba, Brasil, tem por objetivo a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia cotista e/ou acionista, e a administração de bens próprios.

Nessas demonstrações, o termo “Grupo Aliança” ou “Consolidado” é usado para tratar o conjunto de informações da Companhia de Participações Aliança da Bahia e suas controladas, conforme demonstrado a seguir:

Companhia/ Empresa	Tipo de sociedade	Atividades principais	Participação (%)	
			31/12/2025	31/12/2024
Participação direta				
Aliança da Bahia Patrimonial Ltda. (“AB Patrimonial”)	Ltda.	Compra e venda de imóveis	100,00	100,00
Aliança da Bahia Agropecuária S.A. (“AB Agropecuária”)	S.A. (fechada)	Cria, engorda, compra e venda de rebanho bovino	100,00	100,00
Aliança da Bahia Engenharia e Serviços Administrativos Ltda. (“AB Engenharia”)	Ltda.	Serviço de engenharia	100,00	100,00
ALBA Participação em Seguradoras Ltda. (“ALBA Participação”)	Ltda.	Holding	100,00	100,00
Participação indireta				
Companhia de Seguros Aliança da Bahia (“ALBA Seguradora”)	S.A. (fechada)	Seguros	100,00	100,00
Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. (“Companhia Uruguay”) - Participação de 100%	-	Seguros (processo de liquidação voluntária encerrado em agosto/24)	-	-

Além das controladas acima, a Companhia detém as seguintes participações indiretas em coligadas, que reconhece a sua participação através de equivalência patrimonial:

Companhia/ Empresa	Tipo de sociedade	Atividades principais	Participação (%)	
			31/12/2025	31/12/2024
Participação indireta				
Bay Properties BSB Armazenagem S.A. (“Bay Properties BSB”)	S.A. (fechada)	Armazenagem	33,33	33,33
Boulevard Itaparica Ltda. (“Boulevard Itaparica”)	Sociedade em Conta de Participação	Empreendimentos imobiliários	35,00	-
Brasilcap Capitalização S.A. (“Brasilcap”)	S.A. (fechada)	Operações nos segmentos de capitalização	15,86	15,86

1.1 Reorganização societária

Em 15 de dezembro de 2023, foi aprovada, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da totalidade das ações de emissão da ALBA Seguradora pela Companhia, conforme estabelecido no Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações, celebrado pelas administrações das respectivas companhias em 23 de novembro de 2023. A ALBA Seguradora tem como objeto social a realização de operações nos segmentos de seguros de pessoas e de danos.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

A operação foi efetivamente consumada em 19 de janeiro de 2024, conforme fato relevante divulgado na mesma data, e envolveu os seguintes desdobramentos: (i) atribuição de 0,8 ação ordinária de emissão da Companhia para cada ação ordinária da ALBA Seguradora e 0,8 ação preferencial da Companhia para cada ação preferencial da ALBA Seguradora; (ii) aumento de capital da Companhia no valor total de R\$ 201.798; e (iii) contribuição da totalidade das ações de emissão da ALBA Seguradora, anteriormente detidas pela Companhia, ao capital social de sua subsidiária integral, ALBA Participação em Seguradoras Ltda., cujo objeto social é o exercício do controle acionário da ALBA Seguradora.

Em decorrência dessa reorganização societária, a ALBA Seguradora passou a ser uma subsidiária integral: (i) direta da ALBA Participação em Seguradoras Ltda., e (ii) indireta da Companhia de Participações Aliança da Bahia.

Após a consumação da operação de incorporação, o registro da ALBA Seguradora como companhia aberta foi cancelado perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O acervo líquido contábil transferido pela ALBA Seguradora, com data-base em 31 de dezembro de 2023, foi considerado com base nos valores contábeis dos livros, sem reconhecimento de ágio ou deságio. A seguir, é apresentada a movimentação patrimonial decorrente da operação:

Ativo	31/12/2023	Ajustes	31/12/2023
Circulante			
Disponível - caixa e bancos	1.677	-	1.677
Aplicações	55.457	-	55.457
Ativos da atividade seguradora/resseguradora	8.268	-	8.268
Ativos relacionados a contratos de resseguros	8.107	-	8.107
Outras Operações	161	-	161
Títulos e créditos a receber	2.061	-	2.061
Títulos e créditos a receber	199	-	199
Recebíveis pela venda de ativos	719	-	719
Demais créditos tributários e previdenciários	18	-	18
Imposto de renda e contribuição social	1.031	-	1.031
Outros créditos	94	-	94
Bens à venda	1.909	-	1.909
Despesas antecipadas	73	-	73
Total do ativo circulante	69.445	-	69.445
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativos da atividade seguradora/resseguradora	68.408	-	68.408
Ativos relacionados a contratos de resseguros	68.408	-	68.408
Outros créditos	4.292	-	4.292
Títulos e créditos a receber	100.445	-	100.445
Recebíveis pela venda de ativos	7.413	-	7.413
Imposto de renda e contribuição social	955	-	955
Depósitos judiciais e fiscais	92.077	-	92.077
Depósitos compulsórios	2.420	-	2.420
Total do realizável a longo prazo	175.565	-	175.565
Investimentos	170.622	(41.833)	128.789
Participações societárias (1)	163.327	(41.833)	121.494
Imóveis urbanos não destinados a uso próprio	6.829	-	6.829
Outros investimentos	466	-	466
Imobilizado	2.708	-	2.708
Imóveis de uso próprio	2.103	-	2.103
Bens móveis	466	-	466
Outras imobilizações	139	-	139
Intangível	10.239	-	10.239
Total do ativo não circulante	359.134	(41.833)	317.301
Total do ativo	428.579	(41.833)	386.746

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2023	Ajustes	31/12/2023
Circulante			
Contas a pagar	12.154	(6.393)	5.761
Obrigações a pagar	3.192	-	3.192
Dividendos a pagar (2)	7.348	(6.393)	955
Impostos e encargos sociais a recolher	972	-	972
Encargos trabalhistas	624	-	624
Outros impostos e contribuições	18	-	18
Passivos da atividade seguradora/resseguradora	10.843	-	10.843
Passivos de contratos de seguros	10.706	-	10.706
Outras operações	137	-	137
Total do passivo circulante	22.997	(6.393)	16.604
Não circulante			
Tributos diferidos	2.336	-	2.336
Outras contas a pagar	6	-	6
Passivos da atividade seguradora/resseguradora	101.470	-	101.470
Passivos de contratos de seguros	99.539	-	99.539
Outras operações	1.931	-	1.931
Provisões judiciais	85.979	-	85.979
Total do passivo não circulante	189.791	-	189.791
Patrimônio líquido			
Capital social	100.000	-	100.000
Reservas de reavaliação	6.075	-	6.075
Reservas de lucros	112.996	(35.440)	77.556
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.824)	-	(1.824)
Efeitos da CPC 50 / IFRS17	(1.456)	-	(1.456)
Total do patrimônio líquido	215.791	(35.440)	180.351
Total do passivo e patrimônio líquido	428.579	(41.833)	386.746

(1) Parte do investimento da ALBA Seguradora que se refere a parcela do patrimônio da Aliança da Bahia que é eliminado para anular o efeito da participação recíproca.

(2) Saldo dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício 2023, que com a incorporação das ações o direito a receber passou para ALBA Participação.

1.2 Baixa da controlada indireta Companhia Uruguay

O processo de liquidação voluntária da subsidiária integral da controlada indireta ALBA Seguradora no Uruguai denominada Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. (“Companhia Uruguay”) foi finalizado em 06 de maio de 2024, com extinção e baixa do investimento no terceiro trimestre de 2024.

1.3 Reforma Tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que dispõe sobre as bases da Reforma Tributária. O principal efeito dessa mudança é a criação do chamado IVA dual, composto por dois novos tributos: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência exclusiva da União, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), cuja competência será compartilhada entre os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, além do Imposto Seletivo (IS). O IBS substituirá os atuais ICMS e ISS; a CBS substituirá as contribuições ao PIS e à COFINS; e o IS substituirá o IPI.

Atualmente, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi convertido na Lei Complementar nº 214/2025, que instituiu a CBS e o IBS, além da Lei Complementar nº 224/2025, que dispõe sobre incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia concedidos exclusivamente no âmbito da União.

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, que instituiu o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), além de criar o Comitê Gestor do IBS e estabelecer as diretrizes gerais para a regulamentação desses tributos.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

Em 8 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 225/2026, que institui o Código de Defesa do Contribuinte, estabelecendo normas gerais relativas aos direitos, garantias, deveres e procedimentos aplicáveis à relação jurídica entre o sujeito passivo — contribuinte ou responsável — e a administração tributária. Posteriormente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), dispõe sobre o processo administrativo tributário do IBS e sobre a distribuição de sua arrecadação entre os entes federativos, entre outros aspectos relevantes.

Em continuidade à implementação da Reforma Tributária, a Receita Federal do Brasil vem editando normas infralegais relativas à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), com o objetivo de operacionalizar e detalhar a nova sistemática tributária.

A Administração acompanha de forma contínua a evolução legislativa e regulamentar da Reforma Tributária. Para esse fim, a Companhia contratou consultoria especializada para apoiar na análise técnica dos potenciais impactos da nova sistemática tributária sobre suas operações e demonstrações financeiras.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade com relação às normas IFRS e Práticas adotadas no Brasil

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo as Normas Contábeis Internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”) e homologadas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”).

A Administração considera que o Grupo possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na **nota explicativa nº 6**.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração use de julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos nos ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas adotadas são analisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia, sendo as revisões realizadas reconhecidas no exercício em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 17 - equivalência patrimonial em investidas:** determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida.
- **Nota Explicativa nº 26 - reconhecimento da receita:** se a receita é reconhecida ao longo do tempo ou em momento específico no tempo; e se um contrato possui ou não um arrendamento; e
- **Nota Explicativa nº 18d - divulgação do valor justo das propriedades:** determinação do valor das propriedades realizada por avaliadores imobiliários externos independentes.

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos incluem cálculos para:

- **Nota Explicativa nº 10 - determinação do valor justo dos ativos biológicos:** baseada em dados não observáveis significativos;
- **Nota Explicativa nº 11b - reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro, contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- **Nota Explicativa nº 23 - reconhecimento de ativos e passivos de contratos de seguro e resseguros:** forma de reconhecimento e mensuração de contratos de seguros e resseguros, com objetivo que a entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos.
- **Nota Explicativa nº 24a - reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais:** principais premissas sobre a probabilidade das saídas de recursos; e
- **Nota Explicativa nº 32a - determinação dos fluxos futuros do Hospital Aliança:** baseada em dados não observáveis significativos.

(c) Mensuração do valor justo

O Grupo Aliança estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo com reporte diretamente aos Administradores.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo Aliança usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Quando aplicável, o Grupo Aliança reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças; e no final do período de relatório durante o qual a mudança ocorreu.

Caso os dados utilizados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo pertençam a diferentes níveis da hierarquia, a mensuração será classificada no nível mais baixo que seja significativo para toda a medição. São registradas a valor justo:

- **Nota Explicativa nº 8 - Aplicações financeiras;**
- **Nota Explicativa nº 10 - Ativos biológicos; e**
- **Nota Explicativa nº 32a - Valor justo do recebível da venda do Hospital Aliança.**

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

4 Novas normas e interpretações (Ainda não adotadas e/ou ainda não aplicáveis)

As normas alteradas que foram emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras, estão descritas abaixo:

(a) CPC 51 (IFRS 18) - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não será alterado;
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras;
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras; e
- Todas as entidades serão obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo Aliança ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, especialmente no que diz respeito à estrutura da demonstração de lucros e perdas, à demonstração dos fluxos de caixa e às divulgações adicionais exigidas para as MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre a forma de agrupamento das informações nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros".

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

(b) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens abaixo:

- instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado: são mensurados pelo valor justo; e
- ativos biológicos: mensurados pelo valor justo, menos o custo de venda.

6 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração destas demonstrações estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário, e refletem os critérios adotados pela Companhia para o reconhecimento, mensuração e divulgação de suas transações e saldos relevantes. Não houve alterações significativas nas políticas contábeis adotadas neste exercício.

6.1 Base de consolidação

(a) Controladas

A Companhia controla uma empresa, quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a empresa e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a empresa. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras da Companhia a partir da data em que o controle é obtido até o momento em que deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais, as informações financeiras das controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

(b) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo deixa de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(c) Investimentos em empresas contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas e empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*).

As coligadas são aquelas empresas nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma empresa controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Aliança da Bahia controle compartilhado, garantindo direito aos ativos líquidos da empresa controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Aliança da Bahia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

(d) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Aliança da Bahia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

6.2 Reconhecimento da receita operacional

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente, sendo apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia e suas Controladas reconhecem a receita, quando transfere o controle do serviço ao cliente. O valor corresponde à contraprestação justa recebida ou a receber pela prestação de serviços, no curso normal das atividades.

A mensuração da receita ocorre com segurança, garantindo o cumprimento das obrigações de desempenho estabelecidas no contrato firmado entre a Companhia e o cliente. As receitas da Companhia e de suas controladas são apresentadas conforme os pronunciamentos contábeis aplicáveis a cada segmento:

i. Receitas reconhecidas de acordo com o CPC 47 / IFRS 15

Segmento agronegócio - A receita é reconhecida quando os ativos são efetivamente entregues, ou seja, na chegada do gado no estabelecimento do comprador. As faturas são emitidas de acordo com os termos contratuais e, geralmente, são pagas em até 30 dias.

Segmento construção civil - A receita é reconhecida ao longo do tempo, conforme os serviços são prestados. As faturas para os serviços são emitidas mensalmente e normalmente são pagas em 30 dias.

ii. Receitas reconhecidas de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16

Segmento arrendamento de imóveis - A receita decorrente de arrendamentos operacionais é reconhecida pelo método linear ao longo do prazo do contrato. As faturas são emitidas mensalmente e normalmente são pagas em menos de 30 dias.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação contratual a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando atua como arrendadora, a Companhia avalia, no início do contrato, se o arrendamento deve ser classificado como financeiro ou operacional, considerando a transferência substancial de riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Para isso, são analisados fatores como o prazo do arrendamento em relação à vida econômica do ativo, a taxa incremental do arrendamento, a avaliação dos recebimentos em relação ao valor justo do ativo subjacente e a natureza do ativo arrendado.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

Caso o arrendamento transfira substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo subjacente ao arrendatário, ele é classificado como um arrendamento financeiro. Caso contrário, é tratado como um arrendamento operacional.

iii. Receitas reconhecidas de acordo com o CPC 50 / IFRS 17

Segmento Seguros - As políticas contábeis sobre as receitas relacionadas ao segmento de seguros, estão sendo divulgados na **nota explicativa nº 6.15h**.

6.3 Resultado financeiro líquido

As receitas e despesas financeiras da Companhia incluem as receitas e despesas de juros, ganhos ou perdas líquidas de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas de valor justo em contraprestação contingente classificadas como passivo financeiro.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A taxa de juros efetiva é aquela que ajusta os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida do instrumento financeiro ao seu valor presente, refletindo o valor contábil bruto do ativo financeiro ou ao custo amortizado do passivo financeiro.

6.4 Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos, calculados sobre o lucro, e são reconhecidos no resultado, exceto quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes (ORA). O cálculo considera as alíquotas vigentes aplicáveis ao regime de tributação da Companhia e de suas Controladas.

i. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A provisão é calculada sobre o lucro tributável do exercício, que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, pois exclui receitas e despesas que não são tributáveis ou dedutíveis de forma permanente ou temporária. Esse valor é apurado considerando as alíquotas vigentes e reconhecido no balanço patrimonial como um passivo fiscal a pagar ou, quando aplicável, como um ativo fiscal a recuperar, refletindo eventuais incertezas na apuração, se houver.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se critérios específicos forem atendidos.

ii. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e dos valores contábeis.

Esse imposto pode gerar ativos ou passivos fiscais diferidos, dependendo se a diferença resultará em um tributo a ser pago ou compensado no futuro. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos, sendo compensados somente se critérios específicos forem atendidos.

6.5 Ativos biológicos

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preços praticados nas regiões onde estão localizados os ativos e volume de produtividade as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. Desta forma, a mensuração é baseada na arroba, raça e faixa etária. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido no resultado do exercício em que ocorre.

A controlada AB Agropecuária tem como prática efetuar o inventário físico, pesagem e vacinação do rebanho nos meses de maio e novembro de cada ano. A Administração avalia, a cada data de divulgação, se houve alterações significativas nas premissas utilizadas para mensuração do valor justo.

Para absorção dos custos de produção utiliza a quantidade de diárias no pasto como critério de rateio. Os bezerros e bezerras em formação, de 0 a 7 meses, mantidos ao pé até a desmama, absorvem os custos das matrizes correspondentes.

Os ativos biológicos reconhecidos como de Pura Origem (PO), com genética comprovada, são registrados, porém contabilizados no grupo de Ativo biológico.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a controlada AB Agropecuária não possuía quaisquer tipos de ativos biológicos com titularidade restrita ou dados como garantia de exigibilidade.

6.6 Ativo Não Circulante Mantido para Venda

Os imóveis urbanos não destinados ao uso próprio, são classificados mantidos para venda quando são colocados efetivamente para venda imediata em suas condições atuais, que se encontram sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros e que seja altamente provável durante 12 meses para sua realização. São mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o seu valor justo subtraído das despesas de venda.

Uma vez classificados como mantidos para venda, não são mais amortizados ou depreciados.

6.7 Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu custo. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

(b) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

(c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

O Grupo Aliança realiza uma análise periódica para identificar a necessidade de reconhecer perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) dos itens do ativo imobilizado e reavalia as vidas úteis dos ativos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificadas mudanças relevantes.

(d) Reclassificação para propriedades para investimento

Quando uma propriedade deixa de ser utilizada pelo proprietário e passa a ser classificada como propriedade para investimento (PPI), ela é reclassificada pelo valor contábil registrado no imobilizado, sem remensuração pelo valor justo.

6.8 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são mensuradas ao custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme o CPC 28. As propriedades adquiridas antes de 2008 foram avaliadas a valor de mercado em outubro de 2007.

A depreciação é calculada com base na vida útil estimada para cada bem. Os ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento, apurados pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado, em outras receitas e despesas operacionais. Quando da venda, eventual montante registrado em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A receita de arrendamento de propriedades para investimento é reconhecida como receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Para fins de divulgação, o valor justo das propriedades para investimento é determinado por avaliadores externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, que fornecem, anualmente, a estimativa de valor justo da carteira. Em 2025, com base nos laudos técnicos recebidos em janeiro de 2025, a Administração revisou as vidas úteis econômicas dos ativos classificados como propriedades para investimento e passou a adotar, prospectivamente, as novas taxas de depreciação desde o início do exercício. Essa revisão foi tratada como mudança em estimativa contábil, sem efeitos retroativos sobre exercícios anteriores, razão pela qual os valores comparativos de 2024 refletem as estimativas vigentes à época.

6.9 Provisões para demandas judiciais

As provisões nas esferas fiscal, trabalhista e cível são reconhecidas quando a Companhia e as suas controladas têm a obrigação presente como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

A avaliação das provisões é realizada com base na experiência dos assessores jurídicos do Grupo Aliança, que analisam a natureza e a probabilidade de êxito de cada processo, considerando a posição dos tribunais e as decisões anteriores. Além disso, as provisões são atualizadas periodicamente, de acordo com os índices legais aplicáveis a cada tipo de processo e conforme as mudanças nas circunstâncias de cada caso.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

Para os processos classificados com probabilidade de perda provável, as provisões são integralmente contabilizadas no resultado, refletindo o impacto financeiro das estimativas de liquidação. O montante das provisões é ajustado conforme o andamento dos processos e as orientações dos assessores jurídicos, com base nas informações mais recentes dos respectivos tribunais.

6.10 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre capital próprio são reconhecidos no passivo com base nos dividendos mínimos definidos pelo Estatuto Social da Aliança da Bahia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo, quando aprovado pelo Conselho de Administração.

6.11 Instrumentos financeiros

O Grupo Aliança categoriza seus ativos financeiros com base nas diretrizes da IFRS 9/CPC 48, que estabelecem critérios para classificação com base no modelo de negócios da empresa.

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo Aliança se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

i. Ativos financeiros – classificação

O Grupo utiliza o Teste SPPI (*Solely payments of principal and interest*) para classificar os ativos financeiros. Esse teste avalia se o retorno sobre o investimento está relacionado ao valor principal mais os juros, considerando o valor do dinheiro ao longo do tempo.

Os ativos que não atendem aos critérios do Teste SPPI são classificados como valor justo por meio do resultado. Já os ativos que atendem aos critérios são mensurados pelo custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, dependendo da estratégia de gestão da empresa.

Os ativos financeiros são classificados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR).

Mensurados pelo custo amortizado: Ativos gerenciados com objetivo de recebimento de fluxos de caixa contratuais, constituído apenas por principal e juros, e, quando aplicável, são reduzidos por perdas ao valor recuperável.

Mensurados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: Ativos gerenciados com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais, constituídos por principal e juros, por meio da manutenção do ativo e vendas, e, quando aplicável, são reduzidos por perdas ao valor recuperável.

Mensurados a Valor Justo por meio do Resultado: Ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e não são mantidos para coletar fluxos de caixas contratuais são classificados como valor justo por meio do resultado.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. Nesse caso, todos os ativos financeiros impactados pela mudança são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

ii. Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

iii. Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Administração considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

iv. Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no deixa de reconhecer é reconhecido no resultado.

Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

v. Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no deixa de reconhecer também é reconhecido no resultado.

vi. Desreconhecimento

Ativos financeiros - A Companhia e suas controladas deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa sobre um ativo financeiro em uma transação em que substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou quando a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros - A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também deixa de reconhecer um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

Compensação - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

6.12 Capital Social

(a) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32/IAS 12.

(b) Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não conferem aos seus titulares o direito de exigir a entrega de caixa ou outro ativo financeiro da Companhia, nem requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

6.13 Lucro por ação

O cálculo básico e diluído do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

6.14 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(a) Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo os recebíveis de arrendamento que são divulgados como parte do contas a receber e outros recebíveis. Essas provisões são mensuradas com base na perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, abrangendo também contas a receber de clientes e ativos de contrato.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo Aliança considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica de cada empresa, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

(b) Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. A mensuração é realizada ao valor presente, considerando todas as insuficiências de caixa, ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos de caixa que espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

(c) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

(d) Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

(e) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

6.15 Contratos de seguros e resseguros

Contrato de seguro é um acordo que estabelece uma relação em que a Seguradora aceita o risco a ser coberto, indenizando o segurado no caso de um evento específico, futuro e incerto.

Enquanto o contrato de resseguro é o acordo emitido por outra entidade (resseguradora) para compensar a Seguradora por sinistros resultantes de um ou mais contratos de seguros (contratos subjacentes).

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos contratos de seguro e de resseguros são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 50 (IFRS 17) – Contratos de Seguro.

a) Separação de componentes de contratos de seguro e resseguro

A Seguradora avalia seus produtos para determinar se contêm componentes de derivativos embutidos, componentes de investimento distintos (se existem produtos comercializados separadamente sem a prestação dos serviços de seguros) e componentes de bens ou serviços. Atualmente, os contratos de seguro da ALBA Seguradora não incluem nenhum componente distinto que requeira tal separação.

b) Nível de agregação de contratos de seguros e resseguros

I. Para contratos de seguros

As carteiras são compostas por grupos de contratos sujeitos a riscos semelhantes e administrados em conjunto, agrupados em carteiras ou portfólios. Para fins de mensuração, as carteiras são divididas em safras anuais de contratos (por ano de emissão) e cada corte anual é subdividido em três grupos baseados na lucratividade estimada dos contratos no seu reconhecimento inicial:

- **Onerosos** – Grupo de contratos que são onerosos no reconhecimento inicial;

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

- **Baixo risco de onerosidade** – Grupo de contratos que, no reconhecimento inicial, não têm qualquer possibilidade significativa de se tornarem onerosos posteriormente; e
- **Demais** – Grupo dos contratos remanescentes que não se enquadraram nas categorias anteriores.

Um contrato de seguro emitido é reconhecido quando ocorrer primeiro: (i) início de seu período de cobertura; (ii) Quando o primeiro pagamento do segurado vencer ou, caso não haja data contratual de vencimento, quando for recebido do segurado; e (iii) Quando fatos e circunstâncias indicarem que o contrato é oneroso.

II. Para contratos de resseguros mantidos

Os contratos de resseguro mantidos foram agrupados em portfólios semelhantes aos contratos de seguros e são divididos em safras anuais.

Os contratos de resseguro mantidos foram classificados como custo, ou seja, contratos que no reconhecimento inicial têm baixa possibilidade de gerarem ganhos líquidos após o reconhecimento inicial.

Um grupo de contratos de resseguro mantidos é reconhecido a partir do que ocorrer primeiro: (i) com início do período de cobertura do grupo de contratos; e (ii) data em que a entidade reconhece um grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes, quando aplicável.

III. Portfólios da ALBA Seguradora

Produtos Descontinuados e Sem Novas Emissões

Os produtos apresentados neste grupo correspondem: (i) aos valores de seguros a liquidar e com a participação do ressegurador sobre os riscos assumidos, sem emissão de prêmios referente às operações contratadas até 2010. Não há passivo para cobertura remanescente (“LRC”) a ser constituído para estes contratos; e (ii) e um grupo de apólices vigentes não significativo da carteira de vida, com retenção total, e, portanto, sem contratos de resseguros associados.

Portfólios	
<i>Run-Off</i> Vida	<i>Run-Off</i> Não Vida
Vida em Grupo	Diversos produtos de DANOS sem provisão de prêmio associada

Produtos Novos (Vigentes a partir de 2023 oriundos da reestruturação da ALBA Seguradora)

Produtos novos que estão sendo comercializados desde 2023, nos segmentos de pessoas e de danos.

Portfólios	
<i>Run-on</i> Vida	<i>Run-On</i> Não Vida
Vida em Grupo	Empresarial
Vida Individual	Residencial
Acidentes Pessoais – coletivo	Garantia Estendida
Acidentes Pessoais Individuais	Riscos Diversos
Prestamista	Responsabilidade Civil - Geral
	Penhor Rural
	Seguro Benfeitorias

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

c) Limites contratuais

A mensuração de um grupo de contratos inclui todos os fluxos de caixa futuros dentro dos limites contratuais de cada contrato no grupo. Para contratos de seguros, os fluxos de caixa estão dentro dos limites contratuais se surgirem direitos e obrigações substantivos que existem durante o período de relatório em que a Seguradora pode obrigar o detentor da apólice a pagar prêmios ou tem uma obrigação substantiva de fornecer ao segurado serviços do contrato de seguro.

Uma obrigação substantiva de prestar serviços termina quando a Seguradora tem a capacidade prática de reavaliar os riscos do segurado, preço ou um nível de benefícios que reflita integralmente os riscos assumidos da carteira que contém o contrato. A precificação dos prêmios até a data de reavaliação não leva em consideração riscos que se referem a períodos após a data de reavaliação.

Para contratos de resseguro mantidos, a Seguradora avalia se os fluxos de caixa estão dentro dos limites contratuais se surgirem direitos e obrigações substantivos que existem durante o período do balanço em que é obrigada a pagar valores ou tem o direito substantivo de receber serviços do ressegurador.

Um direito substantivo de recebimento de serviços do ressegurador termina quando: a capacidade prática de reavaliar os riscos transferidos a ele e pode estabelecer um preço ou nível de benefícios que reflita integralmente os riscos reavaliados e direito substantivo de encerrar a cobertura.

O limite do contrato é reavaliado a cada data de relatório para incluir o efeito de mudanças nas circunstâncias sobre os direitos e obrigações substantivas de cada grupo e pode mudar ao longo do tempo.

d) Modelos de mensuração

De acordo com as características dos contratos de seguros emitidos, os seguintes modelos de mensuração são aplicados à ALBA Seguradora para cada um dos seus portfólios:

<u>Portfólio</u>	<u>Contratos de seguro</u>	<u>Resseguro mantido</u>
<i>Run-off</i> Vida	BBA / PAA	PAA
<i>Run-off</i> Não Vida	PAA	PAA
<i>Run-on</i> Vida	PAA	PAA
<i>Run-on</i> Não Vida	PAA	PAA

I. Abordagem Geral de Mensuração (GMM ou BBA)

É o principal modelo utilizado para mensuração dos contratos de seguro e resseguro, fornece uma estrutura abrangente que proporciona informações que refletem as diferentes características dos contratos e as maneiras nas quais as seguradoras obtêm receitas.

Para mensurar um grupo de contratos de resseguro, este modelo aplica as mesmas políticas contábeis dos contratos de seguros, sendo que o valor contábil para os contratos de resseguro é resultado da soma do ativo para cobertura remanescente com o ativo para sinistros incorridos.

❖ Mensuração no reconhecimento inicial

O passivo (ou ativo) reconhecido para um grupo de contratos de seguro é mensurado, no reconhecimento inicial e posteriormente, como a soma:

Dos **fluxos de caixa de cumprimento**, refletem estimativas dos fluxos de caixa de entrada e saída necessários para o cumprimento dos direitos contratuais da companhia de receber recursos dos contratantes e das obrigações contratuais frente aos segurados e compreendem estimativas de fluxos de caixa futuros, um ajuste para refletir o valor do dinheiro no tempo (taxa de desconto) e um ajuste de risco não financeiro, diante da incerteza sobre o valor e a tempestividade dos fluxos de caixa decorrentes do risco não financeiro; e

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

Da **margem contratual de seguro** (“CSM”) que representa o lucro não auferido que a entidade deverá reconhecer à medida que os serviços forem prestados, estabelecido pelo total de: *(i)* fluxos de caixa de cumprimento; *(ii)* quaisquer fluxos de caixa resultantes naquela data; e *(iii)* valores resultantes da baixa de quaisquer ativos ou passivos anteriormente reconhecidos para fluxos de caixa relacionados ao grupo.

Se o contrato não for oneroso, a CSM é mensurada com o valor igual da entrada líquida, o que não resulta em receitas ou despesas decorrentes do reconhecimento inicial. Porém, se o total for uma saída líquida, o grupo é oneroso, e a saída líquida é reconhecida como uma perda no resultado. Um componente de perda é criado para descrever o valor da saída líquida de caixa, que determina os valores que serão posteriormente apresentados no resultado como reversões de perdas em contratos onerosos e serão excluídos da receita de seguros.

O objetivo da ALBA Seguradora ao estimar os fluxos de caixa futuros é determinar o valor esperado, ou a média ponderada da probabilidade, de toda a gama de resultados possíveis, considerando todas as informações razoáveis e suportáveis disponíveis na data de relatório, sem custo ou esforço indevido.

❖ **Mensuração subsequente**

Os fluxos de caixa do cumprimento contratual dos grupos de contratos de seguro são mensurados na data do balanço utilizando estimativas atuais de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto atuais e estimativas atuais do ajuste ao risco para o risco não financeiro. As mudanças nos fluxos de caixa do cumprimento contratual são reconhecidas como segue:

- Alterações relacionadas aos serviços futuros: Ajustadas em relação à CSM (ou reconhecidas na prestação de serviços de seguros com impacto no resultado caso o grupo seja oneroso).
- Alterações relacionadas a serviços atuais ou passados: Reconhecidas na prestação de serviços de seguro com impacto no resultado.
- Efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e mudanças nesses nos fluxos de caixa futuros estimados: Reconhecidas como receitas ou despesas de financiamentos de seguros.

A Companhia mensura o valor contábil de um grupo de contratos no final de cada período de relatório como a soma do passivo/ativo pela cobertura remanescente, compreendendo os fluxos de caixa de cumprimento relacionados ao serviço futuro alocado ao grupo naquela data e a CSM do grupo naquela data e do passivo por sinistros ocorridos, compreendendo os fluxos de caixa de cumprimento relativos ao serviço passado alocado ao grupo naquela data.

I. Abordagem de Alocação de Prêmio (PAA)

É um modelo de mensuração simplificado e que está disponível para contratos de seguro e resseguro que atendem aos critérios de elegibilidade, permitido para grupos que tenham o limite de contrato de curto prazo.

Por se tratar de produtos novos, a ALBA Seguradora assume que nenhum contrato é oneroso no reconhecimento inicial, a menos que fatos e circunstâncias indiquem o contrário utilizando avaliação dos estudos de viabilidade dos produtos ofertados e não representam variabilidade significativa dos fluxos de caixa de cumprimento.

❖ **Mensuração no reconhecimento inicial**

No reconhecimento inicial de cada grupo de contratos, o valor contábil do passivo por cobertura remanescente é mensurado pelos: *(i)* prêmios recebidos no reconhecimento inicial. *(ii)* menos quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguros alocados ao grupo naquela data, e *(iii)* ajustado por qualquer valor decorrente do deixo de reconhecer na data do ativo ou passivo reconhecido para os fluxos de caixa de aquisição de seguro pago ou recebido antes do grupo de contratos ser reconhecido.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

❖ Mensuração subsequente

Posteriormente, o valor contábil da obrigação para a cobertura remanescente é: (i) acrescido por quaisquer prêmios recebidos; (ii) decrescido por quaisquer fluxos de caixa adicionais de aquisição de seguros alocados após o reconhecimento inicial; (iii) acrescido pela amortização dos fluxos de caixa da aquisição de seguros reconhecidos como despesas; e (iv) decrescido pelo valor reconhecido como receita de seguro para serviços prestados e quaisquer fluxos de caixa adicionais de aquisição de seguros alocados após o reconhecimento inicial.

Se em algum momento durante o período de cobertura, fatos e circunstâncias indicam que um grupo de contratos é oneroso, então se reconhece uma perda no resultado e aumenta o passivo pela cobertura remanescente na medida em que as estimativas atuais dos fluxos de caixa de cumprimento que se referem à cobertura remanescente excedam o valor contábil da obrigação pela cobertura remanescente.

Caso um componente de recuperação de perdas seja criado para um grupo de contratos de resseguro mensurados de acordo com a PAA, a Seguradora ajusta o valor contábil do ativo para cobertura remanescente em vez de ajustar a CSM.

e) Componentes de perda

A ALBA Seguradora agrupou os contratos que são onerosos no reconhecimento inicial separadamente dos contratos da mesma carteira que não são onerosos no reconhecimento inicial. Grupos que não eram onerosos no reconhecimento inicial também podem se tornar posteriormente onerosos se as premissas e a experiência mudarem.

Quando os fluxos de caixa do cumprimento contratual são incorridos, eles são alocados entre o componente de perda e o passivo por cobertura remanescente excluindo sistematicamente o componente de perda.

A base sistemática é determinada pela proporção do componente de perda relativamente à estimativa total do valor presente das saídas futuras de caixa mais o ajuste ao risco para os riscos não financeiros no início de cada exercício (ou no reconhecimento inicial caso um grupo de contratos seja reconhecido inicialmente no ano).

Variações nos fluxos de caixa do cumprimento contratual relativas a serviços futuros são alocadas somente para o componente de perda. Caso o componente de perda seja reduzido a zero, então qualquer excesso sobre o valor alocado ao componente de perda cria uma nova CSM para o grupo de contratos.

f) Componentes de recuperação de perda

O componente de recuperação de sinistros determina os valores que são posteriormente apresentados no resultado como reversões das recuperações de sinistros dos contratos de resseguro e são excluídos da destinação dos prêmios de resseguro pagos.

g) Passivo para sinistros ocorridos

A ALBA Seguradora, para ambas as abordagens de mensuração (PAA ou BBA), estima o passivo para sinistros ocorridos baseado nas melhores estimativas disponíveis, que levam em consideração a experiência histórica observada, premissas realistas e informações razoáveis que refletem a perspectiva atual da Companhia e incluem um ajuste para o risco não financeiro.

Os fluxos de caixa futuros de sinistros incorridos são descontados (a taxas atuais), a menos que se espere que sejam pagos em um ano ou menos a partir da data em que os sinistros sejam incorridos.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

h) Fluxos de caixa de aquisição de seguros

São custos diretamente atribuíveis à carteira de contratos a que o grupo pertence, resultante dos custos de venda (por exemplo comissão, pró-labore), e surgem quando são pagos ou quando um passivo é requerido a ser reconhecido. Reconhecendo como ativo quando os fluxos de caixa de aquisição de seguros surgem antes do reconhecimento dos grupos.

Os fluxos de caixa de aquisição de seguros são diferidos para o resultado linearmente de acordo com a passagem do tempo (através da receita de seguros) ou de acordo com a curva de permanência da carteira.

No final de cada período de divulgação, a ALBA Seguradora avalia a recuperabilidade dos ativos para aquisição de fluxos de caixa de seguros se fatos e circunstâncias indicarem que o ativo pode estar desvalorizado, e se identificar uma perda por não recuperabilidade (*impairment*), ajusta o valor contábil do ativo e reconhece a perda no resultado.

i) Apresentação

Os grupos de contratos de seguros emitidos e resseguros mantidos que são ativos ou passivos, são apresentadas separadamente no balanço patrimonial, que incluem quaisquer ativos ou passivos reconhecidos para fluxos de caixa de aquisição de seguros pagos ou recebidos antes do reconhecimento do respectivo grupo de contratos.

Com relação ao reconhecimento na demonstração do resultado, as despesas com receita de seguro e serviços de seguro excluem quaisquer componentes de investimento e são reconhecidas como segue:

Receita de seguros – contratos mensurados de acordo com a BBA – A ALBA Seguradora reconhece a receita de seguros pela satisfação de suas obrigações de desempenho, à medida que presta serviços sob grupos de contratos de seguro. Para contratos mensurados pela BBA, a receita relativa à prestação de serviços representa o total das variações no passivo da cobertura remanescente que correspondem a serviços para os quais a companhia espera receber contraprestação, e compreende os seguintes itens:

- Uma liberação da CSM, mensurada com base nas unidades de cobertura fornecidas;
- Variações no ajuste de risco para o risco não financeiro relacionado aos serviços atuais;
- As despesas com sinistros e outras despesas com a prestação de serviços de seguros incorridas no período pelos valores esperados no início do período;
- As reversões de perdas em contratos onerosos; e
- Outros valores, incluindo ajustes por experiência de recebimentos de prêmio para serviços atuais ou passados.

Além disso, aloca-se uma parcela de prêmios que corresponde à recuperação dos fluxos de caixa de aquisição de seguros a cada período de forma sistemática com base na passagem do tempo. A ALBA Seguradora reconhece o valor alocado, ajustado por atualização de juros às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial do respectivo grupo de contratos, como receita de seguro e um valor igual às despesas com serviços de seguro.

Na liberação da CSM, o valor de um grupo de contratos de seguro, que é reconhecido como receita de seguro em cada período, é determinado pela identificação das unidades de cobertura do grupo, alocando a CSM remanescente no final do exercício (antes de qualquer alocação) igualmente a cada unidade de cobertura fornecida no ano e que deverá ser fornecida em exercícios futuros, e o reconhecimento no resultado do período o valor da CSM alocado às unidades de cobertura fornecidas no exercício. A ALBA Seguradora utiliza a importância segurada como unidade de cobertura.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

Receita de seguros – Contratos mensurados de acordo com a PAA - A receita de seguros de cada período representa o montante dos recebimentos de prêmios esperados para a prestação dos serviços no período. Os recebimentos de prêmios esperados são alocados a cada período nas seguintes bases na passagem de tempo, mas se o padrão esperado de liberação de risco durante o período de cobertura diferir significativamente da passagem de tempo, com base na época esperada de despesas de seguro incorridas.

Despesas com prestação de serviços de seguros - São reconhecidas no resultado de forma geral à medida que são incorridas, e compreendem os seguintes itens:

- Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro;
- Amortização dos fluxos de caixa para aquisição de seguros;
- Perdas em contratos onerosos e reversões desses prejuízos;
- Ajustes dos passivos para sinistros incorridos que não surgem dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, do risco financeiro e suas mudanças; e
- Perdas por redução ao valor recuperável de ativos para fluxos de caixa para aquisição de seguros e reversões de tais perdas por redução ao valor recuperável.

Despesas líquidas com contratos de resseguros - São apresentadas pelo efeito líquido das receitas e despesas dos contratos de resseguro, exceto as receitas ou despesas financeiras. Compreendem alocação de prêmios de resseguros pagos deduzidos dos valores recuperados junto às resseguradoras. Os contratos foram mensurados de acordo como a PAA, e representam alocação dos prêmios de resseguros pagos por cada período é o valor dos pagamentos esperados de prêmios referentes ao recebimento dos serviços no período. A ALBA Seguradora reconhece uma alocação de prêmios de resseguro pagos no resultado à medida que recebe serviços sob grupos de contratos de resseguro.

Receitas e despesas financeiras de seguros - Compreendem variações nos valores contábeis dos contratos de seguro e resseguro resultantes dos efeitos do valor do dinheiro no tempo e do risco financeiro. A ALBA Seguradora não desagrega as receitas ou despesas financeiras oriundas de contratos de seguro e resseguro entre resultado e outros resultados abrangentes. O impacto das alterações nas taxas de juros de mercado no valor do seguro e respectivos ativos e passivos de resseguro, quando aplicáveis, são refletidos em resultado financeiro.

Impactos sobre tributos correntes e diferidos - Para fins fiscais o CPC 50 (IFRS 17) ainda não é aplicável, existindo uma diferença temporária entre os registros fiscais e contábeis. Como a ALBA Seguradora não tem expectativa provável de lucro fiscal tributável no curto prazo, optou-se por não reconhecer os tributos diferidos sobre essas diferenças temporárias.

j) Transição

A norma apresenta três opções de abordagens para transição, são elas:

- Abordagem retrospectiva completa (“*Full Retrospective Approach*” - FRA);
- Abordagem retrospectiva modificada (“*Modified Retrospective Approach*” - MRA);
- Abordagem do valor justo o (“*Fair Value Approach*” - FVA).

Somente quando for impraticável adotar uma aplicação retrospectiva completa para um grupo de contratos, a Seguradora pode optar entre aplicar uma abordagem retrospectiva modificada e/ou a abordagem do valor justo. De acordo com o IAS 8/CPC 23, a aplicação de um requisito é impraticável quando a Entidade não pode aplicá-lo depois de realizar todos os esforços razoáveis para o fazer.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

A ALBA Seguradora em 1º de janeiro de 2022 detinha um pequeno grupo de apólices vigentes na carteira de *Run-Off* Vida. Devido à antiguidade dessas apólices e a falta de qualidade dos dados históricos que impossibilitaram a adoção das abordagens retrospectivas optou por aplicar a Abordagem do valor justo – FVA para esse grupo de contratos.

Para a análise da carteira *run-off*, por considerá-la uma carteira com expectativas deficitárias para ramo de vida em grupo, a ALBA Seguradora analisa as apólices vigentes até a data-base, dado que não entram mais participantes, considerando a seguinte metodologia:

- Para os prêmios futuros, consiste em estimar os prêmios comerciais subsequentes a data-base, utilizando da tábua de mortalidade legal At-2000 M/F conforme o lx (Número de pessoas vivas na idade x).
- Para os Sinistros a ocorrer (novos sinistros) consideramos as pessoas que “teoricamente” morrerão nos respectivos anos. Observações:
 - ✓ Sempre consideramos como mortos as pessoas com maior idade;
 - ✓ Para as estimativas indenizatórias, multiplicamos o Capital Segurado Individual acrescidos dos 25% da Cobertura automática para o cônjuge, pelos anos de expectativa de vida de cada segurado.

O modelo de transição FVA requer que a empresa estabeleça a CSM ou o componente de perda do passivo da cobertura remanescente na data de transição como a diferença entre o valor justo de um grupo de contratos de seguro nessa data e os fluxos de caixa de cumprimento mensurados nessa data.

k) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas para contratos de seguros e resseguros

Para o modelo de mensuração BBA a ALBA Seguradora utiliza principalmente projeções determinísticas para estimar o valor presente dos fluxos de caixa futuros e para alguns grupos utiliza técnicas de modelagem estocástica. Um modelo estocástico é uma ferramenta para estimar distribuições de probabilidade de resultados potenciais, permitindo variação aleatória em uma ou mais premissas ao longo do tempo. A variação aleatória é geralmente baseada em flutuações observadas em dados históricos para um período selecionado usando técnicas de séries temporais padrão.

A carteira antiga do *run-off* Vida foi mensurada pelo modelo BBA e aplicou a mesma premissa desde o período de transição para o percentual fixo de comissão (10%) e da Tabua de Mortalidade (AT2000) e para as curvas de pagamento e curva de desconto foi considerada atualização semestral. Toda aderência vem sendo monitorada pelo atuário responsável técnico.

Para as demais carteiras utilizamos o modelo PAA em que avaliamos a atualização das curvas de pagamento e curva de desconto trimestralmente.

A ALBA Seguradora concluiu que não houve mudanças relevantes sobre os instrumentos de análise utilizados, já que as premissas adotadas estão linha com o *Business Plan* em que há um acompanhamento do projetado versus realizados.

As principais premissas foram usadas ao estimar os fluxos de caixa futuros:

Taxas de mortalidade (Vida *Run-Off*) - São baseadas em tábuas são baseadas na tábua de mortalidade, de acordo com o tipo de contrato celebrado. Elas refletem a experiência histórica recente e são ajustadas quando apropriado para refletir as próprias experiências da ALBA Seguradora e perspectivas futuras. As premissas são diferenciadas por vários fatores, incluindo (mas não limitado a) sexo do segurado, classe de subscrição e tipo de contrato.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

Um aumento nas taxas esperadas de mortalidade e/ou sobrevivência aumentará o custo esperado de benefícios, o que reduzirá os lucros futuros esperados da ALBA Seguradora. A tábua utilizada para o portfólio *Run-Off* Vida foi AT-2000.

Taxas de desconto (BBA e Passivo de sinistros incorridos) - Os passivos/ativos de contratos de seguro são calculados descontando os fluxos de caixa futuros esperados a partir de taxas de desconto derivadas do retorno dos ativos que compõem o portfólio de referência da Companhia.

A metodologia adotada pela Companhia é a abordagem *top-down*, na qual a taxa de desconto é determinada com base no rendimento observado de uma carteira de ativos, ajustada para remover fatores não relacionados aos contratos de seguro, tais como risco de crédito, custos de gestão e outros spreads não atribuíveis aos fluxos de caixa dos passivos. Dessa forma, obtém-se uma taxa consistente com as características dos fluxos de caixa dos contratos de seguro.

As taxas resultantes refletem, portanto, uma estimativa das taxas de mercado que seriam aplicáveis aos fluxos de caixa dos passivos, considerando sua moeda, prazo e liquidez:

Curva	Taxa Anual		
	1 ano	5 anos	10 anos
Pré-Fixada	14,34%	13,49%	13,54%
IPCA	10,06%	8,34%	7,92%

A Companhia adotou a metodologia “*Top-down*” em que partimos da curva de juros livres de risco de mercado para mensurar a curva da nossa carteira.

Ajuste de risco para riscos não financeiros (ajuste de risco) - Representa a compensação que a ALBA Seguradora exige para suportar a incerteza sobre o valor e tempestividade dos fluxos de caixa de grupos de contratos de seguro e cobre risco de seguro, risco de cancelamento e risco de despesa. O ajuste de risco reflete um valor que uma seguradora pagaria racionalmente para remover a incerteza de que os fluxos de caixa futuros excederiam o valor da melhor estimativa.

O ajuste de risco para o risco não financeiro dos contratos de resseguro mantido é o valor do risco que está sendo transferido pela seguradora para a resseguradora.

O ajuste de risco para riscos não financeiros é mensurado com base na metodologia de Value at Risk (VaR), conforme política interna da Companhia. O ajuste de risco apurado corresponde a 3,98% da melhor estimativa dos fluxos de caixa de sinistros.

A abordagem adotada considera um nível de confiança de 70%, refletindo a compensação que a entidade exige para suportar a incerteza associada aos fluxos de caixa futuros. A distribuição dos sinistros foi modelada assumindo uma distribuição normal, com parâmetros estimados a partir do histórico observado, sendo realizadas 1.000 simulações estocásticas para capturar a variabilidade dos resultados.

O ajuste de risco é calculado como a diferença entre o percentil 70% da distribuição simulada (VaR) e o valor esperado (média), refletindo o grau de aversão ao risco da Companhia.

As principais premissas consideradas incluem:

- Volatilidade dos sinistros estimada com base em dados históricos;
- Estabilidade dos padrões de frequência e severidade;
- Independência entre eventos de sinistros; e

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

Ausência de caudas extremas relevantes na distribuição modelada.

Ativos para aquisição de fluxos de caixa de aquisição de seguros - Inclui julgamentos sobre se é esperado que os contratos de seguro surjam de renovações de contratos de seguros existentes e, quando aplicável, o valor a ser alocado aos grupos incluindo renovações futuras e o volume de renovações esperadas de novos contratos emitidos no período. No exercício corrente, a ALBA Seguradora não identificou fatos e circunstâncias que indicassem que os ativos pudessem estar desvalorizados.

Curva de Pagamento (*Run-Off* e *Run-On*) - Foram baseadas nas melhores práticas atuariais a partir do comportamento histórico dos pagamentos de sinistros refletindo a experiência da ALBA Seguradora.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	12	258	919	1.308
Aplicações financeiras	97	6	430	132
Operação compromissada (1)	1.257	791	9.276	2.272
Caixa e equivalentes de caixa	1.366	1.055	10.625	3.712

(1) A rentabilidade dos ativos de renda fixa das operações compromissadas, no Consolidado, foi de 85,0% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (2024: 85,0% do CDI).

A exposição da Companhia a riscos de crédito, risco de mercado e uma análise de sensibilidade relacionados ao caixa e equivalentes de caixa, é divulgada na **nota explicativa nº 31**.

8 Aplicações financeiras

(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Circulante</u>				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Certificado de depósito bancário	570	122	31.852	13.240
Debêntures	-	6.028	135	7.489
Títulos públicos	-	6.376	63.069	70.433
Fundos de investimentos	51.991	52.430	51.991	53.327
Títulos privados	-	14.735	636	18.305
Títulos de renda variável	19	5.995	19	5.995
	52.580	85.686	147.702	168.789
<u>Não circulante</u>				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Certificado de depósito bancário	-	-	1.002	1.051
Certificado de operações estruturadas	5.411	-	5.411	-
Fundos de investimentos	9.281	246	9.281	246
	14.692	246	15.694	1.297
Total	67.272	85.932	163.396	170.086

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

(b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	85.932	178.627	170.086	219.580
(+) Captações de aplicações financeiras	156.597	48.864	334.080	257.298
(+) Rend. s/ aplic. financeiras (nota 29)	13.763	14.841	26.363	23.664
(+) Ganho com ações (nota 29)	449	339	449	339
(+) Adição incorporação ALBA Seguradora (nota 1)	-	-	-	55.457
(-) Resgates de aplicação financeiras	(185.875)	(153.197)	(363.988)	(382.654)
(-) Alienação de ações	(1.583)	-	(1.583)	-
(-) Perdas com ações da controlada (VJORA)	-	-	-	(56)
(-) Perdas s/ aplic. financeiras (nota 29)	(1.918)	(2.494)	(1.918)	(2.494)
(-) Perdas com ações (nota 29)	(93)	(1.048)	(93)	(1.048)
Saldos finais	67.272	85.932	163.396	170.086

Os valores destacados em “aplicações” e “resgates” contemplam as movimentações nos ativos destinadas a fluxo de caixa e a realocações ou reposicionamento de ativos e investimentos de acordo com as variações de cenários e a oportunidades.

As aplicações em fundos de investimentos são efetuadas por meio de agentes de investimentos, autorizados pelo Grupo Aliança e gerenciados por bancos e corretoras de valores, com diversificação dos ativos buscando equilíbrio na relação “risco x rentabilidade”, com objetivo de ter uma rentabilidade superior ao CDI e os ativos são atrelados a mercados de juros nominais, reais e índices de preços de mercado como os títulos públicos, sempre em consonância com a política de investimentos aprovada pela Companhia.

A controlada indireta ALBA Seguradora possui um contrato de Administração de carteira de custódia e outras avenças junto a um agente financeiro (Banco Itaú), responsável pela gestão dos ativos dados, que realiza suas alocações e estratégias. Suas aplicações em cotas de fundos de investimento têm como objetivo atender as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e SUSEP que estabelecem os conceitos e regras para composição de reserva técnica para cobertura das operações. Atualmente, 85% dos ativos da ALBA Seguradora estão aplicados em cotas de fundos de investimento formada por títulos públicos federais, com objetivo assegurar a liquidez necessária para cobertura de reservas técnicas e atender aos requisitos regulatórios estabelecidos para sociedades seguradoras. Do montante total aplicado em fundos de investimento, cerca de 84,8% são aplicados em fundos de investimento destinados e exclusivos a empresas seguradoras fortalecendo o atendimento as normas e a composição de reserva técnica para cobertura das operações.

A rentabilidade média ponderada do Grupo Aliança referente aos ativos de renda fixa foi de 103,3% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (2024: 102,7 % do CDI).

A exposição da Companhia a riscos de crédito, risco de mercado e uma análise de sensibilidade relacionados as aplicações financeiras é divulgada na **nota explicativa nº 31**.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

9 Contas a receber de clientes

(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamento de imóveis (1)	1.892	1.731	2.653	2.744
Arrendamento de imóveis para fins comerciais e de saúde (2)	-	-	4.453	9.243
Pecuária	-	-	493	413
Serviços de engenharia	-	-	1	9
	1.892	1.731	7.600	12.409
(-) Provisão para perdas esperadas de crédito	(1.297)	(1.297)	(2.010)	(2.122)
Total	595	434	5.590	10.287
Ativo circulante	595	434	5.414	10.287
Ativo não circulante	-	-	176	-

(1) Na posição consolidada em 31 de dezembro de 2025, considerando o total dos recebíveis de arrendamento de imóveis, consta o saldo a receber dos aluguéis em aberto dos imóveis da controlada ALBA Seguradora no valor de R\$ 761 (2024: R\$ 1.013), os quais estão sujeitos ao risco de inadimplência, conforme demonstrado na movimentação da provisão para perdas esperadas, no valor de R\$ 712 (2024: R\$ 824).

(2) Em 31 de dezembro de 2025, considerando o total dos recebíveis de R\$ 4.453 no consolidado, R\$ 3.953 (2024: R\$ 8.347) refere-se ao BTS Hospital Aliança, representando 89% (2024: 67%) da concentração desse cliente, e R\$ 500 (2024: R\$ 474) ao BTS ASSAÍ Atacadista.

As contas a receber decorrentes de arrendamentos operacionais são reconhecidas como receita pelo método linear ao longo do prazo.

(b) Movimentação da provisão para perdas esperadas de crédito

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	(1.297)	(1.297)	(2.122)	(1.297)
Adições	-	-	-	(1)
Incorporação ALBA Seguradora (nota 1)	-	-	-	(824)
Reversões	-	-	112	-
Saldos finais	(1.297)	(1.297)	(2.010)	(2.122)

(c) Exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas

O *aging list* do contas a receber de clientes está composto conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	595	434	5.082	5.258
Aluguéis suspensos (1)				
Títulos	-	-	-	4.605
Atualizações	-	-	-	422
Vencidos de 1 - 30 dias	-	-	4	-
Vencidos de 91 - 180 dias	-	-	497	-
Vencidos há mais de 365 dias	1.297	1.297	2.017	2.124
Total	1.892	1.731	7.600	12.409

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

(1) Os recebimentos dos aluguéis encontravam-se suspensos até o cumprimento da condição contratual de registrar e averbar o Contrato de Locação com o Hospital Aliança, decorrente da reorganização societária da Companhia de Participações Aliança da Bahia (Controladora), conforme previsto contratualmente. Referida condição foi devidamente cumprida, com a consequente regularização dos recebimentos.

Em 2024, foi concluída a retificação das matrículas no Cartório de Registro de Imóveis, permitindo o avanço para as etapas finais, incluindo desmembramento e posterior amembramento necessários para conclusão da regularização fundiária.

Os atrasos nas parcelas de aluguel, com vencimentos entre 31 e mais de 365 dias, totalizavam R\$ 5.027 em 31 de dezembro de 2024. Em 29 de dezembro de 2025, foi recebido o montante de R\$ 6.481, correspondente aos valores em atraso acrescidos da atualização monetária pelo índice contratual até a data do efetivo recebimento.

(d) Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

O risco de crédito do cliente está sujeito a procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual.

A exposição da Companhia a riscos de crédito, risco de mercado e uma análise de sensibilidade relacionados a contas a receber e outros recebíveis, está divulgada na **nota explicativa nº 31**.

10 Ativos biológicos

Os ativos biológicos são compostos, substancialmente, por rebanho de engorda, cria e recria; e outros ativos. Os valores referentes a ativos biológicos são divulgados a valor justo com base em informações de mercado.

(a) Mensuração dos valores justos

Para a valorização do rebanho bovino, que representa quase que a totalidade dos ativos biológicos e está concentrado na região de Itapetinga/BA, a controlada AB Agropecuária utilizou para mensuração do valor justo o preço de mercado da arroba do boi gordo em 31 de dezembro de 2025, R\$ 305 reais (2024: R\$ 285 reais), obtida através do site da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura da Bahia - SEAGRI (www.seagri.ba.gov.br), já que existe um mercado ativo daquela região que possibilitou a obtenção de comparativos suficientes para a aplicação deste método.

A mensuração dos valores justos da pecuária foi classificada como nível 1 (**nota explicativa nº 2.2c**), baseado na movimentação detalhada da atividade pecuária, com seus impactos no resultado (**nota explicativa nº 30b**).

i. Técnica de comparação de mercado

O modelo de avaliação baseia-se no preço de mercado de rebanho bovino de mesma idade, peso, raça e constituição genética.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

(b) Saldo de ativos biológicos

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Cabeças de gado (em quantidade)	Saldo (milhares R\$)	Cabeças de gado (em quantidade)	Saldo (milhares R\$)
Estoque por categoria				
Rebanho de engorda	4.201	18.119	4.353	17.960
Rebanho de recria (garrotes e novilhas)	2.100	6.952	1.828	5.276
Rebanho de cria (bezerros)	2.521	4.138	1.815	2.648
	8.822	29.209	7.996	25.884
Outros		28		7
		29.237		25.891
Classificação por natureza				
Ativo biológico a valor de custo		24.165		21.513
(+/-) Ajuste de valor justo		5.072		4.378
		29.237		25.891

(c) Movimentação da atividade pecuária

Descrição	Consolidado	
	Cabeças de gado (em quantidade)	Gado (milhares R\$)
Saldos em 1º de janeiro de 2024	7.893	17.133
(+) Nascimentos, mortes e absorções (líquido)	1.357	5.782
(+) Compras	1.370	3.616
(-) Vendas	(2.624)	(8.327)
(+/-) Ajuste a Valor Justo – AVJ	-	7.680
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.996	25.884
(+) Nascimentos, mortes e absorções (líquido)	1.992	6.396
(+) Compras	1.553	4.900
(-) Vendas	(2.719)	(8.665)
(+/-) Ajuste a Valor Justo – AVJ	-	694
Saldos em 31 de dezembro de 2025	8.822	29.209

(d) Estratégia de gerenciamento de risco relacionada às atividades agrícolas

A Companhia está exposta aos seguintes riscos relacionados ao ativo biológico:

i. Risco de oferta e demanda

A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda do gado (boi gordo). Quando possível, a Companhia administra esse risco alinhando seu volume de venda com a oferta e demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares de tendências da indústria para volumes projetados e preço.

ii. Risco de preço na compra de gado

A exposição está na volatilidade dos preços do gado, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros.

iii. Riscos climáticos e outros

Os pastos estão expostos aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, sazonalidade, doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza. A Companhia possui processos extensos em funcionamento, voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo acompanhamento dos indicadores climáticos, rodízio de pastos, análises de doenças e pragas de pastagem.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

iv. Análise de sensibilidade

A Companhia realizou uma análise de sensibilidade para avaliar o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de dezembro de 2025. Foram simuladas variações para mais ou para menos no preço da arroba do gado. Considerando estoque de 92.309 arrobas e preço-base de R\$ 305, aplicando uma variação de R\$ 10 por arroba, resultaria em um impacto de R\$ 923 no resultado, podendo ser positivo ou negativo, dependendo da direção da variação do preço da arroba (aumento: impacto positivo; redução: impacto negativo).

A Administração não prevê declínio significativo do preço do boi gordo em futuro próximo e, portanto, não contratou nenhum derivativo ou outras formas de proteção para os riscos de declínio dos referidos preços.

A Administração realiza análises regulares da tendência do mercado para garantir que a estrutura de preço da AB Agropecuária esteja de acordo com o mercado e para garantir que os preços projetados de vendas estejam consistentes com a demanda esperada.

A gestão de riscos financeiros é de responsabilidade da Administração, a qual avalia a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, devido à oscilação nos preços de mercado existentes na compra de gado. Perante a exposição a tais riscos, a Administração avalia a conveniência, custo e disponibilidade no mercado de mecanismos que permitam reduzir a exposição a tais riscos.

11 Imposto de renda e contribuição social

Os créditos correspondem substancialmente as retenções de IRPJ e saldos negativos de IRPJ e de CSLL, cujas restituições/compensações foram pleiteadas à Receita Federal do Brasil (RFB).

(a) Corrente

i. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante				
Retenções na fonte - IRPJ	3.427	5.156	5.004	5.332
Antecipação - IRPJ	91	179	94	183
Retenção na fonte - CSLL	-	-	35	35
Antecipação - CSLL	4	70	6	71
Créditos fiscais - IRPJ (1)	-	4.792	-	4.821
Créditos fiscais - CSLL (1)	-	81	30	3.194
Total	3.522	10.278	5.169	13.636
(-) Passivo circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	-	1.148	1.017
Contribuição social sobre o lucro - CSLL	-	-	479	393
Total	-	-	1.627	1.410
Saldos compensados	3.522	10.278	3.542	12.226
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo não circulante				
Créditos fiscais - IRPJ (1)	3.768	-	4.059	268
Créditos fiscais - CSLL (1)	-	-	5	93
Total	3.768	-	4.064	361

(1) Os créditos correspondem aos saldos negativos de IRPJ e da CSLL para futuras restituições/compensações.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

ii. Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldos em 1º de janeiro de 2024	12.714	-	13.088	1.712
(+) Antecipação	4	-	9	5
(+) Retenções	2.451	-	2.907	-
(+) Imposto corrente	-	-	-	5.692
(+) Atualização monetária (nota 29)	714	-	1.067	-
(+) Incorporação ALBA Seguradora	-	-	1.987	-
(+) Crédito decorrente de decisão judicial	-	-	3.329	-
(+) Pedido de restituição	-	-	36	-
(-) Pagamento	-	-	-	(5.598)
(-) Compensações	(4.690)	-	(6.301)	(401)
(-) Valor restituído	(930)	-	(2.138)	-
(+/-) Outros	15	-	13	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10.278	-	13.997	1.410
(+) Antecipação	-	-	2	-
(+) Retenções	3.902	-	5.791	-
(+) Imposto corrente	-	-	-	6.603
(+) Atualização monetária (nota 29)	761	-	966	-
(+) Retenções (Utilização para pedido de restituição)	(2.815)	-	(2.815)	-
(-) Pagamento	-	-	-	(5.921)
(-) Compensações (1)	-	-	(2.750)	(465)
(-) Valor restituído (2)	(4.836)	-	(5.956)	-
(+/-) Outros	-	-	(2)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	7.290	-	9.233	1.627

(1) Do total apresentado, R\$ 2.329 foram compensados com tributos e contribuições previdenciárias administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) da controlada indireta ALBA Seguradora. Esses créditos tributários originaram-se de ativo reconhecido em 23 de setembro de 2024, referente à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), cujo pedido de habilitação foi deferido pela RFB no âmbito do Processo Administrativo Fiscal nº 13032.563124/2024-51. O ativo originalmente reconhecido totalizou R\$ 3.308, com expectativa de realização por meio de compensações com tributos e contribuições administrados pela RFB, incluindo as contribuições previdenciárias.

(2) A Companhia e suas controladas receberam, a título de pedido de restituição, o valor de R\$ 5.956, referente a saldo negativo de IRPJ e da CSLL apurado em períodos anteriores de 2015 até 2023.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

(b) Diferido

i. Movimentação em 31 de dezembro de 2025

Fato gerador	Base de cálculo	Controladora e Consolidado		
		31/12/2025	Reconhecimento	
			Exercício	31/12/2024
Ativo diferido	(25.507)	8.673	591	8.082
Provisão para contingências (1)	(17.854)	6.070	579	5.491
Provisão - venda de participações (conta gráfica)	(7.647)	2.600	616	1.984
Perdas com ações	19	(6)	(613)	607
Outros	(25)	9	9	-
(-) Passivo diferido	165	56	(2.034)	2.090
Ajuste de avaliação patrimonial - Terrenos	165	56	-	56
Diferença de preço na venda dos 20% - ações HA (nota 32a)	-	-	(2.034)	2.034
Total do ativo diferido, líquido		8.617	2.625	5.992

Fato gerador	Base de cálculo	Consolidado		
		31/12/2025	Reconhecimento	
			Exercício	31/12/2024
Ativo diferido	(9.306)	3.164	-	3.164
Prejuízos fiscais e base negativa (2)	(9.306)	3.164	-	3.164
(-) Passivo diferido	39.464	13.184	(116)	13.300
Ajuste de avaliação patrimonial - Terrenos	30.347	10.318	-	10.318
Reservas de reavaliação sob edificações	1.283	359	(245)	604
Reservas de reavaliação sob terrenos	2.605	729	(108)	837
Ajuste de valor justo - Ativo Biológico (gado)	5.072	1.724	235	1.489
Outros	157	54	2	52
Total do passivo diferido, líquido		10.020	116	10.136

(1) A Companhia e suas controladas reconhecem independentemente da sua probabilidade de perda todos os valores relacionados a cobrança de tributos e deposita os valores correlatos com o intuito de provocar a suspensão das respectivas exigibilidades, motivo pelo qual ingressa ações judiciais. Adicionalmente, a Companhia deposita judicialmente valores decorrentes de processos movidos por terceiros, por entender serem discutíveis as reivindicações quanto questões trabalhistas.

A base de cálculo utilizada para o ativo diferido sobre a diferença temporária provisão para contingência, da Companhia e suas controladas, que são constituídos na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, considera o valor da provisão deduzindo dos depósitos correlatos.

(2) A Companhia e suas controladas não vem reconhecendo contabilmente os créditos tributários resultantes de bases negativas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL de prejuízos fiscais acumulados.

Para a controlada ALBA Seguradora, apesar das projeções indicarem possibilidade de lucro tributável em períodos futuros, o reconhecimento contábil depende da efetiva consolidação da retomada das suas operações. Dessa forma, a Companhia entende que a utilização futura desses créditos fiscais não deve ser considerada suficientemente provável para fins de contabilização de ativo de imposto diferido. Em 31 de dezembro de 2025, na controlada indireta ALBA Seguradora, a base de cálculo negativa da CSLL e adições temporárias totalizavam R\$ 149.876 (2024: R\$ 122.399) e o saldo de prejuízos fiscais do IRPJ e adições temporárias totalizaram R\$ 150.401 (2024: R\$ 119.764). Aplicando-se as alíquotas de 40% sobre os referidos valores, verifica-se a existência de crédito fiscal não contabilizado em favor da Companhia, correspondente a aproximadamente R\$ 60.082 (2024: R\$ 48.564).

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

Embora a compensação desse crédito não esteja sujeita a um prazo prescricional, sua utilização está limitada a 30% dos lucros tributáveis gerados anualmente.

Na controlada AB Agropecuária, em 31 de dezembro de 2025, a base de prejuízos fiscais e a base negativa da CSLL totalizava R\$ 81.928 (2024: R\$ 81.568). Desse montante, foram utilizados R\$ 9.306 para o reconhecimento de imposto de renda diferido ativo no valor de R\$ 3.175 (2024: R\$ 3.175), com base nas projeções de lucro tributável futuro. Esse saldo não possui prazo de prescrição.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

ii. Movimentação em 31 de dezembro de 2024

							Controladora
Fato gerador	Base de cálculo	31/12/2024	Reconhecimento		31/12/2023		
			Resultado do	Resultado			
			Exercício	Abrangente			
Ativo diferido	(23.764)	8.082	1.791	-	6.291		
Provisão para contingências (1)	(16.151)	5.491	(63)	-	5.554		
Provisão - venda de participações (conta gráfica)	(5.832)	1.984	1.622	-	362		
Perdas com ações	(1.781)	607	242	-	365		
Outros	-	-	(10)	-	10		
(-) Passivo diferido	6.148	2.090	(3.628)	-	5.718		
Ajuste de avaliação patrimonial - Terrenos	165	56	-	-	56		
Diferença de preço na venda dos 20% - ações HA (nota 32a)	5.983	2.034	(3.628)	-	5.662		
Total do ativo diferido, líquido		5.992	5.419	-	573		

							Consolidado
Fato gerador	Base de cálculo	31/12/2024	Reconhecimento		Incorporação	31/12/2023	
			Resultado do	Resultado	ALBA		
			Exercício	Abrangente	Seguradora		
Ativo diferido	(9.306)	3.165	(1.122)	-	-	4.287	
Ajuste de valor justo - Ativo Biológico (gado)	-	-	(1.123)	-	-	1.123	
Prejuízos fiscais e base negativa (2)	(9.306)	3.165	1	-	-	3.164	
(-) Passivo diferido	40.027	13.301	1.031	(438)	2.336	10.372	
Aplicações de Renda Variável - (avaliados a VJORA)	-	-	-	(334)	334	-	
Ajuste de avaliação patrimonial - Terrenos	30.347	10.318	-	-	-	10.318	
Reservas de reavaliação sob edificações	2.157	604	(65)	-	669	-	
Reservas de reavaliação sob terrenos	2.989	837	(392)	-	1.229	-	
Ajuste de valor justo - Ativo Biológico (gado)	4.378	1.489	1.489	-	-	-	
Outros	156	53	(1)	(104)	104	54	
Total do passivo diferido, líquido		10.136	(2.153)	(438)	2.336	6.085	

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

(c) Reconciliação da taxa efetiva

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) e despesa dos tributos sobre a renda divulgada, e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	31.084	35.621	37.571	43.466
Alíquota do IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	(10.569)	(12.111)	(12.774)	(14.778)
Efeitos do IRPJ e da CSLL sobre:				
Ajustes permanentes				
Equivalência patrimonial	18.593	20.253	21.402	17.964
Outros	3.210	(496)	2.571	(2.131)
Diferença de apuração em empresas controladas	-	-	5.286	4.897
Ajustes temporários - sem constituição de diferido	1.593	340	304	425
Prejuízo fiscal e base negativa corrente - diferido não constituído	(10.202)	(2.567)	(20.600)	(8.655)
Efeito do IRPJ e da CSLL antes da compensação de exercícios anteriores - 30%	2.625	5.419	(3.811)	(2.278)
Compensação de períodos anteriores	-	-	(51)	(148)
Efeito do IRPJ e da CSLL no resultado	2.625	5.419	(3.862)	(2.426)
Imposto de renda e contribuição social – corrente	-	-	(6.603)	(5.692)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	2.625	5.419	2.741	3.266
Receita (Despesa) IRPJ e da CSLL social do exercício	2.625	5.419	(3.862)	(2.426)
Alíquota efetiva	8%	15%	-10%	-6%

12 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os imóveis urbanos não destinados ao uso próprio são classificados como mantidos para venda quando são colocados efetivamente para venda imediata em suas condições atuais, sujeitos apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros, e desde que seja altamente provável sua realização dentro de 12 meses. São mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda.

(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos disponíveis para venda	-	5.582	-	1.111
Total	-	5.582	-	1.111

(b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	5.582	-	1.111	-
(+) Adições	-	5.582	-	252
(+) Adição incorporação ALBA Seguradora (nota 1)	-	-	-	1.909
(-) Baixa	-	-	(89)	(1.050)
(-) Transferência para Propriedade para Investimento (1)	(5.582)	-	(1.051)	-
(+) Transferência de Propriedade para Investimento	-	-	29	-
Saldos finais	-	5.582	-	1.111

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

(1) Operação realizada entre empresas do mesmo grupo, sem movimentação financeira efetiva

Em 13 de junho de 2024, a Companhia adquiriu um terreno denominado GLEBA A de sua controlada ALBA Seguradora. O imóvel foi avaliado pelo valor de mercado em R\$ 5.390, que foram acrescido de R\$ 192 referentes a taxas e impostos, totalizando R\$ 5.582.

Para fins de apresentação dos números no consolidado, esta operação da venda da GLEBA A é nula, não tendo, por isso, impacto no seu resultado e no seu patrimônio líquido como decorrência do resultado reconhecido pela controlada ALBA Seguradora. O custo do imóvel apurado na controlada foi de R\$ 859 e que continua sendo apresentado para fins de consolidação nesta rubrica. Como esta operação ocorreu entre empresas do mesmo grupo econômico, o registro contábil na Companhia ocorrerá com a transferência definitiva da titularidade do imóvel para o consorcio (“promissárias compradoras”).

Em 12 de julho de 2022, a ALBA Seguradora havia celebrado instrumento particular de promessa de compra e venda desse terreno com um consorcio (“promissárias compradoras”), para desenvolvimento de empreendimento imobiliário, que quando cumpridas as obrigações definidas e finalizadas todas as condicionantes, deverá ser outorgada a escritura pública de compra e venda definitiva do respectivo terreno. O preço de aquisição do imóvel será pago através de permuta financeira, equivalente a 10% do valor geral de venda (“VGV”), sendo o valor mínimo da dívida de R\$ 7.400, reajustado monetariamente pela variação do INCC até a data da Confissão de Dívida.

Em razão desta operação da venda do terreno da ALBA Seguradora para sua Controladora, as promissárias compradoras anuíram com a venda do imóvel e cessão dos créditos futuros entre as empresas do grupo.

Em 16 de junho de 2025, foi firmado o segundo aditivo contratual, prorrogando o prazo para a lavratura da escritura pública definitiva até 31 de janeiro de 2026. Ao final desse prazo, não houve manifestação das promissárias compradoras quanto à continuidade do negócio, e o contrato foi considerado extinto.

Como contrapartida, as promissárias assumiram a responsabilidade pelo pagamento de 50% do valor total do IPTU de 2025 referente às GLEBAS A, B, C e D, com valor estimado de R\$ 230, conforme definido no aditivo contratual.

Em razão desses acontecimentos, a Administração concluiu que não estavam mais atendidos os critérios para classificação do ativo como mantido para venda, e procedeu à reclassificação do terreno para sua rubrica original no ativo não circulante.

13 Divulgações sobre partes relacionadas

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota. Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e suas controladas estão apresentados a seguir:

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Receitas (Despesas)	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber (1)	-	-	-	-	-	114
AB Agropecuária	-	-	-	-	-	11
ALBA Seguradora	-	-	-	-	-	94
AB Patrimonial	-	-	-	-	-	9
Conta corrente (2)	4.998	1.361	117	-	4.134	2.897
AB Agropecuária	4.427	1.175	-	-	1.252	1.175
ALBA Seguradora	571	186	-	-	2.999	1.722
AB Patrimonial	-	-	117	-	(117)	-
Mútuo (3)	1.038	950	-	-	-	-
AB Agropecuária	1.038	950	-	-	88	-
	6.036	2.311	117	-	4.134	3.011
Total do circulante	2.000	-	117	-		
Total do não circulante	4.036	2.311	-	-		

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Receitas (Despesas)	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outras operações de ativos de contratos de seguros e resseguros (4)	260	246	-	-	(940)	(516)
Brasilcap Capitalização S.A.	260	246	-	-	(940)	(516)
	260	246	-	-	(940)	(516)
Total do circulante	260	246	-	-		
Total do não circulante	-	-	-	-		

(1) Os saldos em aberto não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro; não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas; e não são mantidas provisões para contas a receber de partes relacionadas.

(2) Em 31 de dezembro de 2025, o saldo com sua controlada AB Agropecuária registrado é de R\$ 4.427, dos quais R\$ 2.427 referem-se a operações do CSC (operacional) e R\$ 2.000 referem-se à conta-corrente (movimentação financeira).

(3) Em 16 de janeiro de 2024, foi celebrado um Contrato de Mútuo entre a Aliança da Bahia (Mutuante) e a AB Agropecuária (Mutuária). O saldo devedor ou credor entre as partes será atualizado com base no IPCA, conforme previsto contratualmente. Até 31 de dezembro de 2025, foram transferidos R\$ 950, e o saldo registrado totaliza R\$ 1.038, dos quais R\$ 88 referem-se à atualização monetária apropriada até essa data.

(4) Em 27 de junho de 2024, a Controlada indireta ALBA Seguradora adquiriu títulos de capitalização emitidos pela coligada Brasilcap, aprovados pela SUSEP, vinculados à promoção comercial “Sorte Dobrada Baianão”, para cessão gratuita do direito de participação em sorteios a clientes, atrelada à venda de seguros de Acidentes Pessoais Individual (API). Os títulos possuem carência de três meses e resgate mínimo de 49,23%, com capitalização à taxa de 0,16% a.m. Adicionalmente, em 27 de junho de 2025 foram adquiridas novas séries de títulos, com resgate mínimo de 48,23%, com mesmo período de carência e taxa de capitalização. Em dezembro de 2025, o saldo a resgatar totaliza R\$ 260 (R\$ 246, em 31/12/2024).

As informações relativas aos saldos de investimentos e ao montante de equivalência patrimonial correspondentes às participações societárias na Brasilcap e Bay Properties estão apresentadas na **nota explicativa nº 17d**.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

i. Remuneração da Administração

A remuneração a administradores, da Companhia, inclui os honorários do conselho de administração, diretoria e comitês, encargos e benefícios, cujo montante no exercício foi de R\$ 8.629 (2024: R\$ 6.653).

A Companhia não possui benefícios pós emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo.

14 Recebíveis pela venda de ativos

(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Nota promissória a receber (1)	-	-	11.348	7.407
Direito creditório resultante da venda (2)	13.213	8.050	13.343	8.150
(-) Ajuste a valor presente	(787)	(1.289)	(787)	(1.289)
	12.426	6.761	23.904	14.268
Total do ativo circulante	2.951	2.838	3.758	2.938
Total do ativo não circulante	9.475	3.923	20.146	11.330

(1) Nota promissória a receber

O saldo apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas, no montante de R\$ 11.348, refere-se a notas promissórias a receber. Esse saldo decorre de operações realizadas pelas controladas ALBA Seguradora no valor de R\$ 7.159 e AB Patrimonial no valor de R\$ 4.189, relacionadas a transações envolvendo ativos imobiliários, conforme detalhado nas operações abaixo.

Controlada indireta ALBA Seguradora:

Essa operação decorre da venda de um terreno realizada pela ALBA Seguradora em 2023, no contexto de permuta financeira. A nota foi emitida em 13 de dezembro de 2023, em caráter pro soluto, com vencimento em 30 de novembro de 2027, conforme Escritura Pública de Compra e Venda lavrada em 14 de dezembro de 2023.

O preço de aquisição será pago em moeda corrente, equivalente a 10,5% do Valor Geral de Vendas (“VGV”) do empreendimento, com valor mínimo de R\$ 7.350, reajustado monetariamente pela variação do INCC até a data da confissão de dívida. O empreendimento foi lançado em novembro de 2024.

Até 31 de dezembro de 2025, foi recebido o montante de R\$ 298, relativo à participação sobre as vendas realizadas até o final do exercício. O recebimento da nota promissória será efetuado por meio dos valores acompanhados do VGV do empreendimento, de modo que a baixa contábil ocorrerá proporcionalmente aos recebimentos efetivos relacionados às vendas.

Controlada AB Patrimonial:

Essa operação refere-se à alienação de dois imóveis da controlada AB Patrimonial para a SPE Boulevard Itaparica, formalizada por meio de Escritura Pública de Compra e Venda lavrada em 20 de fevereiro de 2025, pelo valor de R\$ 4.170.

Embora o pagamento tenha sido realizado por nota promissória considerada quitada à vista, conforme os termos da escritura, houve posterior confissão de dívida relacionada a esse valor. O recebimento ocorrerá por meio da participação da AB Patrimonial no VGV do empreendimento, à razão de 5,90%. A compradora foi imitada na posse na data da escritura, assumindo todos os encargos futuros vinculados aos imóveis.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

(2) Direito creditório resultante da venda – O saldo refere-se a direitos a receber decorrentes de operações imobiliárias realizadas pela Companhia e suas controladas, conforme detalhado a seguir:

Venda de imóveis – direito a receber

Em 18 de dezembro de 2025, a Companhia firmou Instrumento Particular de Promessa Irrevogável e Irretratável de Compra e Venda de Imóveis com parte adquirente, abrangendo quatro imóveis localizados no bairro de Itapoan, Salvador – BA, registrados no 7º Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas de Salvador/BA, conforme matrículas nº 19.338, 19.337, 20.722 e 20.721.

Os imóveis destinam-se ao desenvolvimento de empreendimento imobiliário pela parte adquirente ou SPE a ser indicada, com valor geral de vendas (VGV) estimado em R\$ 112.750. Como contraprestação, a Companhia fará jus a 11,5% do VGV, sendo garantido o valor mínimo de R\$ 12.966, pagos conforme o fluxo de recebimento das vendas das unidades do empreendimento.

Conforme previsto contratualmente, as despesas relacionadas à obtenção da outorga onerosa de direito de construir serão compartilhadas entre as partes, na proporção de 50% para cada parte. O montante correspondente à parcela da Companhia será abatido dos valores a ela devidos decorrentes da participação nas vendas do empreendimento, até o limite do valor total da referida outorga.

Para fins fiscais e de garantia, o valor atribuído aos imóveis é de R\$ 8.000, assegurado por carta fiança ou seguro garantia a ser fornecido pela parte adquirente.

Na data da assinatura, ocorreu a imissão da posse, transferindo à parte adquirente todos os riscos, encargos, tributos e despesas relacionadas aos imóveis. A escritura pública definitiva deverá ser outorgada em até 12 meses, após regularização, unificação e remembramento dos imóveis.

Considerando a transferência da posse, a natureza irrevogável e irretratável do compromisso e a garantia contratual, a Companhia reconheceu a venda no valor de R\$ 8.000 como direito a receber. O valor contábil líquido dos imóveis era de R\$ 885, resultando em ganho na operação de R\$ 7.115.

Cessão de crédito adquirida de controlada

Em 20 de dezembro de 2024, a Companhia adquiriu, por meio de cessão de crédito, o direito a receber originalmente detido por sua controlada ALBA Seguradora, decorrente da venda de um terreno a uma construtora imobiliária. O valor original do crédito era de R\$ 8.550, tendo sido acordada a cessão pelo montante de R\$ 7.261, devidamente quitado pela Companhia. O ganho financeiro dessa operação foi contabilizado como ajuste ao valor presente (AVP) e será apropriado ao resultado conforme o recebimento das parcelas vincendas.

Na mesma data, a Companhia recebeu da construtora o valor de R\$ 500, correspondente a 50% da primeira parcela de R\$ 1.000, conforme estabelecido no contrato. Adicionalmente, até 31 de dezembro de 2025, foram recebidos R\$ 2.837, seguindo o fluxo de recebimento acordado, permanecendo o saldo remanescente sujeito às condições contratuais vigentes.

Na controlada, a diferença de R\$ 1.289 entre o valor original do crédito e o montante da cessão foi reconhecida como despesa financeira. Para fins de consolidação, esse efeito financeiro foi classificado como ajuste a valor presente (AVP), uma vez que o comprador forneceu um fluxo de recebimento e o montante apurado refletiu o valor descontado. O ganho dessa operação, nas demonstrações financeiras de 2024, considerando o desconto financeiro foi de R\$ 6.258.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

(b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	6.761	-	14.268	-
(+) Cessão de crédito	-	8.550	-	8.550
(+) Adição incorporação ALBA Seguradora (nota 1)	-	-	-	8.132
(-) Ajuste a Valor Presente - AVP	502	(1.289)	502	(1.289)
(+) Venda de ativos	8.000	-	13.191	-
(+) Atualização monetária	-	-	19	-
(-) Recebimento	(2.837)	(500)	(4.076)	(1.129)
(+/-) Outras	-	-	-	4
Saldos finais	12.426	6.761	23.904	14.268

15 Outros ativos circulantes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos a receber (1)	6.083	-	-	-
Adiantamentos diversos	49	108	531	387
Outras contas a receber	2	-	30	408
	6.134	108	561	795

(1) O saldo registrado decorre de dividendos a receber da controlada ALBA Participação. Em dezembro de 2025, foram declarados dividendos no montante total de R\$ 7.400, sendo R\$ 5.983 a título de dividendo mínimo obrigatório e R\$ 1.417 referentes a dividendos adicionais.

O pagamento dos dividendos foi efetuado em parcela única em 3 de março de 2026.

16 Outros créditos operacionais

(a) Composição

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Sistema Brasileiro de Habitação - SFH (1)	4.654	4.172
Depósitos restituíveis de notas comerciais (2)	7.333	733
Total	11.987	4.905

(1) O saldo apresentado nesta rubrica, referem-se às despesas incorridas pela controlada ALBA Seguradora em processos judiciais relacionados ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH).

Desde sua criação, em 1967, e especialmente após as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, pelo Decreto-Lei nº 2.476, de 16 de setembro de 1988, e pela Lei nº 7.682, de 2 de dezembro de 1988, o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) passou a assumir integralmente os riscos do Seguro Habitacional. O FCVS é gerido exclusivamente pela Caixa Econômica Federal (CEF), na condição de representante legal única, conforme estabelecido pela Lei nº 12.409/2011, posteriormente modificada pela Lei nº 13.000/2014.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

O Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do Recurso Extraordinário nº 827.996/PR (Tema 1011 de repercussão geral), consolidou o entendimento de que a CEF detém interesse jurídico em todas as ações que envolvam o SH/SFH (Ramo 66), independentemente da fase processual ou da comprovação de prejuízo ao Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice (FESA).

Apesar dessa orientação, a ALBA Seguradora ainda é mantida, de forma indevida, no polo passivo de algumas ações judiciais, em decorrência da iniciativa dos autores/mutuários, como se também representasse o FCVS, o que não corresponde à realidade jurídica.

Em face desse cenário, a CEF comprometeu-se a reembolsar integralmente as despesas assumidas pela seguradora na defesa dos interesses do fundo. Esse direito ao reembolso também foi reconhecido pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Adicionalmente, a Resolução nº 448, de 11 de novembro de 2019, do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais (CCFCVS), estabelece que é admissível o reembolso dos pagamentos realizados em decorrência de decisões judiciais envolvendo imóveis vinculados à extinta apólice pública do SH/SFH, desde que haja reconhecimento judicial da obrigação de indenização ao mutuário.

(2) A Controlada AB Patrimonial, na qualidade de sócia da BAY Properties BSB Armazenagem S.A. (“Bay Properties BSB”), em dezembro de 2024, aderiu ao “Termo de Emissão da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em 2 (duas) séries, para Colocação Privada”, celebrado entre a Bay Properties BSB e a OPEA Securitizadora S.A. (“OPEA”), companhia registrada na categoria “S1” perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sob o nº 477.

A operação foi estruturada nos termos do artigo 46, parágrafo único, da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, e tem como objetivo a captação de recursos por meio da emissão de notas comerciais escriturais lastreadas em créditos imobiliários, com garantias reais e fidejussórias complementares.

No âmbito dessa operação, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 733, em dezembro de 2024, e de R\$ 6.600, em março de 2025, à OPEA, ambos referentes à constituição de garantias fiduciárias necessárias à formalização dos contratos de empréstimo e do seguro fiança vinculados à operação de securitização. Os valores aportados foram registrados como ativo na rubrica de Depósitos restituíveis de notas comerciais.

A participação da Companhia na estrutura e assinatura dos instrumentos contratuais decorre da sua posição societária na Bay Properties BSB, conferindo-lhe a obrigação proporcional de suporte às garantias da operação. A participação societária da Companhia na Bay Properties BSB é de 33,33% (**nota explicativa nº 17**).

A emissão foi realizada em duas séries, com prazos e taxas pactuados de acordo com as condições de mercado. A Companhia avalia que os riscos associados à operação estão mitigados pelas garantias estruturadas, não representando, na data-base de 31 de dezembro de 2025, exposição relevante a perdas no seu conjunto patrimonial consolidado.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

(b) Movimentação

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	4.905	-
(+) Adição	7.082	1.247
(+) Adição incorporação ALBA Seguradora (nota 1)	-	4.292
(-) Baixa	-	(634)
Saldos finais	11.987	4.905

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

17 Investimentos em controladas e investidas

(a) Informações resumidas - Controladora

Saldos em 31 de dezembro de 2025										
Descrição	Capital Social		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor do Investimento	Equivalência patrimonial
	Integralizado	Participação (%)								
AB Patrimonial	416.046.898 cotas	100,00	43.682	582.912	2.161	450	623.983	31.510	623.983	31.510
AB Agropecuária	112.881.019 ações ON 547.404 ações PN	100,00	30.245	74.072	4.305	26.252	73.760	(784)	73.760	(784)
AB Engenharia	4.100.000 cotas	100,00	344	136	85	101	294	(171)	294	(171)
ALBA Participação	204.605.417 cotas	100,00	85.476	335.279	35.054	148.411	237.290	24.130	237.290	24.130
									935.327	54.685

Saldos em 31 de dezembro de 2024										
Descrição	Capital Social		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor do Investimento	Equivalência patrimonial
	Integralizado	Participação (%)								
AB Patrimonial	416.046.898 cotas	100,00	23.866	571.077	2.155	315	592.473	29.994	592.473	29.994
AB Agropecuária	112.881.019 ações ON 547.404 ações PN	100,00	26.691	71.558	7.729	21.176	69.344	1.293	69.344	1.293
AB Engenharia	4.100.000 cotas	100,00	355	297	97	90	465	(340)	465	(340)
ALBA Participação	204.605.417 cotas	100,00	76.172	319.424	17.199	166.071	212.326	28.622	212.326	28.622
									874.608	59.569

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

(b) Informações resumidas - Consolidado

Descrição	Saldos em 31 de dezembro de 2025						
	Capital Social		Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Valor do Investimento	Equivalência patrimonial
	Integralizado	Participação (%)					
BrasilCap Capitalizações S.A. (1)	51.292.002 ações ON 12.187.552 ações PN	15,86	403.000	1.049.567	341.476	166.424	54.146
Bay Properties BSB (2)	424.976 ações ON	33,33	3.130	5.881	2.952	1.961	984
Boulevard Itaparica SPE (3)	-	35,00	-	1.711	1.664	598	599
Adiantamento Empreendimento Praia do Porto (4)	-	25,00	-	-	-	10.984	-
Adiantamento Empreendimento Praia da Penha (5)	-	18,00	-	-	-	5.000	-
Adiantamento Boulevard Itaparica SCP (3)	-	33,33	-	-	-	1.501	-
						186.468	55.729

Descrição	Saldos em 31 de dezembro de 2024						
	Capital Social		Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor do Investimento	Equivalência patrimonial
	Integralizado	Participação (%)					
BrasilCap Capitalizações S.A. (1)	51.292.002 ações ON 12.187.552 ações PN	15,86	354.398	803.745	280.770	127.445	44.520
Bay Properties BSB (2)	424.976 ações ON	33,33	3.130	3.027	(97)	977	402
Boulevard Itaparica SPE (3)	-	35,00	-	-	-	4.137	-
						132.559	44.922

(1) Participação na coligada Brasilcap

Com a consumação da incorporação da ALBA Seguradora, a Aliança da Bahia passou a deter indiretamente 15,86% da coligada Brasilcap, que é uma sociedade por ações, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a instituir e comercializar planos de Capitalização, bem como os demais produtos e serviços admitidos às sociedades de Capitalização.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

(2) Investimento na Bay Properties BSB Armazenagem S.A.

Em 27 de julho de 2023, a controlada AB Patrimonial iniciou um novo projeto denominado Bay Properties BSB, que contempla a construção de um galpão logístico de grande porte, localizado em área de 61.059,75 m² no Aeroporto de Brasília – DF, sob concessão e gestão do Consórcio Inframerica de Aeroportos.

A Bay Properties BSB Armazenagem S.A., sociedade de propósito específico constituída para viabilizar o empreendimento, tem como objeto a implantação e operação de um centro logístico multifuncional. O galpão terá como finalidade o armazenamento, a distribuição e o apoio logístico de mercadorias diversas, incluindo o uso de câmaras frigoríficas e silos, bem como a subseção do espaço a terceiros. A exploração se dará por meio de contrato de longa duração, com vigência até 2067.

A AB Patrimonial detém 33,33% da participação da empresa Bay Properties BSB e por esse motivo concluiu que tem influência significativa no negócio por deter a posse de forma indireta, além da transação comercial expressiva entre elas.

Evolução do projeto

Até 31 de dezembro de 2025, o projeto apresentava aproximadamente 95% de avanço físico. As licenças e autorizações exigidas para o exercício foram obtidas regularmente, e o cronograma permanece em linha com o planejamento original, que prevê a conclusão da obra em março de 2026, com previsão de investimento de R\$ 26.000. O empreendimento já está 100% locado com contratos assinados e previsão de início de operação em abril de 2026.

(3) Projeto Imobiliário em Itaparica-BA

A controlada AB Patrimonial, em parceria com a QCP Incorporadora Ltda. (“QCP”), vem desenvolvendo um projeto imobiliário no município de Itaparica-BA, denominado “Projeto Imobiliário em Itaparica”. A parceria foi formalizada por meio da celebração de um Memorando de Entendimentos (“MoU”) entre AB Patrimonial, QCP e Boulevard Itaparica SPE Ltda. (“Boulevard Itaparica”), formalizado em 25 de setembro de 2024, que estabeleceu as bases para o desenvolvimento conjunto do empreendimento. O empreendimento envolve a unificação de seis matrículas imobiliárias, das quais duas são de propriedade da AB Patrimonial.

Como parte dos compromissos assumidos, a controlada AB Patrimonial realizou, em 2024, um adiantamento financeiro no valor total de R\$ 4.137, por meio de transferência à conta da controladora QCP. Em 2025, com a formalização do novo contrato e alteração nas unidades comercializadas, houve um ajuste financeiro com devolução no valor de R\$ 54.

Em 20 de fevereiro de 2025, foi lavrada a Escritura Pública de Compra e Venda, formalizando a alienação dos dois imóveis de titularidade da AB Patrimonial para a SPE Boulevard Itaparica. O pagamento foi realizado por nota promissória considerada quitada à vista, conforme escritura pública. Posteriormente, houve confissão de dívida relacionada a esse valor, que será recebido por meio do Valor Geral de Vendas (“VGV”) do empreendimento, ao qual a AB Patrimonial fará jus a 5,90%. A compradora foi imitada na data da escritura, assumindo todos os encargos futuros.

Em maio de 2025, os dois imóveis alienados foram unificados às demais matrículas do projeto, conforme o planejamento.

Em 10 de junho de 2025, as partes formalizaram a constituição da Sociedade em Conta de Participação (“SCP – Boulevard Itaparica”), consolidando no contrato as cláusulas previamente acordadas no Memorando de Entendimentos (“MoU”). Nos termos do contrato da SCP, a AB Patrimonial:

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

(i) passou a deter participação de 35% nos resultados da sociedade, mensurada pelo método da equivalência patrimonial, conforme o CPC 18 (R2); e

(ii) adquiriu o direito à aquisição de seis unidades autônomas do empreendimento, previamente definidas, com deságio de 21% sobre os preços de tabela. Até 31 de dezembro de 2025, todas as seis unidades já haviam sido comercializadas, com o repasse dos respectivos recebíveis, classificados como retorno do investimento. Do montante total negociado, foi recebido o valor de R\$ 2.648. O saldo remanescente, em R\$ 2.705, refere-se a valores ainda não recebidos até a data-base, observadas as condições contratuais aplicáveis. As unidades foram negociadas, sendo 02 à vista e 04 parceladas, de acordo com o fluxo da tabela de vendas do empreendimento.

A AB Patrimonial acompanha continuamente a evolução do projeto, inclusive o cumprimento dos marcos contratuais e registros legais. Os principais riscos mapeados referem-se a atrasos na execução da obra, inadimplência dos compradores das unidades e variações no VGV. O contrato da SCP prevê mecanismos de mitigação, como cláusulas de correção monetária, penalidades e instrumentos de governança para deliberações conjuntas.

O reconhecimento contábil dos resultados seguirá o regime de competência, considerando o cronograma de execução e os termos pactuados na SCP, inclusive para apuração proporcional do lucro e controle dos recebíveis vinculados às unidades destinadas à AB Patrimonial.

(4) Investimento no Empreendimento Praia do Porto

Em 18 de outubro de 2024, a controlada AB Patrimonial celebrou Memorando de Entendimentos com a empresa Praia do Porto Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. (“Empreendimento Praia do Porto”) visando ao desenvolvimento de um empreendimento imobiliário no município de Camaçari – BA, localizado em área de aproximadamente 9.660 m² no distrito de Itacimirim. O projeto prevê a implantação, em regime de condomínio fechado, de vinte e três unidades residenciais, sob o regime jurídico da incorporação imobiliária, a ser executado em etapas sucessivas.

A participação societária será formalizada por meio da constituição de uma Sociedade em Conta de Participação (SCP), tendo a AB Patrimonial como sócia participante, com direito a 25% do resultado líquido do empreendimento, proporcional também aos custos de desenvolvimento. A SCP ainda não foi constituída, com previsão de constituição no primeiro trimestre de 2026.

Conforme aditivo ao Memorando de Entendimentos celebrado em 25 de junho de 2025, o investimento total da AB Patrimonial foi realizado por meio de aporte no valor de R\$ 10.984, dividido em duas parcelas: R\$ 5.000 em 13 de junho de 2025 e R\$ 5.984 em 3 de julho de 2025. Como a Sociedade em Conta de Participação (SCP) ainda não foi formalmente constituída até as datas previstas dos aportes, os valores desembolsados foram classificados como adiantamentos, conforme previsto no Memorando de Entendimentos, mediante emissão de nota promissória pró soluto pelo Empreendimento Praia do Porto, que será cancelada com a formalização da SCP.

O terreno destinado ao empreendimento teve sua regularização jurídica e fundiária concluída em 2025, incluindo unificação, desmembramento e registro cartorial. O alvará de construção, assim como o Registro de Incorporação, foi emitido, possibilitando o lançamento do empreendimento que ocorreu em novembro de 2025.

Como contrapartida ao adiantamento, a AB Patrimonial terá direito a três unidades autônomas futuras do empreendimento, previamente definidas, com desconto de 27,5% sobre o valor de tabela. Caso tais unidades não sejam vendidas até a emissão do habite-se, será realizada transferência formal por escritura pública, cabendo à investidora arcar com os tributos incidentes.

Os riscos atualmente associados ao projeto restringem-se, substancialmente, às oscilações no mercado imobiliário, que podem impactar o Valor Geral de Vendas (VGV) previsto.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

A Companhia manterá monitoramento contínuo da viabilidade econômica e financeira do projeto, com estrutura de governança conjunta prevista em contrato, incluindo comitês mensais de acompanhamento orçamentário, fluxo de caixa e prestação de contas.

(5) Investimento Empreendimento Praia da Penha

Em 4 de abril de 2025, a controlada AB Patrimonial firmou contrato com a empresa Praia da Penha Empreendimentos Ltda., por meio da estruturação de uma Sociedade em Conta de Participação (SCP), com o objetivo de desenvolver um empreendimento imobiliário no município de Vera Cruz – BA, região estratégica para o turismo e expansão urbana da Ilha de Itaparica.

O projeto contempla a implantação de um complexo com aproximadamente 72 unidades residenciais, em terreno estimado em 11.000 m², resultante da unificação e regularização fundiária de diversas áreas.

A AB Patrimonial atuará como sócia participante da SCP, com 18% de participação nos resultados líquidos do empreendimento, a serem apropriados conforme o regime de competência. A constituição formal da SCP e a execução do projeto estão condicionadas à conclusão das etapas legais de regularização e à obtenção do Registro de Incorporação e das licenças ambientais e urbanísticas, com previsão até o primeiro semestre de 2026.

O investimento acordado totaliza R\$ 10.000, a ser realizado em três parcelas, conforme cronograma abaixo:

- Primeira parcela: R\$ 5.000, quitada cinco dias úteis após a apresentação da garantia prevista na Cláusula 3.3;
- Segunda parcela: R\$ 2.500, em 05 de setembro de 2025, condicionada à apresentação da referida garantia até 01 de setembro de 2025, a qual não havia sido apresentada até a data-base destas demonstrações financeiras;
- Terceira parcela: R\$ 2.500, originalmente prevista para 05 de dezembro de 2025, condicionada à apresentação da mesma garantia até 01 de dezembro de 2025, tendo seu vencimento sido postergado para o primeiro trimestre de 2026.

Conforme estabelecido na Cláusula 3.3, os desembolsos pela AB Patrimonial estão condicionados à apresentação, pela QPC Incorporadora, de seguro garantia proporcional aos valores a serem aportados. A garantia deverá permanecer vigente até a data do lançamento do “Empreendimento Praia da Penha”, momento em que será extinta.

Como contrapartida, a investidora fará jus ao recebimento de unidades autônomas futuras com deságio de 35% sobre a Tabela de Vendas vigente na data do protocolo do registro de incorporação, limitado ao valor total aportado. As unidades serão alocadas de forma proporcional entre os setores do empreendimento e poderão ser alienadas com repasse direto dos valores à investidora.

A participação da AB Patrimonial poderá ser revista em caso de descumprimento dos marcos contratuais pela desenvolvedora, incluindo atraso na obtenção do Registro de Incorporação. Caso o prazo-limite (janeiro de 2027) seja ultrapassado sem a formalização do empreendimento, a investidora poderá requerer a devolução integral dos aportes realizados, corrigidos pela variação da Taxa Selic, nos termos das cláusulas rescisórias pactuadas.

Os principais riscos associados ao projeto incluem:

- (i) complexidade da regularização fundiária, incluindo eventuais dívidas perante a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e processos de usucapião;
- (ii) atrasos no licenciamento e no Registro de Incorporação;
- (iii) oscilações no mercado imobiliário e nos custos de construção;
- (iv) inadimplência de adquirentes das unidades; e
- (v) eventual desistência contratual por parte da incorporadora, com execução das garantias previstas.

A Companhia mantém acompanhamento técnico, jurídico e estratégico da operação, com estrutura de governança compartilhada e realização de reuniões periódicas para prestação de contas.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

(c) Movimentação - Controladora

	AB Patrimonial	AB Agropecuária	AB Engenharia	ALBA Participação	ALBA Seguradora	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	528.999	60.480	305	-	960	590.744
Equivalência	29.994	1.293	(340)	28.622	-	59.569
Dividendos prescritos na controlada	-	-	-	492	-	492
Incorporação ALBA Seguradora (nota 1)	-	-	-	-	177.544	177.544
Realização das ações na investida – controlada ALBA Seguradora	-	-	-	1.085	-	1.085
Aumento de capital com integralização	33.480	7.571	-	1	-	41.052
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	-	-	500	-	-	500
Complemento de equivalência – patrimônio líquido	-	-	-	-	1.847	1.847
Transferência via Dropdown (nota 1)	-	-	-	180.351	(180.351)	-
Recuperação de ações – controlada ALBA Seguradora	-	-	-	(32)	-	(32)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	1.807	-	1.807
Saldos em 31 de dezembro de 2024	592.473	69.344	465	212.326	-	874.608
Equivalência	31.510	(784)	(171)	24.130	-	54.685
Dividendos prescritos na controlada	-	-	-	(199)	-	(199)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC (1)	-	5.200	-	15.000	-	20.200
Realização das ações na investida – controlada ALBA Seguradora	-	-	-	15	-	15
Dividendos intermediários (2)	-	-	-	(8.000)	-	(8.000)
Dividendos declarados (2)	-	-	-	(5.982)	-	(5.982)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	623.983	73.760	294	237.290	-	935.327

(1) Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia havia realizado adiantamentos para futuro aumento de capital na controlada AB Agropecuária no montante total de R\$ 5.050 (2024: não havia saldo), integralmente realizado.

Em 20 de fevereiro de 2025, a Reunião do Conselho de Administração da Companhia deliberou sobre a realização de um aporte financeiro na controlada ALBA Participação, seguido de um aumento de capital na controlada indireta ALBA Seguradora, no valor de R\$ 15.000. O valor pago a controlada ALBA Seguradora ocorreu no dia 21 de março de 2025.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

(2) Em 2 de março de 2026, em Reunião de Sócios da controlada ALBA Participação, foi deliberada a distribuição de lucros com base no balanço patrimonial intermediário relativo ao período findo em 30 de setembro de 2025. Na referida data-base foi apurado lucro líquido acumulado no montante de R\$ 19.062, tendo sido aprovada a distribuição de lucros no valor total de R\$ 7.400, pagos em parcela única em 3 de março de 2026.

Do montante distribuído, R\$ 5.982 correspondem ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social de 2025 propostos pela controlada.

(d) Movimentação – Consolidado

	Brasilcap	Bay Properties BSB	Boulevard Itaparica	Empreendimento Praia do Porto	Empreendimento Praia da Penha	ALBA Seguradora	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	-	-	-	-	-	960	960
Incorporação ALBA Seguradora (nota 1)	121.495	-	-	-	-	-	121.495
Eliminação - incorporação ALBA Seguradora (nota 1)	-	-	-	-	-	(960)	(960)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	619	-	-	-	-	619
Adiantamento para participação em empreendimento	-	-	4.137	-	-	-	4.137
Equivalência	44.520	402	-	-	-	-	44.922
Dividendos adicionais (1)	(30.315)	-	-	-	-	-	(30.315)
Dividendos intermediários (1)	(11.188)	-	-	-	-	-	(11.188)
Ajuste de avaliação patrimonial	2.933	-	-	-	-	-	2.933
Outros ajustes	-	(44)	-	-	-	-	(44)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	127.445	977	4.137	-	-	-	132.559
Equivalência	54.146	984	599	-	-	-	55.729
Adiantamento para participação em empreendimento	-	-	-	10.984	5.000	-	15.984
Retorno de investimento (2)	-	-	(2.637)	-	-	-	(2.637)
Dividendos (1)	(7.287)	-	-	-	-	-	(7.287)
Juros sobre capital próprio (1)	(7.897)	-	-	-	-	-	(7.897)
Ajuste de avaliação patrimonial	17	-	-	-	-	-	17
Saldos em 31 de dezembro de 2025	166.424	1.961	2.099	10.984	5.000	-	186.468

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

(1) Em 2025, a controlada ALBA Seguradora recebeu o montante de R\$ 15.184 (2024: R\$ 41.503, somente dividendos) referente a dividendos antecipados e JCP relativos ao 1º semestre de 2025, em cumprimento à deliberação do Conselho de Administração da Brasilcap de 13/10/2025, *ad referendum* da assembleia geral ordinária, sendo R\$ 7.287 de dividendos e R\$ 7.897 de JCP.

(2) Em 2025, a AB Patrimonial recebeu R\$ 54, referentes à devolução parcial de adiantamento realizado em 2024, em razão da alteração nas unidades originalmente previstas. Adicionalmente, entre junho e setembro de 2025, foram recebidos R\$ 2.637 relativos ao retorno parcial do montante investido. A Controlada optou por receber o retorno do investimento em recursos financeiros, conforme previsto contratualmente, que admitia também a entrega das unidades como alternativa.

18 Propriedades para investimento

(a) Composição

	Controladora		Consolidado		Taxas anuais de depreciação (%)
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Terrenos	6.553	1.486	116.710	120.354	
Edificações e benfeitorias	13.330	6.085	446.214	456.794	1,53 a 4,54
Máquinas, equipamentos e instalações	-	416	1.147	2.701	10
Adiantamentos - BTS do HA (1)	-	-	4.259	6.339	
Obras em andamento (2)	-	-	1.859	1.541	
Total	19.883	7.987	570.189	587.729	

(1) Adiantamentos - BTS do HA

Os valores registrados referem-se aos desembolsos realizados para a aquisição e/ou construção de bens destinados ao projeto BTS do Hospital Aliança. Parte dos ativos vinculados a esses adiantamentos foram transferidos para rubrica de Edificações e benfeitorias, uma vez que entraram em operação, iniciando-se, assim, sua depreciação conforme a política contábil da AB Patrimonial. No entanto, o saldo em aberto permanece contabilizado como adiantamento, até que sejam atendidos os requisitos contábeis para sua reclassificação. A Companhia encontra-se nas etapas finais de conciliação entre as posições recebidas do Hospital e o financeiro interno, com expectativa de conclusão até o final do primeiro semestre de 2026.

(2) Obras em andamento

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de obras em andamento refere-se substancialmente aos seguintes projetos: (i) Cidade Aliança: R\$ 1.769 (2024: R\$ 1.452); (ii) Projeto Itapuã: R\$ 90 (2024: R\$ 89).

Os valores representam gastos incorridos com construção e desenvolvimento de ativos imobiliários, os quais, ao final da fase de implantação, serão transferidos para a conta de propriedades para investimento prontas, mantendo-se registrados ao custo histórico.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

(b) Movimentação

As movimentações das propriedades para investimento são resumidas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	7.987	8.373	587.729	492.163
(+) Adições (1)	11.223	-	1.055	94.054
(+/-) Reclassificação imobilizado	(3.708)	-	(3.708)	1.619
(+) Transferência do ativo mantido para venda (nota 12)	5.582	-	1.051	13
(-) Transferência para ativo mantido para venda (nota 12)	-	-	(29)	-
(+) Incorporação ALBA Seguradora (nota 1)	-	-	-	6.829
(-) Baixas	(885)	-	(5.205)	-
(+/-) Outras	-	-	(562)	-
(-) Depreciação	(316)	(386)	(10.142)	(6.949)
Saldos finais	19.883	7.987	570.189	587.729

(1) Em março de 2025, a Companhia registrou a aquisição do imóvel da controlada indireta ALBA Seguradora, no valor total de R\$ 10.532, com liquidação imediata. Essa operação não está refletida nas demonstrações consolidadas por se tratar de transação entre partes do mesmo grupo econômico.

i. Hospital Aliança Star

A controlada AB Patrimonial celebrou o Instrumento Particular de Contrato Atípico de Locação de Bem Imóvel e Outras Avenças (BTS - *Built To Suit*) em 1º de julho de 2020, na qualidade de locadora. Figura como locatário o Hospital Aliança Star S.A. e, como intervenientes anuentes, a AB Patrimonial e a Rede D'Or São Luiz S.A. (controladora do Hospital Aliança). O contrato tem como objetivo regular (i) a realização de reformas substanciais, expansão e remodelagem dos prédios e edificações atualmente existentes no Complexo Hospitalar (*retrofit*); e (ii) a construção de nova edificação pela Locadora, destinada a desenvolver a ampliação do Complexo Hospitalar, com custos totais na ordem de R\$ 324.777.

Em novembro de 2024, ocorreu a finalização da obra e foi inaugurado o Hospital Aliança Star S.A. sendo uma unidade premium da Rede D'Or São Luiz, localizado na cidade de Salvador - Ba. O empreendimento, voltado para a prestação de serviços hospitalares de alta complexidade, foi concebido com estrutura e tecnologia avançadas, incluindo centro cirúrgico moderno, leitos de internação diferenciados e equipamentos de última geração que foram projetados para oferecer atendimento especializado e personalizado, proporcionando um novo padrão de experiência hospitalar na região. A estrutura Hospitalar compreende 146 acomodações, incluindo 45 leitos de UTI, além de um centro de medicina diagnóstica avançado.

(c) Valores reconhecidos no resultado

A receita bruta de arrendamento, reconhecida pela Companhia (Consolidado) em 31 de dezembro de 2025, foi de R\$ 55.189 (2024: R\$ 50.054). Veja nota explicativa nº 26.

(d) Mensuração a valor justo

i. Hierarquia do valor justo

O valor justo das propriedades para investimentos foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, com experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada.

A mensuração do valor justo de todas as propriedades para investimento foi classificada como Nível 3, com base nos *inputs* utilizados (veja nota explicativa nº 2.2c).

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

i. Técnicas de avaliação

Na avaliação dos imóveis com capacidade de geração de renda, em 31 de dezembro de 2025, foi adotado o método da capitalização da renda. Para o cálculo do valor de mercado, foi utilizada a capitalização presente da renda líquida projetada, por meio do fluxo de caixa descontado, considerando a perpetuidade ao final do período projetado, conforme critérios e premissas constantes dos respectivos laudos. Na avaliação desses ativos, foram observados os preceitos da ABNT NBR 14.653-4, conforme aplicável. Em relação ao exercício anterior, as bases comparáveis correspondentes foram suportadas por laudos emitidos em 2024, elaborados sob metodologia distinta, então conduzida de forma uniforme pelo método evolutivo, com utilização do método comparativo direto para os terrenos e do custo de reprodução para as edificações e benfeitorias. Dessa forma, a comparabilidade entre os períodos deve ser analisada à luz das metodologias e premissas adotadas em cada exercício, tendo a Administração entendido que o método atualmente utilizado produz mensuração mais representativa do valor de mercado desses ativos, consideradas suas características e sua capacidade de geração de renda.

(a) Valor justo - Divulgação

A Administração da Companhia optou por manter o registro das propriedades para investimento pelo custo de aquisição. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou a avaliação do valor justo dessas propriedades com base em laudos técnicos emitidos por avaliador externo independente, com data-base em janeiro de 2026, apurando o montante de R\$ 69.322 na controladora (2024: R\$ 43.794) e R\$ 1.010.346 no consolidado (2024: R\$ 1.222.406).

A partir de 2025, a Companhia passou a adotar metodologias distintas de avaliação de seus imóveis, considerando o novo modelo aplicável aos contratos de geração de renda no formato *built to suit* (BTS). A mensuração passou a ser realizada de forma individualizada por ativo, com adoção do método da capitalização da renda para os imóveis com geração de renda e contratos vigentes, e do método comparativo direto de dados de mercado para os ativos com característica preponderante de terreno.

Em 2024, a avaliação foi conduzida de forma uniforme para os ativos avaliados, por meio do método evolutivo, com utilização do método comparativo direto para os terrenos e do custo de reprodução para as benfeitorias.

A Administração não identificou, com base nos laudos emitidos para 31 de dezembro de 2025, elementos que demandassem alteração da política contábil de mensuração das propriedades para investimento, permanecendo seu registro contábil ao custo de aquisição.

(e) Reajuste médio auferido nos contratos de aluguel

Os reajustes contemplam a variação anual do IPCA ou IGPM, conforme pactuado em cada contrato. Quando das renovações a Companhia adota, quando possível, o preço de mercado.

Em se tratando de terrenos e prédios não alugados, a Companhia mantém gastos com vigilância, monitoramento e seguros; despesas de manutenção, incluídas no custo das locações, vendas e serviços prestados.

(f) Resumo das características dos imóveis classificados como propriedades para investimento

O quadro abaixo demonstra a composição em 31 de dezembro de 2025 das unidades imobiliárias (classificação e quantidade):

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

Descrição	Controladora			Quantidade total
	Locadas	Disponíveis para locação ou venda	Salas compartilhadas	
Prédios comerciais	1	-	-	1
Terrenos	-	1	-	1
Lojas	4	-	-	4
Salas	-	6	11	17
Pavimento	10	-	-	10
Total	15	7	11	33

Descrição	Consolidado			Quantidade total
	Locadas	Disponíveis para locação ou venda	Salas compartilhadas	
Prédios comerciais	2	3	-	5
Apartamentos	2	-	-	2
Terrenos	-	10	-	10
Imóveis para fins comerciais e de saúde	2	-	-	2
Conjuntos comerciais	2	9	6	17
Lojas	6	2	-	8
Salas	8	39	11	58
Box de garagem	156	41	10	207
Pavimento	12	-	-	12
Prédio Residencial	-	1	-	1
Total	190	105	27	322

19 Outros investimentos

(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Participação acionária em outras empresas				
Tellus Residencial II e Participações em Ações S.A. (1)	5.424	3.527	5.424	3.527
Neuralmed Holdings Limited (2)	-	-	1.076	929
Outras participações	-	-	383	383
Obras de arte	-	74	1.337	1.411
Outros	-	-	82	82
Total	5.424	3.601	8.302	6.332

(1) Tellus Residencial II e Participações S.A. ("Tellus")

Em 14 de junho de 2024, a Companhia adquiriu 5,94% das ações preferenciais classe B da Holding Tellus Residencial II ("Tellus Residencial II"), cujo objeto é a aquisição e o desenvolvimento de empreendimentos residenciais. A Tellus Residencial II possui participação acionária em três sociedades de propósito específico (SPEs) que desenvolvem projetos residenciais localizados em bairros nobres da cidade de São Paulo. Em 17 de junho de 2024, foi integralizado o montante de R\$ 3.276.

Cada um dos empreendimentos visa à construção e venda de unidades autônomas. A Companhia comprometeu-se a aportar até R\$ 10.000, conforme chamadas de capital vinculadas às necessidades de caixa de cada SPE, correspondendo a uma participação de 5,94% no capital total, e 14,6% nas ações preferenciais Classe B.

Durante o exercício de 2025, foram realizados aportes adicionais no valor de R\$ 1.897, em atendimento às chamadas de capital previstas contratualmente, resultando em saldo de aportes de R\$ 5.424 em 31 de dezembro de 2025.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

(2) Neuralmed Holdings Limited

Em 11 novembro de 2022, a controlada AB Patrimonial adquiriu 1,64% do capital referente a 277.139 ações preferenciais classe A da empresa *NeuralMed Holdings Limited*, cujo objeto é o processamento e análise de dados de pacientes na área de saúde, pelo montante de US\$ 150, equivalente a R\$ 804.

Para manter o percentual de participação, em 28 de julho de 2025 a controlada AB Patrimonial realizou um novo aporte no valor de US\$ 45 mil dólares equivalente a R\$ 291. No mesmo exercício, reconheceu uma variação cambial líquida negativa de R\$ 144 (2024: variação cambial líquida positiva de R\$ 203) sobre o saldo existente. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo apresentado é R\$ 2.413 (2024: R\$ 2.266).

(b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	3.601	5	6.332	2.534
(+) Adições	6	69	6	68
(+) Aquisição de cotas/ Aportes	1.897	3.527	2.188	3.527
(-) Reclassificação	(80)	-	(80)	-
(+/-) Variação cambial, líquida	-	-	(144)	203
Saldos finais	5.424	3.601	8.302	6.332

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

20 Imobilizado

i. Movimentação em 31 de dezembro de 2025

Descrição							Controladora	
	Saldos em 01/01/2025	(+) Adições	(-) Baixas	(-) Depreciação	(+/-) Transferência	(+/-) Reclassificação	Saldos em 31/12/2025	Taxas anuais de depreciação (%)
Terrenos	-	-	-	-	-	315	315	
Edificações, Benfeitorias e Instalações	-	-	-	(28)	97	3.393	3.462	10
Máquinas e equipamentos	916	278	-	(59)	-	-	1.135	10
Veículos	630	326	(229)	(173)	-	-	554	20
Móveis e utensílios	334	115	-	(61)	-	80	468	10
Equipamentos de informática	226	158	-	(96)	-	-	288	20
Obras em andamento	-	97	-	-	(97)	-	-	
Total	2.106	974	(229)	(417)	-	3.788	6.222	

Descrição							Consolidado	
	Saldos em 01/01/2025	(+) Adições	(-) Baixas	(-) Depreciação	(+/-) Transferência	(+/-) Reclassificação	Saldos em 31/12/2025	Taxas anuais de depreciação (%)
Terrenos	48.230	-	-	-	196	315	48.741	
Pastagens e culturas permanentes	14.910	-	-	(1.068)	198	-	14.040	6,7
Edificações, Benfeitorias e Instalações	6.350	-	-	(280)	992	3.393	10.455	4 a 10
Máquinas e Equipamentos	1.705	971	-	(369)	(2)	(1)	2.304	10
Equipamentos de informática	828	403	(4)	(323)	24	49	977	20
Veículos	630	797	(229)	(234)	-	-	964	20
Móveis e utensílios	935	150	-	(145)	(22)	198	1.116	10
Obras em andamento (1)	1.389	3.096	-	-	(1.386)	(227)	2.872	
Outros	88	5	-	(5)	-	-	88	10 a 20
Total	75.065	5.422	(233)	(2.424)	-	3.727	81.557	

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

(1) Obras em andamento

O saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$ 2.873 (2024: R\$ 1.221) e refere-se, principalmente, aos investimentos realizados no Projeto Pivô – Fazenda Barro Alto, no montante de R\$ 2.147, cujos desembolsos tiveram início em 2025.

O Projeto Pivô contempla a implantação de sistema de irrigação por pivô central na Fazenda Barro Alto, encontrando-se em fase de execução em 31 de dezembro de 2025. Os dispêndios incorridos no exercício referem-se à aquisição de equipamentos, obras civis e serviços técnicos diretamente atribuíveis à implantação do sistema.

Os custos incorridos até a presente data abrangem bens e serviços diretamente atribuíveis à construção e preparação dos ativos para uso nas atividades operacionais, em conformidade com os critérios de capitalização previstos no CPC 27 – Ativo Imobilizado.

O ativo imobilizado, após análise de fontes externas e internas de informação, não apresentou qualquer indício de perda, desvalorização ou dano físico que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia e de suas controladas.

i. Ativos cedidos em garantia

A Fazenda Maria Bonita foi cedida em garantia para empréstimos realizados pela controlada AB Agropecuária (veja nota explicativa nº 22).

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

ii. Movimentação em 31 de dezembro de 2024

Descrição	Saldos em 01/01/2024	(+) Adições	(-) Baixas	(-) Depreciação	(+/-) Transferência	(+/-) Reclassificação	Controladora		
							Saldos em 31/12/2024	Taxas anuais de depreciação (%)	
Máquinas e equipamentos	709	317	-	(110)	-	-	916	20	
Veículos	672	238	(74)	(206)	-	-	630	20	
Móveis e utensílios	394	2	-	(62)	-	-	334	10	
Equipamentos de informática	227	77	-	(78)	-	-	226	20	
Total	2.002	634	(74)	(456)	-	-	2.106		

Descrição	Saldos em 01/01/2024	(+) Adições	(-) Baixas	(-) Depreciação	(+/-) Transferência	(+/-) Reclassificação	Consolidado		
							Incorporação ALBA Seguradora (nota 1)	Saldos em 31/12/2024	Taxas anuais de depreciação (%)
Terrenos	41.246	6.864	(47)	-	-	(511)	678	48.230	
Pastagens e culturas permanentes	12.674	13	-	(945)	3.168	-	-	14.910	6,7
Edificações, Benfeitorias e Instalações	2.050	487	-	(237)	3.496	(871)	1.425	6.350	4 a 10
Máquinas e Equipamentos	1.780	344	-	(433)	14	-	-	1.705	10
Equipamentos de informática	243	462	-	(234)	-	-	348	819	20
Veículos	893	238	(217)	(300)	-	-	16	630	20
Móveis e utensílios	497	455	-	(109)	-	-	92	935	10
Obras em andamento	6.087	2.164	-	-	(6.678)	(263)	80	1.390	
Outros	26	13	-	(12)	-	-	69	96	10 a 20
Total	65.496	11.040	(264)	(2.270)	-	(1.645)	2.708	75.065	

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

21 Intangível

Em 31 de dezembro de 2025, a controladora apresenta um saldo de *software* no valor de R\$ 901 (2024: R\$ 1.171).

Abaixo demonstramos o saldo e movimentação do consolidado:

Consolidado						
Descrição	Saldos em 01/01/2025	(+) Adições	(-) Amortização	Alocação		Taxas anuais de amortização (%)
				ao produto - IFRS 17/CPC 50	Saldos em 31/12/2025	
Softwares	9.944	5.694	(3.115)	-	12.523	20
Marcas e patentes	92	-	-	-	92	
Direito de uso	211	12.987	(1.854)	(11.187)	157	(i)
Intangível em formação	269	972	-	-	1.241	
Total	10.516	19.653	(4.969)	(11.187)	14.013	

Consolidado							
Descrição	Saldos em 01/01/2024	(+) Adições	(-) Amortização	Incorporação		Alocação	
				ALBA Seguradora (nota 1)	ao produto - IFRS 17/CPC 50	Saldos em 31/12/2024	Taxas anuais de amortização (%)
Softwares	1.352	4.415	(2.053)	6.230	-	9.944	20
Marcas e patentes	-	-	-	92	-	92	
Direito de uso	-	5.500	(612)	3.648	(8.325)	211	(i)
Intangível em formação	-	-	-	269	-	269	
Total	1.352	9.915	(2.665)	10.239	(8.325)	10.516	

(i) O saldo apresentado na rubrica “Direito de uso” refere-se, essencialmente, ao direito de exclusividade firmado pela Controlada indireta ALBA Seguradora para a oferta de produtos de seguros e assistência nos canais de distribuição de dois parceiros comerciais distintos. Tais direitos decorrem de contratos celebrados para viabilizar a comercialização conjunta dos produtos da Seguradora, com vigência máxima de 12 anos (144 meses), contados a partir da data de início das vendas, e estão sendo amortizados ao longo desse prazo contratual.

Durante o exercício de 2025, foram registradas adições de R\$ 12.987 em razão de aditivos contratuais com os referidos parceiros. Esses aditivos preveem, de forma não homogênea entre os contratos, a ampliação da comercialização nos canais físicos e digitais, a aceleração das vendas e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, além de ajustarem o preço do investimento inicial. Do total das aquisições registradas, não existem valores em aberto para liquidação.

Para fins da norma IFRS 17/CPC 50, o saldo contabilizado como “Direito de uso” foi reclassificado como custo de aquisição incremental e registrado no passivo de contrato de seguro, conforme exigência de reconhecimento da margem de serviço contratual.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

22 Empréstimos, financiamentos e debêntures

(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures (1)				
Principal	137.879	97.282	137.879	97.282
Juros a pagar	1.634	873	1.634	873
(-) Custo a apropriar	(19)	(23)	(19)	(23)
Total	139.494	98.132	139.494	98.132
Empréstimos (2)				
Principal	-	-	11.695	13.674
Juros a pagar	-	-	4.637	4.365
(-) Juros a apropriar	-	-	(3.036)	(3.077)
(-) Custo a apropriar	-	-	(15)	(16)
Total	-	-	13.281	14.946
Financiamentos (3)				
Principal	-	-	154	221
Juros a pagar	-	-	109	26
Total	-	-	263	247
Total Geral	139.494	98.132	153.038	113.325
Passivo circulante	17.204	8.056	18.935	12.894
Passivo não circulante	122.290	90.076	134.103	100.431

(1) Debêntures

A Companhia, em 9 de agosto de 2022, celebrou Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças entre o Banco BTG Pactual S.A. (“Depositário”) e Rede D’Or São Luiz S.A (“Garantidora”). Este contrato permite que a Companhia emita, por meio do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, um total de 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures simples, com valor unitário de R\$ 1. Desse valor autorizado para emissão, houve subscrição inicial de R\$ 50.000 em 29 de outubro de 2022, uma segunda subscrição de R\$ 50.000 em 30 de março de 2023, e a terceira e última em 25 de março de 2025.

Os recursos obtidos serão destinados a investimentos, por meio de suas controladas, referentes à ampliação de ativos imobiliários e outros investimentos da Companhia. Os repasses dos recursos para suas controladas serão através de aportes de recursos à título de (i) aumentos de capital, (ii) operação de crédito ou de mercado de capitais, ou (iii) adiantamento para futuro aumento de capital.

(2) Empréstimos

A controlada AB Agropecuária contratou linhas de crédito rural destinadas ao custeio de despesas operacionais da atividade pecuária e à realização de investimentos nas fazendas, nos valores de R\$ 14.009 em 30 de dezembro de 2021 e R\$ 706 em 29 de julho de 2024.

Até 31 de dezembro de 2025, foram utilizados R\$ 14.103 desses recursos. O valor total contratado considerou uma previsão de orçamento superior ao efetivamente desembolsado, de modo que não haverá utilização adicional dos recursos. O período de carência encerrou-se em dezembro de 2024, ocasião em que foi paga a primeira parcela anual, correspondente a 1/10 do valor contratado.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

(3) Financiamento

A Companhia mantém operação de financiamento na modalidade Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME) junto ao Banco Bradesco, cujos recursos estão sendo utilizados, exclusivamente, para aquisição de bens e serviços agrícolas.

(b) Aging

As parcelas dos empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2025 têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento:	Debêntures		Empréstimos e Financiamentos	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2026	17.204	10.490	1.766	1.165
2027	18.515	12.322	2.193	1.708
2028	20.557	13.636	1.586	1.111
2029	24.276	16.200	1.584	1.090
2030	27.979	18.615	1.584	1.090
2031 até o último vencimento	30.963	18.813	4.831	4.191
Total	139.494	90.076	13.544	10.355

(c) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	98.132	100.043	113.325	114.369
(+) Captações de recursos	50.000	-	52.643	1.490
(+) Apropriação de Juros e encargos (nota 29)	19.144	10.894	20.108	11.811
(+) Custos de transação (amortizados)	22	21	24	5
(-) Amortização de principal (pagamentos)	(9.403)	(1.824)	(14.092)	(3.015)
(-) Pagamento de juros e encargos	(18.401)	(11.002)	(18.970)	(11.335)
Saldos finais	139.494	98.132	153.038	113.325

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

(1) Termos contratuais - Controladora e Consolidado

Empresa	Modalidade	Credor	Taxa efetiva de juros (a. a.)	Indexador	Mês-Ano de contratação	Mês-Ano de vencimento	Carência (meses)	Garantias	Montante contratado
			0,70%						
			100%-DI						
			2,75%						
AB Participações	Debêntures	BTG	Spread	CDI	ago/22	ago/32	-	Direitos Creditórios	R\$ 150.000
	Crédito Rural -							Fazenda Maria	
AB Agropecuária	Longo Prazo	BNB	5,96%	pré-fixado	dez/21	dez/33	24	Bonita	R\$ 14.009
	Crédito Rural -							Fazenda Água	
AB Agropecuária	Recria	BNB	6,79%	pré-fixado	nov/24	jan/27	-	Branca	R\$ 706
								AB Participações (como avalista) e Fazenda	
AB Agropecuária	Finame	Bradesco	5,47% ~ 6,45%	pré-fixado	out/20 - jan/21	nov/27 - jan/28	12 - 12	Maria Bonita	R\$ 468

(2) Cláusula restritiva (*covenants*)

Os contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos da Companhia e de sua controlada AB Agropecuária contêm cláusulas restritivas, habituais para esse tipo de operação, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações.

As principais cláusulas contratuais (*covenants*) estão listadas a seguir:

- Estrutura societária e garantias: manutenção das garantias contratadas, da cessão fiduciária, da conta vinculada e da alienação fiduciária dos bens financiados, bem como, quando aplicável, manutenção do controle societário e restrições à sua alteração sem anuência do credor, além de restrições à venda, cessão, transferência, arrendamento, locação, oneração ou disposição de ativos vinculados às operações sem a prévia anuência do credor, quando aplicável;
- Situação regulatória, legal e socioambiental: manutenção das licenças, autorizações e regularidade necessárias à operação, bem como observância das obrigações legais, regulatórias, anticorrupção e socioambientais previstas contratualmente;
- Outras obrigações: correta aplicação dos recursos conforme a finalidade contratual, adimplemento pontual das obrigações financeiras assumidas, prestação de informações, envio de documentos e atendimento às exigências previstas nos instrumentos das operações, bem como cumprimento das demais condições contratuais.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não estava incorrendo em nenhuma das hipóteses de restrição previstas em seus contratos.

A exposição da Companhia a riscos de crédito, risco de mercado e uma análise de sensibilidade relacionados aos empréstimos e debêntures, é divulgada na **nota explicativa nº 31**.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

23 Contratos de seguros e resseguros - Consolidado

A composição dos grupos de contratos de seguros emitidos, que se encontram no ativo e no passivo, é apresentada na tabela abaixo:

Modelo de mensuração	Saldos em 31 de dezembro de 2025		Saldos em 31 de dezembro de 2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Contratos de seguros e resseguros mensurados pelo PAA (a)	46.952	63.023	54.035	82.318
Contratos de seguros mensurados pelo BBA (b)	-	6.726	-	1.719
	46.952	69.749	54.035	84.037
Circulante	15.740	22.917	4.901	11.046
Não circulante	31.212	46.832	49.134	72.991

Por segmento	Saldos em 31 de dezembro de 2025			Circulante	Não Circulante
	Vida	Não vida	Total		
Contratos de seguros					
Saldos de contrato de seguro - PAA (a)	(7.785)	70.808	63.023	22.194	40.829
Saldos de contrato de seguro - BBA (b)	6.726	-	6.726	723	6.003
Passivos de contratos de seguros	(1.059)	70.808	69.749	22.917	46.832
Contratos de resseguros					
Saldos de contratos de resseguro PAA (a)	(607)	47.559	46.952	15.740	31.212
Ativos relacionados a contratos de resseguros	(607)	47.559	46.952	15.740	31.212

Por segmento	Saldos em 31 de dezembro de 2024			Circulante	Não Circulante
	Vida	Não vida	Total		
Contratos de seguros					
Saldos de contrato de seguro - PAA (a)	1.473	80.845	82.318	10.873	71.445
Saldos de contrato de seguro - BBA (b)	1.719	-	1.719	173	1.546
Passivos de contratos de seguros	3.192	80.845	84.037	11.046	72.991
Contratos de resseguros					
Saldos de contratos de resseguro PAA (a)	2.189	51.846	54.035	4.901	49.134
Ativos relacionados a contratos de resseguros	2.189	51.846	54.035	4.901	49.134

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

(a) Movimentação de contrato de seguro

i. Modelo PAA

	31/12/2025				31/12/2024			
	Passivos para cobertura remanescente (LRC)	Passivo para sinistros ocorridos (LIC)	Ativos para aquisição de fluxos de caixa de seguros	Total	Passivos para cobertura remanescente (LRC)	Passivo para sinistros ocorridos (LIC)	Ativos para aquisição de fluxos de caixa de seguros	Total
	Excluindo o componente de perda				Excluindo o componente de perda			
Saldo iniciais	1.813	88.829	(8.325)	82.317	939	111.314	(3.871)	108.382
Receita de seguro								
Outros contratos	(50.176)	-	-	(50.176)	(26.484)	-	-	(26.484)
Despesas de serviço de seguro								
Sinistros incorridos e outras despesas	9.935	32.403	-	42.338	3.288	11.791	-	15.079
Amortização dos fluxos de custo de aquisição	20.179	-	-	20.179	13.134	-	-	13.134
Mudanças nas responsabilidades por sinistros incorridos	-	(17.136)	-	(17.136)	-	(28.684)	-	(28.684)
Resultado do serviço de seguro	(20.062)	15.267	-	(4.795)	(10.062)	(16.893)	-	(26.955)
Despesas financeiras de seguros	(29)	(5.532)	-	(5.561)	(21)	1.254	-	1.233
Mudanças totais na demonstração de resultado	(20.091)	9.735	-	(10.356)	(10.083)	(15.639)	-	(25.722)
Fluxos de caixa								
Prêmios recebidos	51.234	-	-	51.234	28.740	-	-	28.740
Sinistros e outras despesas pagas	(9.905)	(19.775)	-	(29.680)	(3.267)	(6.846)	-	(10.113)
Fluxos de caixa de aquisição de seguro	(17.505)	-	(12.987)	(30.492)	(9.872)	-	(9.097)	(18.969)
Total de fluxos de caixa	23.824	(19.775)	(12.987)	(8.938)	15.601	(6.846)	(9.097)	(342)
Alocação de custos de aquisição pagos antecipadamente aos fluxos de caixa de seguros	(1.800)	-	1.800	-	(4.643)	-	4.643	-
Saldo finais	3.746	78.789	(19.512)	63.023	1.814	88.829	(8.325)	82.318

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

ii. Modelo BBA

	31/12/2025				31/12/2024		
	Passivos para cobertura remanescente (LRC)		Passivo para sinistros ocorridos (LIC)	Total	Passivos para cobertura remanescente (LRC)	Passivo para sinistros ocorridos (LIC)	Total
	Excluindo o componente de perda	Componente de perda			Excluindo o componente de perda		
Saldo iniciais	1.719	-	-	1.719	1.754	109	1.863
Receita de seguro							
Contratos mensurados pela abordagem retrospectiva de valor justo	(659)	-	-	(659)	(791)	-	(791)
Despesas de serviço de seguro							
Sinistros incorridos e outras despesas	-	-	267	267	-	733	733
Perdas em contratos onerosos e reversões dessas perdas	-	7.575	-	7.575	-	-	-
Mudanças nas responsabilidades por sinistros incorridos	-	-	-	-	-	44	44
Resultado do serviço de seguro	(659)	7.575	267	7.183	(791)	777	(14)
Despesas financeiras de seguros	(2.161)	-	-	(2.161)	554	-	554
Mudanças totais na demonstração de fluxos de caixa	(2.820)	7.575	267	5.022	(237)	777	540
Fluxos de caixa							
Prêmios recebidos	169	-	-	169	216	-	216
Sinistros e outras despesas pagas	-	-	(173)	(173)	-	(886)	(886)
Fluxos de caixa de aquisição de seguro	(11)	-	-	(11)	(14)	-	(14)
Total de fluxos de caixa	158	-	(173)	(15)	202	(886)	(684)
Saldo finais	(943)	7.575	94	6.726	1.719	-	1.719

A Controlada ALBA Seguradora revisou sua abordagem de alocação de despesas dentro da estrutura mínima de custos já existente, considerando o nível operacional necessário à manutenção das operações, independentemente do volume de prêmios vigentes. Com isso, foi estabelecida uma base de despesas administrativas que reflete de forma mais precisa os custos necessários à gestão das obrigações remanescentes.

A revisão dessa metodologia resultou na redistribuição das despesas administrativas médias entre todas as carteiras, inclusive aquelas em *run-off*. Para essas carteiras, os fluxos de saída esperados foram ajustados para refletir a alocação completa das despesas administrativas, considerando a estrutura mínima de custos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

Como consequência desse ajuste, determinados grupos de contratos passaram a apresentar fluxos de saída superiores aos fluxos de entrada, caracterizando contratos onerosos nos termos da IFRS 17. Em decorrência, foi reconhecido o componente de perda correspondente, impactando o resultado do serviço de seguros no período.

A Controlada ALBA Seguradora entende que a metodologia revisada reflete de forma adequada a realidade econômica da operação, ao incorporar os custos necessários à gestão das carteiras, estando em conformidade com os requerimentos do IFRS 17.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

iii. Modelo BBA - Movimentação dos componentes

	31/12/2025				31/12/2024			
	Estimativa do VP dos fluxos de caixa	Ajuste ao risco	CSM sob a abordagem de transição valor justo	Total	Estimativa do VP dos fluxos de caixa	Ajuste ao risco	CSM sob a abordagem de transição valor justo	Total
Saldo iniciais	1.007	64	648	1.719	1.402	83	378	1.863
Mudanças relativas ao serviço corrente								
CSM reconhecida como serviço prestado	-	-	(45)	(45)	-	-	(92)	(92)
Ajuste ao risco reconhecido como risco expirado	-	(192)	-	(192)	-	(7)	-	(7)
Ajustes de experiência	144	-	-	144	(31)	-	-	(31)
Mudanças relativas ao serviço futuro								
Mudanças em estimativas que afetam a CSM	585	152	(737)	-	(233)	10	223	-
Mudanças em estimativas que não afetam a CSM	7.276	298	-	7.574	-	-	-	-
Mudanças relativas ao serviço passado								
Ajustes no passivo de eventos ocorridos	-	-	-	-	116	-	-	116
Resultado de seguros	8.005	258	(782)	7.481	(148)	3	131	(14)
Despesa financeira de seguros	(2.305)	11	134	(2.160)	437	(22)	139	554
Mudanças totais na demonstração de resultado	5.700	269	(648)	5.321	289	(19)	270	540
Fluxos de caixa								
Prêmios recebidos	170	-	-	170	216	-	-	216
Sinistros e outras despesas pagas	(473)	-	-	(473)	(886)	-	-	(886)
Fluxos de caixa de aquisição de seguro	(11)	-	-	(11)	(14)	-	-	(14)
Total de fluxos de caixa	(314)	-	-	(314)	(684)	-	-	(684)
Saldo finais	6.393	333	-	6.726	1.007	64	648	1.719

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

iv. Modelo BBA - Expectativa de realização da CSM

A tabela a seguir apresenta quando a ALBA Seguradora espera reconhecer a CSM remanescente no resultado após a data do balanço para contratos mensurados de acordo com o modelo BBA.

Conforme descrito na nota 23(a)ii, a revisão da metodologia de alocação de despesas administrativas impactou as estimativas de fluxos de caixa futuros, resultando na eliminação integral da CSM da carteira, em função da sua caracterização como onerosa. Dessa forma, não há CSM remanescente a ser reconhecida.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Menos de 1 ano	-	110
1 a 2 anos	-	106
2 a 3 anos	-	102
3 a 4 anos	-	97
4 a 5 anos	-	93
Mais de 5 anos	-	140
	<u>-</u>	<u>648</u>

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

(b) Saldos de contratos de resseguro

i. Modelo PAA

	31/12/2025			31/12/2024		
	Ativos para cobertura remanescente		Total	Ativos para cobertura remanescente		Total
	Excluindo o componente de perda	Ativos para sinistros incorridos		Excluindo o componente de perda	Ativos para sinistros incorridos	
Saldos iniciais	(2.802)	56.837	54.035	(1.111)	77.626	76.515
Alocação de prêmios de resseguros pagos	(20.347)	-	(20.347)	(10.871)	-	(10.871)
Valores a recuperar junto a resseguradoras		-				
Recuperações de sinistros incorridos e outras despesas com prestação de serviços de seguro	-	17.047	17.047	-	(14.662)	(14.662)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	5.494	-	5.494	4.712	-	4.712
Efeito das mudanças no risco de não descumprimento das resseguradoras	-	133	133	-	17	17
Despesas líquidas dos contratos de resseguros	(14.853)	17.180	2.327	(6.159)	(14.645)	(20.804)
Resultado financeiro líquido dos contratos de resseguros	-	(8.591)	(8.591)	-	913	913
Total das variações na demonstração do resultado e ORA	(14.853)	8.589	(6.264)	(6.159)	(13.732)	(19.891)
Fluxos de caixa						
Prêmios pagos	16.123	-	16.123	8.007	-	8.007
Sinistros recebidos	-	(12.912)	(12.912)	-	(5.126)	(5.126)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(4.030)	-	(4.030)	(3.539)	-	(3.539)
Total de fluxos de caixa	12.093	(12.912)	(819)	4.468	(5.126)	(658)
Outros movimentos	-	-	-	-	(1.931)	(1.931)
Saldos finais	(5.562)	52.514	46.952	(2.802)	56.837	54.035

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

24 Provisão para demandas judiciais

Os passivos decorrentes de contingências são avaliados pela Administração da Companhia e de suas controladas com base na análise individual destes processos, e opinião dos seus advogados/consultores jurídicos.

A Administração da Companhia e suas controladas, em conjunto com os seus consultores jurídicos, entende ser indevida a cobrança de determinados tributos, motivo pelo qual ingressa ações judiciais e deposita os valores correlatos, com o intuito de provocar a suspensão das respectivas exigibilidades. A avaliação da Administração, entende que a probabilidade de ganho dos processos é possível. A obrigação, entretanto, existe e, portanto, a Administração efetuou depósitos judiciais em relação a esses temas.

Adicionalmente, deposita judicialmente valores decorrentes de processos movidos por terceiros, por entender serem discutíveis as reivindicações quanto a sinistros reclamados e questões trabalhistas.

(a) Saldos das contingências classificadas com risco provável

i. Movimentação em 31 de dezembro de 2025

Natureza	Controladora					
	Saldos em 01/01/2025	(+) Adições	(+) Atualizações	(-) Reversão	(-) Baixas	Saldos em 31/12/2025
Tributários/ Fiscais	18.249	602	790	(610)	(10.147)	8.884
Trabalhistas	5.414	1.897	-	-	(146)	7.165
Cíveis	1.468	300	-	(50)	-	1.718
Outros	377	-	-	(290)	-	87
Total	25.508	2.799	790	(950)	(10.293)	17.854

Natureza	Consolidado					
	Saldos em 01/01/2025	(+) Adições	(+) Atualizações	(-) Reversão	(-) Baixas	Saldos em 31/12/2025
Tributários/ Fiscais	108.428	1.921	5.578	(610)	(10.763)	104.554
Trabalhistas	5.738	1.897	68	(55)	(183)	7.465
Cíveis	1.833	3.165	223	(102)	(58)	5.061
Outros	377	-	-	(290)	-	87
Total	116.376	6.983	5.869	(1.057)	(11.004)	117.167

ii. Movimentação em 31 de dezembro de 2024

Natureza	Controladora					
	Saldos em 01/01/2024	(+) Adições	(+) Atualizações	(-) Reversão	(-) Baixas	Saldos em 31/12/2024
Tributários/ Fiscais	40.944	510	2.398	(736)	(24.867)	18.249
Trabalhistas	4.897	2.164	-	(1.647)	-	5.414
Cíveis	2.337	255	-	(1.124)	-	1.468
Outros	149	261	-	(33)	-	377
Total	48.327	3.190	2.398	(3.540)	(24.867)	25.508

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

Natureza	Saldos em 01/01/2024	Provisões judiciais					Consolidado	
		(+) Adições	(+) Atualizações	(-) Reversão	(-) Baixas	Incorporação ALBA Seguradora (nota 1)		Saldos em 31/12/2024
Tributários/ Fiscais	40.944	1.476	6.134	(736)	(24.867)	85.477	108.428	
Trabalhistas	4.975	2.187	23	(1.647)	-	200	5.738	
Cíveis	2.337	285	46	(1.124)	(12)	301	1.833	
Outros	148	261	-	(32)	-	-	377	
Total	48.404	4.209	6.203	(3.539)	(24.879)	85.978	116.376	

(b) Saldos dos depósitos judiciais

Os valores depositados constantes do realizável a longo prazo são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributários/ Fiscais	11.531	20.052	107.082	110.146
Trabalhistas	-	-	100	121
Cíveis (1)	-	-	10.162	8.505
Outros	-	-	392	346
Total	11.531	20.052	117.736	119.118

(1) Depósitos judiciais da controlada ALBA Seguradora, decorrente das ações judiciais relacionadas a sinistros.

(c) Movimentação em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	20.052	41.626	119.118	41.762
(+) Adições	-	146	3.709	3.238
(+) Atualizações	1.784	3.147	7.216	7.399
(+) Incorporação ALBA Seguradora (nota 1)	-	-	-	92.077
(-) Baixas (1)	(10.305)	(24.867)	(12.307)	(25.358)
Saldos finais	11.531	20.052	117.736	119.118

(1) A Companhia, objetivando o reconhecimento do direito de não se submeter à cobrança da Contribuição ao PIS e da COFINS sobre receitas financeiras, impetrou Mandado de Segurança em 19 de agosto de 2015, o qual foi julgado improcedente. O processo transitou em julgado, contudo aguarda a conversão em renda da União Federal dos valores depositados judicialmente. Em razão do desfecho desfavorável, a Companhia realizou, no exercício de 2025, a baixa dos valores reconhecidos, no montante de R\$ 10.146, mediante constituição de provisão de contingência.

No exercício de 2024, a Companhia realizou a baixa dos valores reconhecidos no montante de R\$ 23.251, em razão do desfecho final do Mandado de Segurança referente à inconstitucionalidade da COFINS (Lei nº 10.833/03), com a conversão em renda da União Federal dos valores depositados judicialmente.

O saldo apresentado de provisões com natureza tributária é substancialmente composto por ações envolvendo a Companhia e a Controlada ALBA Seguradora, principalmente em relação à cobrança de PIS e COFINS. As principais discussões relativas a ações tributárias em 31 de dezembro de 2025, estão descritas a seguir:

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

i. Ações envolvendo a Aliança da Bahia:

- COFINS: Uma ação de débito de COFINS formalizada pelo Processo Administrativo Fiscal (PAF) nº 10580.720.788/2007-29. A Companhia já tomou medidas legais para liberar o recurso bloqueado envolvendo o processo e acredita ter boas chances de sucesso no processo, com base na existência de coisa julgada que garante o direito de não pagar a COFINS. A Companhia, por ser uma sociedade patrimonial que não comercializa mercadorias nem presta serviços, acredita que suas receitas não estão sujeitas à contribuição conforme a Lei Complementar nº 70/1991.

ii. Ações envolvendo a ALBA Seguradora:

- PIS: A cobrança da contribuição ao PIS está sendo discutida em quatro ações judiciais. Uma busca isenção com base na Medida Provisória nº 517/94 à Emenda Constitucional nº 1/94, já com desfecho desfavorável à Companhia. Em paralelo, ocorreu um processo administrativo discutindo parte das contribuições depositadas em juízo nessa ação judicial, com decisão favorável e retorno do processo à vara de origem. A Companhia pleiteou o levantamento de parte do montante depositado, pedido ainda não apreciado pelo juiz competente, com possibilidade de desfecho desfavorável. Mandados de segurança foram impetrados para contestar a cobrança do PIS em períodos específicos, citando não observância de princípios de irretroatividade e anterioridade nas Emendas Constitucionais nos 10/96 e 10/97. Outros mandados de segurança foram impetrados para contestar a cobrança do PIS em períodos específicos com base em prazo de decadência e questionando a incidência de PIS sobre receitas decorrentes de ativos garantidores de reservas técnicas.
- COFINS: A cobrança da COFINS está sendo discutida em duas ações judiciais. Grande parte do valor está sendo discutida em um Mandado de Segurança que busca o direito da Companhia de não recolher COFINS, argumentando que o alargamento da base de cálculo previsto na Lei nº 9.718/98 é inconstitucional. A expectativa de perda é considerada "possível" para uma parte do valor discutido relacionado à COFINS incidente sobre receitas de prêmios de seguros depositada judicialmente. Outra parte discutida está relacionada à COFINS sobre outras receitas (receitas financeiras e de aluguéis), com valores depositados em juízo totalizando aproximadamente R\$ 20.764 em 31 de dezembro de 2025 (2024: R\$ 19.886).

Embora haja decisão judicial transitada em julgado a favor da Companhia, houve resistência da Fazenda Nacional ao levantamento dos valores. O Juízo de Primeiro Grau determinou perícia contábil, tornando a questão controvertida, com risco "possível" de perda.

(d) Composição das contingências não provisionadas no balanço classificadas com risco possível

A Companhia e suas controladas são partes em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos (internos e externos), julgou o risco de perda como possível. A natureza dos principais passivos com contingências são:

PROCESSOS	NATUREZA
Fiscais	Referem-se a disputas de compensações de impostos e contribuições não homologados pela Receita Federal do Brasil.
Trabalhistas, Cíveis e outros	Ações de diversas naturezas que se encontram na esfera judicial em fases processuais distintas.

O Grupo Aliança também efetuou levantamento, avaliação e quantificação das ações classificadas com risco de perda possível, para os quais não há provisão constituída, cujos valores estão assim apresentados:

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributários/ Fiscais	24.631	27.050	29.446	27.304
Trabalhista	231	1.940	1.401	1.995
Cível	21.117	21.185	29.386	21.720
Total	45.979	50.175	60.233	51.019

25 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado representado por ações sem direito a voto, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, está apresentados a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Ações ordinárias	9.317.262	314.440	9.495.733	307.429
Ações preferenciais	8.821.712	297.716	9.412.283	304.727
Capital Social Integralizado	18.138.974	612.156	18.908.016	612.156

Em 19 de janeiro de 2024, implementou-se o aumento de capital social da Companhia em R\$ 201.798, por meio da incorporação de ações da ALBA Seguradora, conforme mencionado na **nota explicativa nº 1.1**.

(b) Ações em tesouraria

O valor apresentado de R\$ 130 corresponde ao valor pago aos acionistas dissidentes de 2.621 ações de emissão da Companhia que exerceram o direito de retirada no processo da incorporação de ações da ALBA Seguradora.

Adicionalmente, a ALBA Seguradora pagou e cancelou as 1.368 ações aos acionistas dissidentes que exerceram seu direito de recesso com a incorporação no valor de R\$ 32.

Não houve variação no custo mínimo e máximo do saldo de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2025, considerando que não houve aquisição de novas ações no exercício.

(c) Reserva de capital

O saldo apresentado decorre do efeito da variação patrimonial entre a data base e a data da consumação da incorporação que foram reconhecidas nesta reserva até posterior deliberação da Administração.

(d) Reserva legal e de retenção de lucros

i. Reserva legal

De acordo com o estatuto social da Companhia, a reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

ii. Reserva de lucros a realizar

Reserva a realizar, destinada a retenção de lucro futuros, que só poderá ser destinado através de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios.

iii. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, para posterior aporte de capital nas controladas.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

O saldo registrado na movimentação do exercício de 2024, no montante de R\$ 41.833, decorre do saldo do investimento que a controlada ALBA Seguradora possui na Aliança da Bahia. Considerando que a Aliança da Bahia é controladora indireta da ALBA Seguradora, essa operação caracteriza-se como eliminação da participação recíproca.

Em dezembro de 2025, foi aprovado o cancelamento das ações vinculadas à referida participação recíproca, bem como das demais ações mantidas em tesouraria, sem alteração do capital social. Dessa forma, a participação recíproca foi integralmente liquidada na data-base das demonstrações financeiras.

O referido cancelamento das ações referente a participação recíproca não gerou impactos adicionais no resultado do exercício ou nas reservas de lucros, tendo em vista que seus efeitos já haviam sido reconhecidos em períodos anteriores.

(e) Ajuste de avaliação patrimonial

Nesta rubrica, são registrados os ganhos e perdas não realizados de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), relativos a títulos próprios de controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. Também inclui os ajustes acumulados de conversão de investimentos societários no exterior, líquidos dos efeitos tributários.

Conforme permitido pela Lei nº 11.638/2007, a Administração da Companhia optou por manter a reserva de reavaliação contabilizada em exercício anterior. A realização dessas reservas ocorre em razão da depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados, ou da alienação do investimento, sendo registrada na conta de lucros acumulados, já deduzidos os tributos incidentes. A Companhia inclui a realização dessas reservas na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório, à medida que são transferidas para a conta de lucros acumulados.

Existiam, em 31 de dezembro de 2025, as seguintes reservas de reavaliação:

i. Ativos próprios

Refere-se à reavaliação de imóveis, em obediência à deliberação CVM nº 183, de 19 de junho de 1995, cujos laudos de avaliação foram preparados por empresas especializadas e aprovados pela AGE de 27 de dezembro de 2007.

ii. Ativos de controladas

Correspondem ao reflexo da reavaliação de ativos, registrada no patrimônio líquido de controlada, de acordo com os percentuais de participação nos investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

(f) Dividendos

Conforme disposição estatutária, é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado consoante legislação em vigor, com acréscimo de 10% para as ações preferenciais, em observância às Leis nos 9.457/97 e 10.303/01.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

i. Dividendos declarados e propostos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	33.709	41.040
Realização da reserva de reavaliação, líquida de impostos	104	104
Reversão dividendos prescritos declarados em exercícios anteriores	(17)	2.445
Realização na venda das ações pertencentes à controlada, líquida dos efeitos tributários	-	1.085
Recompra de ações - Controlada	-	(32)
Outras movimentações	-	1.847
Resultado ajustado total	<u>33.796</u>	<u>46.489</u>
Constituição da reserva legal	(1.685)	(2.052)
Base para distribuição de dividendos	<u>32.111</u>	<u>44.437</u>
Dividendos obrigatórios (1)	8.028	11.109
Dividendos complementares	9.472	3.891
Total de dividendos (declarados e propostos)	<u>17.500</u>	<u>15.000</u>

Com base no lucro líquido do exercício e após os ajustes apresentados acima, resultou no montante de lucro líquido ajustado de R\$ 33.796, para o qual propomos a seguinte destinação proposta: constituição da reserva legal de 5%, no montante de R\$ 1.685; distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 8.028; dividendos complementares no valor de R\$ 9.472; e retenção de lucros de R\$ 14.611, conforme o orçamento de capital.

(1) O Conselho de Administração da Companhia declarou, em reuniões realizadas em 13 de agosto de 2025 e 17 de dezembro de 2025, dividendos intercalares nos valores de R\$ 10.000 e R\$ 7.500, respectivamente. Os valores deliberados correspondem à antecipação do dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2025. O pagamento do primeiro montante ocorreu em 8 de setembro de 2025, e o do segundo pago no dia 12 de janeiro de 2026.

O total de dividendos corresponde a aproximadamente 54,50% do lucro líquido ajustado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Dessa forma, assegura-se a integralidade e o atendimento ao percentual mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, bem como a distribuição do dividendo complementar no valor de R\$ 9.472.

ii. Dividendos a pagar

A composição do saldo de dividendos a pagar no passivo circulante está abaixo demonstrada:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Dividendos intercalares	8.057	5.213	8.057	5.213
Dividendos complementares	160	1.212	160	1.212
Saldo da Controlada - incorporação ALBA Seguradora (nota 1)	-	-	63	445
Juros sobre Capital Próprio - JCP	33	148	33	148
Total	<u>8.250</u>	<u>6.573</u>	<u>8.313</u>	<u>7.018</u>

A movimentação do saldo de dividendos a pagar no passivo circulante está abaixo demonstrada:

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	6.573	16.629	7.018	16.629
(+) Dividendos obrigatórios	8.028	11.109	8.028	11.109
(+) Dividendos intercalares	9.472	4.265	9.472	4.265
(+) Reversão de dividendos prescritos - Controlada	-	-	309	-
(+) Saldo da Controlada - incorporação ALBA Seguradora (nota 1)	-	-	-	955
(-) Dividendos prescritos	(182)	(1.953)	(182)	(1.953)
(-) Dividendos prescritos - Controlada	-	-	(110)	(492)
(-) Dividendos pagos	(15.641)	(23.477)	(16.222)	(23.495)
Saldos finais	8.250	6.573	8.313	7.018

(g) Lucro líquido básico e diluído por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro líquido por ação mediante a divisão do lucro, pela quantidade média ponderada das ações em circulação (ordinárias e preferenciais) durante do exercício. Não há efeitos diluídos.

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais
Lucro líquido do período atribuível a cada espécie de ações	33.709	33.709	41.040	41.040
Média ponderada da quantidade de ações	9.317.262	8.821.712	9.495.733	9.412.283
Lucro líquido por ação - Em R\$	1,77222	1,94944	2,06759	2,27435

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

26 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamento operacional (1)	3.034	1.712	55.189	50.054
Venda de gado (2)	-	-	13.888	9.948
Serviços de engenharia	-	-	-	2.669
Receita de seguros (3)	-	-	50.835	27.275
Outros	17	136	396	578
Receita bruta	3.051	1.848	120.308	90.524
(-) Impostos sobre vendas e serviços	(316)	(166)	(2.840)	(2.862)
(-) Vendas canceladas/Descontos	-	-	(208)	-
Receita líquida	2.735	1.682	117.260	87.662

(1) Arrendamento operacional

A Companhia arrenda propriedade para investimentos (**nota explicativa nº 18**), onde todos os contratos foram classificados como operacionais porque eles não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos. Os pagamentos são reajustados anualmente pela variação do IPCA para refletir os valores de mercado. A duração dos principais contratos é de 40 anos (a partir de 01/07/2020 para o BTS Hospital Aliança, e 05/05/2021 para o BTS ASSAÍ Atacadista), e possuem opção de renovação após esse período.

A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos recebimentos de arrendamentos dos contratos BTS, demonstrando os pagamentos não descontados dos arrendamentos que serão recebidos após a data base:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Até 1º ano	53.328	50.612
2º ano	53.328	50.612
3º ano	53.328	50.612
4º ano	53.328	50.612
5º ano	53.328	50.612
Mais de 5 anos	1.585.177	1.555.057
Total	1.851.817	1.808.117

Inexiste recebimentos variáveis de arrendamento que não dependam de índice ou taxa definidas em contratos.

(2) Venda de gado

A Companhia vende gado de engorda (**nota explicativa nº 10**), principalmente para frigoríficos na região sudoeste da Bahia.

(3) Receitas de seguros

No exercício de 2025, as receitas de seguros registraram aumento de 65% em relação ao mesmo exercício de 2024. Esse crescimento foi impulsionado, principalmente, pela expansão dos produtos de riscos diversos e acidentes pessoais com sorte dobrada, que apresentaram forte desempenho comercial e aumento significativo da base segurada.

A reestruturação dos canais de distribuição, com ampliação das parcerias e reforço nas ações promocionais, contribuiu para o crescimento das vendas nesses segmentos, que passaram a representar parcela relevante do portfólio da Companhia.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Valores relativos a mudanças no passivo para cobertura remanescente		
Receita total		
CSM reconhecido pelos serviços prestados	45	92
Alteração no ajuste de risco para risco não financeiro por risco expirado	194	3
Sinistros incorridos esperados e outras despesas de serviços de seguro	420	696
Receita de Seguros - BBA	659	791
Receita de Seguros - Alocação de prêmio PAA	50.176	26.484
Receita de Seguros	50.835	27.275

27 Custos, despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(13.011)	(10.502)	(43.521)	(44.216)
Serviços de terceiros	(1.612)	(2.037)	(13.677)	(11.881)
IPTU/ TFF	(234)	(11)	(3.456)	(2.453)
Taxas de condomínio	(137)	(115)	(517)	(840)
PIS/ COFINS sobre receitas	(689)	(707)	(2.732)	(1.129)
Serviços de manutenção e assistência técnica	-	-	(217)	(216)
Publicações legais	(175)	(54)	(205)	(266)
Depreciação e amortização (notas 18, 20, 21)	(1.003)	(1.021)	(17.395)	(11.567)
Doações	(258)	(283)	(258)	(308)
(Provisão)/ Reversão para demandas judiciais (nota 24a)	(1.704)	350	(4.941)	307
Conta gráfica – HA (nota 32b)	(1.815)	(1.404)	(1.815)	(1.404)
Gastos agropecuários	-	-	(5.578)	(5.598)
Custos operações de seguros (I)	-	-	(50.894)	(21.110)
Alocação das despesas administrativas para o custo (IFRS 17)	-	-	10.036	3.717
Baixa do valor a receber - Ajuste de preço HA (nota 32a)	-	(10.671)	-	(10.671)
Outras	(2.668)	(1.601)	(7.728)	(7.446)
Total	(23.306)	(28.056)	(142.898)	(115.081)
Total do custo	(515)	(181)	(70.192)	(38.284)
Total das despesas gerais e administrativas	(22.791)	(27.875)	(72.706)	(76.797)

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

(1) Custos das operações de seguros - Consolidado

	31/12/2025				31/12/2024				
	BBA	PAA			BBA	PAA			
	Passivo para cobertura remanescente (LRC)	Passivo para sinistros ocorridos (LIC)	Passivos para cobertura remanescente (LRC)	Passivo para sinistros ocorridos (LIC)	Total	Passivo para sinistros ocorridos (LIC)	Passivos para cobertura remanescente (LRC)	Passivo para sinistros ocorridos (LIC)	Total
Valores relativos a mudanças no passivo									
Sinistros incorridos e outras despesas de serviço de seguro incorridas	-	(267)	(9.935)	(32.403)	(42.605)	(733)	(3.288)	(11.791)	(15.812)
Perdas em contratos onerosos e reversões dessas perdas	(7.574)	-	-	-	(7.574)	-	-	-	-
Alterações relacionadas ao serviço passado - ajuste aos sinistros incorridos	-	-	-	17.137	17.137	(44)	-	28.684	28.640
Despesas com seguro	(7.574)	(267)	(9.935)	(15.266)	(33.042)	(777)	(3.288)	16.893	12.828
Fluxos de caixa de aquisição de seguros									
Despesas de aquisição	-	-	(20.179)	-	(20.179)	-	(13.134)	-	(13.134)
Despesas totais de serviço de seguro	(7.574)	(267)	(30.114)	(15.266)	(53.221)	(777)	(16.422)	16.893	(306)

	31/12/2025			31/12/2024		
	Ativos para cobertura remanescente (LRC)	Ativos para sinistros incorridos	Total	Ativos para cobertura remanescente (LRC)	Ativos para sinistros incorridos	Total
Valores relativos a mudanças no ativo						
Valor esperado recuperável para sinistros e outras despesas de serviços de seguros incorridas no período	-	756	756	-	(13.199)	(13.199)
Alteração no ajuste de risco para risco não financeiro por risco expirado	-	16.912	16.912	-	(1.463)	(1.463)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	3.971	(621)	3.350	4.712	-	4.712
Contratos mensurados nos termos do PAA	(13.066)	-	(13.066)	(10.871)	-	(10.871)
Efeito das mudanças no risco de não descumprimento das resseguradoras	(5.758)	133	(5.625)	-	17	17
Receita ou despesa líquida de contratos de resseguro mantidos	(14.853)	17.180	2.327	(6.159)	(14.645)	(20.804)
Total dos Custos das operações de seguros	(44.967)	1.914	(50.894)	(22.581)	2.248	(21.110)

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

28 Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado patrimonial - Controlada	-	-	(2.272)	(2.540)
Receita com imóveis de renda	-	-	712	617
Despesa com imóveis de renda	-	-	(2.844)	(2.842)
Depreciação	-	-	(140)	(315)
Ganho com ativos não correntes	1.531	22	2.782	9.606
Receitas relacionadas à venda de imóveis	8.000	-	13.191	8.867
(-) Ajuste a valor presente	-	-	-	(1.289)
Despesas relacionadas à venda de imóveis	(885)	-	(5.294)	(1.050)
Receitas relacionadas à venda de veículos	54	96	164	301
Despesas relacionadas à venda de veículos	(229)	(74)	(229)	(217)
Baixa do valor a receber - Ajuste de preço HA (nota 32a)	(5.983)	-	(5.983)	-
Outras despesas	-	-	(380)	(335)
Outras receitas	574	-	1.313	3.329
Resultado das operações de seguros	-	-	(70)	(889)
Outras receitas de seguros	-	-	1.032	166
Outras despesas de seguros	-	-	(1.208)	(979)
Provisão para demandas judiciais	-	-	106	(76)
Outras	-	12	-	27
Total	1.531	34	440	6.204

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

29 Resultados financeiros, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas				
Rend. s/ caixa e equivalentes	208	211	476	420
Rend. s/ aplicações financeiras	13.763	14.841	26.363	23.664
Rend. s/ depósitos judiciais	1.785	3.146	6.921	7.158
Rend. com aluguéis de ações	-	9	-	9
Ganho com ações	449	339	449	339
Dividendos e JCP recebidos	-	-	41	73
Correção de créditos tributários	761	714	966	1.067
Contrato de seguro	88	-	118	27
Outros	504	24	1.513	2.102
Total	17.558	19.284	36.847	34.859
Despesas				
Perdas s/ aplicações financeiras	(1.918)	(2.494)	(1.918)	(2.494)
Juros s/ provisão de depósitos judiciais	(790)	(2.398)	(5.597)	(6.134)
Perda com ações	(93)	(1.048)	(93)	(1.048)
Juros s/ debêntures	(19.144)	(10.894)	(19.144)	(10.894)
Custos da transação	(23)	(21)	(25)	(21)
Juros s/ empr. e financ.	-	-	(964)	(917)
Atualização monetária – mútuos	-	-	(88)	-
Descontos financeiros concedidos	-	-	(80)	-
Contrato de seguro	-	-	(898)	(900)
Outros	(151)	(37)	(1.436)	(237)
Total	(22.119)	(16.892)	(30.243)	(22.645)
Resultado financeiro, líquido	(4.561)	2.392	6.604	12.214

30 Segmentos operacionais

(a) Base para segmentação

A Companhia possui divisões estratégicas, que são seus segmentos reportáveis. Estas divisões oferecem diferentes produtos e serviços, conforme são avaliados pelo principal gestor da administração. Os diretores executivos da Companhia revisam os relatórios gerenciais internos de cada divisão mensalmente.

O segmento geográfico da Companhia e suas controladas é o estado da Bahia, embora a sua controlada indireta ALBA Seguradora opera com uma sucursal em São Paulo. Sua receita operacional líquida por segmento é a receita proveniente das atividades de cada segmento, antes da dedução dos custos e despesas. As transações entre as controladas da Companhia, quando aplicável, são eliminadas na consolidação dos segmentos.

Os segmentos de negócios reconhecidos pelo Grupo Aliança são:

i. Arrendamento

O segmento corresponde aos arrendamentos de propriedades para investimento da Companhia e sua controlada AB Patrimonial com contratos de 40 anos de duração. O principal cliente de arrendamento da Companhia é o Hospital Aliança. Em 31 de dezembro de 2025, o total de receitas de arrendamento desse cliente representa 62% do total de receitas desse segmento.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

ii. Agropecuária

Nesse segmento são registradas as principais atividades da controlada AB Agropecuária de cria, recria, seleção, engorda, compra e venda de rebanho bovino e outras espécies, exercendo ainda atividades agrícolas no cultivo do cacau e extração de piaçava. No segmento de agropecuária um cliente representa 78% do total da receita de venda de gado.

iii. Construção civil

Compreende a prestação de serviços de engenharia realizado pela controlada AB Engenharia com reformas estruturais em imóveis das empresas da Companhia.

iv. Seguros

Nesse segmento são registrados os resultados da controlada indireta ALBA Seguradora, que tem por objetivo social operações nos segmentos de seguros de pessoas e de danos, estando atualmente operando com os ramos de acidentes pessoais coletivo, vida em grupo, vida individual, acidentes pessoais individual, residencial, compreensivo empresarial, riscos diversos e garantia estendida. Dentre as atividades realizadas pela ALBA Seguradora, figuram a participação na Brasilcap Capitalização S.A. (“Brasilcap”) referência no mercado de capitalização.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

(b) Informações sobre segmentos reportáveis

	Arrendamento		Agropecuária		Construção Civil		Seguros		Total	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	52.834	48.259	13.591	9.839	-	2.289	50.835	27.275	117.260	87.662
Custo das locações, vendas e serviços prestados	(10.189)	(6.399)	(9.109)	(8.765)	-	(2.010)	(50.894)	(21.110)	(70.192)	(38.284)
Ajuste de valor justo - ativo biológico	-	-	694	7.680	-	-	-	-	694	7.680
Lucro (prejuízo) bruto	42.645	41.860	5.176	8.754	-	279	(59)	6.165	47.762	57.058
Despesas gerais e administrativas	(29.515)	(34.965)	(4.645)	(4.211)	(185)	(628)	(38.361)	(36.993)	(72.706)	(76.797)
Despesas com vendas	-	-	(258)	(135)	-	-	-	-	(258)	(135)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.467	53	205	251	-	-	(1.232)	5.900	440	6.204
Despesas operacionais	(28.048)	(34.912)	(4.698)	(4.095)	(185)	(628)	(39.593)	(31.093)	(72.524)	(70.728)
Lucro (Prejuízo) operacional	14.597	6.948	478	4.659	(185)	(349)	(39.652)	(24.928)	(24.762)	(13.670)
Receitas financeiras	20.746	21.253	144	204	20	15	15.937	13.387	36.847	34.859
Despesas financeiras	(22.637)	(16.976)	(1.170)	(959)	(6)	(6)	(6.430)	(4.704)	(30.243)	(22.645)
Resultado financeiro	(1.891)	4.277	(1.026)	(755)	14	9	9.507	8.683	6.604	12.214
Equivalência patrimonial	1.583	402	-	-	-	-	54.146	44.520	55.729	44.922
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda	14.289	11.627	(548)	3.904	(171)	(340)	24.001	28.275	37.571	43.466
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(6.380)	(5.581)	-	-	-	-	(223)	(111)	(6.603)	(5.692)
Imposto de renda e contribuição social - diferida	2.625	5.419	(236)	(2.611)	-	-	352	458	2.741	3.266
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	10.534	11.465	(784)	1.293	(171)	(340)	24.130	28.622	33.709	41.040
Ativos não circulantes dos segmentos reportáveis	663.425	616.146	74.072	71.558	136	297	335.279	319.424	1.072.912	1.007.425

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

31 Gerenciamento de riscos

(a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Natureza	Nota	Classificação	Hierarquia do valor justo	Saldos em 31 de dezembro de 2025		Saldos em 31 de dezembro de 2024	
				Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros							
Certificado de depósito bancário	7, 8	VJR	Nível 2	33.284	33.284	14.423	14.423
Operação compromissada	7	VJR	Nível 2	9.276	9.276	2.272	2.272
Debêntures	8	VJR	Nível 2	135	135	7.489	7.489
Títulos públicos	8	VJR	Nível 1	63.069	63.069	70.433	70.433
Fundos de investimentos	8	VJR	Nível 2	61.272	61.272	53.573	53.573
Certificado de operações estruturadas	8	VJR	Nível 2	5.411	5.411	-	-
Títulos privados	8	VJR	Nível 2	636	636	18.305	18.305
Títulos de renda variável	8	VJR	Nível 1	19	19	5.995	5.995
Contas a receber de clientes	9	Custo amortizado	-	5.590	-	10.287	-
Contas a receber - venda de participações	32a	VJR	Nível 3	-	-	5.983	5.983
Recebíveis pela venda de ativos	14	VJR	Nível 3	12.426	-	23.904	-
Outros		Custo amortizado	-	12.548	-	5.700	-
				203.666	173.102	218.364	178.473
Passivos financeiros							
Fornecedores		Custo amortizado	-	3.450	-	3.507	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	Custo amortizado	-	153.038	-	113.325	-
Outros		Custo amortizado	-	4.170	-	4.089	-
				160.658	-	120.921	-

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

Para maiores informações sobre a classificação da hierarquia do valor justo em diferentes níveis, baseada nas informações (*inputs*) utilizadas acima, veja **nota explicativa nº 2.2c**. Não ocorreram transferência entre os níveis de hierarquia do valor justo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

(b) Gerenciamento de riscos financeiros

A diretriz corporativa desenhada na matriz de riscos da Companhia, visa mapear todos os tipos de riscos, definindo limites e controles para monitorar suas transações e seu desempenho, desenvolvendo assim um ambiente disciplinado e construtivo, preservando a liquidez e os níveis de exposição. Embora monitorados, entendemos que a Companhia está exposta aos riscos abaixo comentados:

i. Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria de acordo com as diretrizes discutidas pela Diretoria. Os recursos excedentes são investidos a fim de minimizar a concentração/exposição de riscos desta natureza.

▪ Risco de crédito junto a contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade de as empresas controladas da Companhia incorrerem em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Os direcionamentos dos negócios são tratados, de forma geral, em reuniões da Administração para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados e tratar qualquer exposição que por ventura possa ocorrer.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo, durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

▪ Risco de crédito das operações de seguros

O risco de crédito dos ativos financeiros e ativos de resseguro consiste na possibilidade de ocorrerem perdas pela desvalorização dos recebíveis decorrentes da redução na classificação de risco e/ou pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao descumprimento, pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados com a Companhia.

Os créditos de resseguro decorrem de contratos celebrados com resseguradores locais, admitidos e eventuais, referentes à sua participação em sinistros. A Companhia mantém política de avaliação da capacidade financeira de seus resseguradores, considerando, entre outros fatores, ratings de crédito atribuídos por agências classificadoras e acompanhamento periódico da exposição por contraparte.

Adicionalmente, a controlada possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), sendo reconhecidas perdas esperadas sobre tais valores, quando aplicável, em conformidade com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que mantém operações apenas com instituições financeiras de primeira linha e que possuem ratings fornecidos por agências internacionais como *Fitch Rating*, *Standard and Poor's* e *Moody's Investor*. Em 31 de dezembro de 2025, 100% dos recursos de renda fixa estão alocados em instituições financeiras com classificação de risco AAA.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

▪ Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para as operações envolvendo equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação das operações junto às instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte por meio do seu agenciamento de rating, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas instituições financeiras e referendados pelas agências de mensuração de rating, com as quais a Companhia possui operações em aberto.

A classificação de ratings dos equivalentes de caixa e aplicações financeiras está de acordo quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
AAA	47.050	34.760	152.375	113.968
AA	8.003	43.174	8.003	50.734
Outros (1)	13.585	9.053	13.643	9.096
Total	68.638	86.987	174.021	173.798

(1) Não consta classificação de risco em agências de *rating*.

ii. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O Grupo Aliança busca manter o nível de seu ‘caixa e equivalentes de caixa’ e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros circulantes.

Adicionalmente, a controlada indireta ALBA Seguradora adota práticas de gestão de liquidez que asseguram a disponibilidade de recursos financeiros necessários ao cumprimento de suas obrigações nos respectivos vencimentos. Para mitigar esse risco, a controlada possui política de ALM (*Asset-Liability Management*) implementada, com o objetivo de promover a compatibilização entre o portfólio de ativos financeiros e os passivos decorrentes de suas obrigações operacionais, administrativas e regulatórias.

Essa gestão considera fatores externos, como inflação, taxas de juros, câmbio e índices de mercado, bem como fatores internos, como mudanças relevantes na carteira de clientes, nas linhas de negócios, na sinistralidade observada e projetada e no apetite a risco.

A seguir, divulgação do quadro que são os fluxos de caixa não descontados (projeção incluindo juros futuros) contratados dos passivos financeiros consolidados:

Passivos financeiros consolidados	Nota	Saldo não Descontado	1 a 3 anos	4 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	263.031	125.563	89.316	48.152
Fornecedores		5.094	5.094	-	-
Outros passivos		4.227	4.227	-	-
Total		272.352	134.884	89.316	48.152

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

iii. Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

▪ Risco de volatilidade no preço das ações

O Grupo está exposto ao risco de mudanças no preço das ações em razão das aplicações financeiras mantidas. Seu reconhecimento no balanço patrimonial é pelo valor justo por meio do resultado e outros resultados abrangentes.

A exposição máxima determinada pela administração da Companhia para esse tipo de risco está descrita nas políticas de investimentos e obedecem a critérios de limitação de cada empresa do Grupo.

▪ Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilarem devido a mudanças nas taxas de juro de mercado.

A Companhia entende que, pelo volume financeiro com essa exposição, não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco; entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

▪ Análise de sensibilidade

As análises a seguir estimam o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de estresse dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo todas as outras variáveis constantes. O cenário provável foi projetado considerando a taxa de juros CDI e Selic em 15,00% e o IPCA em 4,31%, conforme o Relatório de Mercado Focus do Banco Central do Brasil. Além disso, foi utilizada a média ponderada das taxas prefixadas dos empréstimos (5,98%) e financiamentos (5,48%).

- Cenário I: considera uma variação de 10% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável; e
- Cenário II: considera uma variação de 20% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários I e II consideram uma redução de 10% e 20%, respectivamente, em relação ao cenário provável. A Administração definiu estes percentuais considerando os prospectos de períodos anteriores e os níveis a que tais ativos e passivos estão expostos.

A tabela abaixo demonstra o ganho (perda) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo para os ativos financeiros mensurados ao valor justo:

Risco de fluxo de caixa	Consolidado			
	Saldo Contábil	Cenário Provável	Cenário I	Cenário II
Ativos indexados ao CDI	167.672	255.008	245.159	235.567
Ativos indexados ao IPCA	119.904	136.085	134.405	132.739
Total dos ativos	287.576	391.093	379.564	368.306
Passivos indexados ao CDI	139.494	212.153	203.959	195.979
Passivos indexados ao IPCA	69.749	79.162	78.185	77.215
Passivos Prefixados	13.544	16.118	15.847	15.579
Total dos passivos	222.787	307.433	297.991	288.773
Ganho	64.789	83.660	81.573	79.533

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

▪ **Gestão de risco de mercado das operações de seguros**

A controlada ALBA Seguradora possui uma Política de Investimentos que segue as determinações regulatórias do CMN e da SUSEP. Aplica seus recursos financeiros no mercado brasileiro, o qual pode ser mensurado com confiabilidade, buscando segurança e liquidez para honrar suas obrigações futuras, praticando uma política prudente no portfólio de suas aplicações.

A controlada seleciona as instituições financeiras para aplicação de seus recursos através de assessoria de investimentos. Os principais ativos financeiros estão representados, de forma conservadora, por fundos de investimentos atrelados a títulos públicos federais com alta liquidez e segurança. Todo o planejamento tem por objetivo a garantia do capital, a boa remuneração, a cobertura das provisões técnicas e margem de solvência. A estratégia conservadora de alocação de ativos tem como objetivo evitar que perdas oriundas de flutuações de preços, taxas e índices impactem materialmente o seu patrimônio líquido. São utilizados critérios técnicos relativos à gestão de ativos e passivos que levam em consideração a estrutura e classes dos passivos, requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente econômico onde os negócios são conduzidos e os ativos financeiros são investidos.

Na gestão financeira, os principais riscos identificados incluem a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações nos preços, índices e taxas nos mercados financeiros.

iv. Risco operacional

Considerando que as investidas da Companhia (sociedades controladas) estão sujeitas a riscos operacionais e de mercado, desempenhos adversos em seus respectivos resultados individuais podem resultar em perdas relevantes e substanciais à Companhia (por meio da equivalência patrimonial). Nesses casos, as sociedades investidas poderão ter dificuldades ou ficar impedidas de distribuir dividendos à Companhia, colocando em risco sua situação financeira.

A alta concentração do patrimônio investido da Companhia na controlada AB Patrimonial gera uma significativa dependência com seus resultados. Consequentemente, caso tal sociedade sofra perdas permanentes, o valor desses investimentos poderá diminuir significativamente, impactando o patrimônio da Companhia.

Ainda em relação a AB Patrimonial, a Companhia nota que essa sociedade possui, atualmente, sua receita atrelada, quase em sua totalidade, a dois contratos de locação de longo prazo, o que representa um risco em caso de não renovação. A administração da Companhia entende que tal risco encontra-se mitigado, na medida em que se tratam de contratos de longo prazo (com duração por 40 anos), firmado com duas empresas sólidas que possuem ações negociadas na bolsa.

Com relação à controlada AB Agropecuária, a Companhia nota que os riscos que mais podem afetar as suas atividades são de ordem climática (excesso de chuvas e secas), biológicos (ocorrência de pragas e doenças no gado), além da variação do valor da arroba. Como possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos de pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

O gerenciamento de risco operacional da controlada ALBA Seguradora, está em conformidade com princípios éticos em suas tomadas de decisões, tem vínculo com as observações confiáveis reportadas pela auditoria interna sobre os itens abaixo:

- Bons controles internos;
- Infraestrutura tecnológica e segurança;
- *Softwares* atualizados; e
- Revisões em geral das políticas internas e regulamentos.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

Como medidas atreladas as melhores práticas para cumprir e observar rigorosamente a legislação vigente, a Companhia contratou uma empresa especializada para atender as questões de Compliance, processos e BPO - gestão de riscos.

v. Gestão de risco de subscrição

O risco de subscrição é aplicável para controlada ALBA Seguradora, e representa a incerteza associada à capacidade da seguradora de precificar adequadamente os produtos de seguro, considerando a ocorrência de sinistros futuros e está também relacionado a avaliação incorreta da probabilidade e do impacto de eventos cobertos ocorrerem durante o período de vigência da apólice.

Em outras palavras, é a possibilidade de que os custos reais com indenizações sejam superiores às provisões técnicas constituídas.

Atualmente a ALBA Seguradora está operando nos ramos de Vida em Grupo, Acidentes Pessoais Coletivo, Vida Individual, Prestamista, Compreensivo Empresarial e Residencial, Garantia Estendida, Ramos Diversos, Benfeitorias e Penhor Rural, buscando assim um nível de receita com seguros adequado diante dos riscos assumidos por cada ramo.

Além do tipo de portfólio, a controlada pratica uma avaliação criteriosa dos riscos inerentes a cada contrato de seguro, com monitoramento contínuo da sinistralidade, assim como buscando uma diversificação da carteira, distribuindo os riscos entre os diferentes ramos segmentos. Como parte do seu programa de controle de riscos, a Companhia cede riscos por meio de contratos de resseguro com o objetivo de limitar sua retenção e, conseqüentemente, mitigar suas potenciais perdas.

32 Alienação de investimentos

(a) Contas a receber - venda de participações

Em 19 de agosto de 2021 a Aliança da Bahia celebrou contrato de compra e venda de sua participação remanescente de 20% das quotas da Sociedade Anônima Hospital Aliança com a Rede D'Or São Luiz pelo preço base de R\$ 350.000, pago à vista, e sujeito a ajuste de preço que, conforme contrato, será entre 01 julho de 2025 e 01 julho de 2027.

Em razão da revisão das premissas contratuais e das projeções de desempenho do Hospital Aliança para os 12 meses remanescentes, a Companhia reverteu o valor anteriormente reconhecido de R\$ 5.983, calculado com base em projeções dos resultados do Hospital Aliança, descontado a valor presente, mensurado a valor justo e classificado como instrumento de valor justo nível 3 na hierarquia de valor justo (**nota explicativa nº 2.2b**). Em decorrência dessa baixa, também foi realizado o ajuste correspondente do imposto diferido relacionado ao valor anteriormente reconhecido. Com base nas informações disponíveis na data-base das demonstrações financeiras, a Companhia não identificou valores a receber relacionados a esse ajuste de preço.

(b) Provisões - venda de participações

Em decorrência da alienação, a Sociedade Anônima Hospital Aliança passou a manter um registro extracontábil, denominado **Conta Gráfica**, para controle e acompanhamento das perdas incorridas com decisão final e devidas pela Aliança da Bahia, bem como dos Ativos Contingentes. Esse registro é monitorado conjuntamente pela Aliança da Bahia e pelo Hospital Esperança S.A. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo é de R\$ 7.647 (2024: R\$ 5.832), apresentado no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões - venda de participações".

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

Na Conta Gráfica, serão debitados os valores das perdas incorridas efetivamente desembolsados, após uma decisão final, pelas quais a Aliança da Bahia seja responsável, nos termos do contrato. Do mesmo modo, serão creditados valores dos ativos contingentes efetivamente recebidos ou aproveitados, conforme disposições contratuais. Sob os valores debitados e creditados, incidirá correção pela variação do CDI.

(c) Discussões relacionadas ao mecanismo de ajuste de preço

Em conexão com o mecanismo de ajuste de preço previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado em 19 de agosto de 2021, a Companhia tomou conhecimento de potenciais divergências com a contraparte relacionadas à interpretação e aplicação de determinadas cláusulas contratuais que tratam da apuração desse ajuste.

Nesse contexto, a Companhia contratou assessores jurídicos externos para realizar análise preliminar sobre o tema, incluindo possíveis impactos de decisões operacionais e comerciais adotadas após a transferência do controle do Hospital Aliança que poderiam afetar as receitas consideradas para fins de cálculo do ajuste de preço contratualmente previsto.

Considerando que as análises ainda se encontram em estágio preliminar e que o prazo contratual para eventual exercício do mecanismo de ajuste de preço se estende até 1º de julho de 2027, não é possível, nesta data, estimar de forma confiável eventuais impactos financeiros decorrentes dessas discussões, razão pela qual nenhum valor foi reconhecido nas demonstrações financeiras em relação a esse tema.

33 Eventos subsequentes

33.1 Dividendos intercalares pagos

Em 09 de janeiro de 2026, a Companhia realizou o pagamento de dividendos intercalares aprovados no montante de R\$ 7.500, à conta do lucro líquido apurado com base no balancete de 31 de outubro de 2025, referente ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025.

O valor corresponde a R\$ 0,39429802576 por ação ordinária e R\$ 0,43372782833 por ação preferencial, considerando o número de ações ordinárias e preferenciais ex-tesouraria na data da declaração.

Os dividendos pagos constituem antecipação do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, e foram destinados aos titulares de ações em 23 de dezembro de 2025, sendo que as ações passaram a ser negociadas ex-dividendos a partir de 26 de dezembro de 2025.

33.2 Dividendos recebidos das Controladas

Distribuição de dividendos – Controlada AB Patrimonial

Em 08 de janeiro de 2026, em Reunião de Sócios da controlada AB Patrimonial, foi deliberada a destinação dos lucros retidos existentes em 30 de junho de 2025, no montante de R\$ 97.946, sendo aprovada a distribuição de dividendos no valor total de R\$ 30.000, em parcela única.

O pagamento foi realizado em 09 de janeiro de 2026, mediante utilização parcial da conta de lucros retidos da referida controlada.

A deliberação fundamentou-se na existência de lucros devidamente apurados em exercícios anteriores e na adequada situação financeira da controlada, não havendo impactos adversos sobre sua liquidez, suas operações regulares ou seu plano de negócios.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

Distribuição de dividendos– ALBA Participação

Em 02 de março de 2026, em Reunião de Sócios da controlada ALBA Participação, foi deliberada a distribuição de lucros com base no balanço patrimonial intermediário relativo ao terceiro trimestre do exercício social de 2025, referente ao período findo em 30 de setembro de 2025.

Na referida data-base, foi apurado lucro líquido acumulado no montante de R\$ 19.062, tendo sido aprovada a distribuição de lucros no valor de R\$ 7.400, em parcela única. O pagamento foi realizado em 03 de março de 2026.

33.3 Investimentos e aportes

Empreendimento Praia da Penha – cumprimento de condição contratual

Conforme descrito na Nota Explicativa 16(b)(5), até 31 de dezembro de 2025 encontrava-se pendente a apresentação da garantia prevista na Cláusula 3.3 do contrato firmado pela controlada AB Patrimonial com a Praia da Penha Empreendimentos Ltda., condição necessária para a liberação das parcelas subsequentes do investimento.

Após a data-base, a incorporadora apresentou a carta fiança, datada de 24 de fevereiro de 2026, atendendo à condição estabelecida no acordo. Em decorrência disso, a AB Patrimonial realizou, em 03 de março de 2026, a transferência das segunda e terceira parcelas do investimento, no montante total de R\$ 5.000, conforme cronograma contratual.

Aporte de capital na coligada Bay Properties

Em 25 de fevereiro de 2026, em Reunião do Conselho de Administração (RCA) da Bay Properties, coligada da AB Patrimonial, foi aprovado um aumento de capital no montante total de R\$ 3.000, a ser integralizado até 05 de março de 2026.

A Companhia realizou sua participação no aporte, no valor de R\$ 1.000, em 03 de março de 2026.

33.4 Controlada indireta ALBA Seguradora

Recebimento depósito compulsório

Em 10 de fevereiro de 2026, a ALBA Seguradora recebeu o montante de R\$ 2.719 (equivalente a US\$ 500 mil), registrado no ativo não circulante, na rubrica “Depósitos compulsórios”, referente a valor mantido junto ao Banco Central do Uruguai, a título de garantia no âmbito do processo de liquidação voluntária da subsidiária integral Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. (“Compañía Uruguay”).

O referido depósito teve origem na redução de capital da Compañía Uruguay, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2021, no montante total de R\$ 5.587 (US\$ 1.000 mil). Desse total, a parcela de R\$ 2.793 (US\$ 500 mil) foi creditada à Companhia em 25 de janeiro de 2022, permanecendo o saldo remanescente retido junto à autoridade monetária uruguaia até sua liberação.

O processo de liquidação voluntária da Compañía Uruguay foi concluído em 6 de maio de 2024, com a extinção da entidade e a baixa do respectivo investimento no terceiro trimestre de 2024.

O recebimento do valor não gera efeitos no resultado da Companhia, tendo em vista que o montante já se encontrava integralmente registrado no ativo.

Companhia de Participações Aliança da Bahia - Notas explicativas

Recebimento de dividendos

Em 11 de fevereiro de 2026, a ALBA Seguradora recebeu dividendos da investida Brasilcap no montante de R\$ 38.848, conforme deliberado na Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de fevereiro de 2026.

Acordo judicial com o Banco BESA S.A.

Em 23 de janeiro de 2026, a ALBA Seguradora, firmou Instrumento Particular de Transação com o BANCO BESA S.A., atual denominação do Banco Econômico S.A., com o objetivo de encerrar as controvérsias existentes nas ações judiciais em curso, bem como prevenir litígios presentes e futuros, mediante concessões recíprocas.

O acordo abrange toda e qualquer aplicação financeira eventualmente realizada na referida instituição financeira, incluindo respectivos resgates e remunerações (correção monetária e juros), relacionadas ao Certificado de Depósito Bancário (CDB) emitido pelo Banco Econômico S.A., no valor nominal de CZ\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzados), emitido em 23 de novembro de 1988, com vencimento em 23 de janeiro de 1989.

Nos termos da transação, o valor definitivo apurado para fins de liquidação de sentença e quitação integral das obrigações objeto das demandas judiciais é de R\$ 10.000, recebido pela Companhia em 12 de fevereiro de 2026. Adicionalmente, a ALBA Seguradora deverá arcar com o montante de R\$ 1.000, a título de honorários contratuais.

Considerando que o acordo foi celebrado após 31 de dezembro de 2025 e não decorre de condições existentes naquela data, a Administração concluiu que se trata de evento subsequente não ajustável, razão pela qual não foram efetuados ajustes nas demonstrações financeiras, sendo apenas divulgada a natureza e os efeitos financeiros estimados do referido evento, em conformidade com o CPC 24 – Evento Subsequente.

* * *

Jose Renato de Almeida Gonçalves Tourinho
Diretor Presidente

Humberto Maltez Garrido Filho
Diretor

Clarissa Barreto Modafferi
Diretora de Relações com Investidores

Ligia Barreto Sales Perrelli Macedo
Contadora
CRC BA – 027808/O-0

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES ALIANÇA DA BAHIA
CNPJ/ME nº 01.938.783/0001-11
NIRE nº 29300023230

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Participações Aliança da Bahia, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em conformidade com o disposto no artigo 163 da Lei nº 6.404/76, examinaram o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, a proposta de destinação do lucro líquido e o orçamento de capital, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. A análise foi realizada com base nos esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e pelos representantes da KPMG Auditores Independentes Ltda., cujo relatório, emitido em 26 de março de 2026, foi apresentado sem ressalvas. Após a devida análise, opinaram, por unanimidade, que o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, a destinação do lucro líquido e o orçamento de capital encontram-se em conformidade com as normas legais e contábeis vigentes, estando aptos a serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para deliberação.

Salvador/BA, 26 de março de 2026

Raimundo Santos Silva
Presidente

Gilberto Braga
Membro Efetivo

Sonia Lucia Nogueira da Silva
Membro Efetivo

PARECER

Os membros do **Comitê de Auditoria, Riscos e Sustentabilidade** – órgão de assessoramento do Conselho de Administração da **Companhia de Participações Aliança da Bahia**, sem caráter estatutário, em conformidade com o Regimento Interno do Comitê, procederam à supervisão e análise do Relatório da Administração, das contas da Diretoria e das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Após discussão e esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela KPMG Auditores Independentes, e considerando a emissão do relatório dos auditores independentes sem ressalvas, opinaram favoravelmente pela aprovação das Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral.

Salvador/BA, 24 de março de 2026.

Rodrigo Ribeiro Accioly
Coordenador

Albérico Machado Mascarenhas
Membro Efetivo

Ricardo Santos Teixeira
Membro Efetivo

Robson da Silva Martins
Membro Efetivo